

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 95, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física, Câmpus de Miracema.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 06 de dezembro de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física, Câmpus de Miracema, em observância à Resolução Consepe nº 40, de 13 de abril de 2022, conforme dados do Processo nº 23101.000146/2023-17, e anexo desta Resolução.

Parágrafo único. A atualização descrita no *caput* deste artigo refere-se à Resolução Consepe nº 28/2018, aprovada em 29 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE
MIRACEMA (ATUALIZAÇÃO 2023).**

Anexo da Resolução nº 95/2023 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 06 de dezembro de 2023.

Palmas/TO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 95/2023 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE MIRACEMA (ATUALIZAÇÃO 2023).**

Palmas/TO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE MIRACEMA.**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	8
1.2 - A UFT no contexto regional e local	9
1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais	10
1.3.1 - Missão	10
1.3.2 - Visão	10
1.3.3 - Valores	10
1.4 - Estrutura Institucional	10
2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO	12
3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso	15
3.1.1 - Políticas institucionais de pesquisa	16
3.1.2 - Políticas institucionais de extensão	18
3.1.3 - Políticas institucionais de ensino e aprendizagem	19
3.2 - Objetivos do curso	20
3.3 - Perfil Profissional do Egresso	21
3.4 - Estrutura Curricular	22
3.5 - Ementário	30
3.6 - Conteúdos curriculares	78
3.6.1 - Matriz formativa	80
3.6.2 - Flexibilização curricular	82
3.6.3 - Objetos de conhecimento	82
3.6.4 - Programas de formação	85
3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)	86
3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares	87
3.8 - Migração curricular	91
3.9 - Metodologia	92
3.9.1 - Inovação Pedagógica	93
3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais	94
3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas	94
3.9.4 - Tecnologias Sociais	94
3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente	95
3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	95
3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem	96
3.10 - Estágio Curricular Supervisionado	97
3.11 - Atividades complementares	100
3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	101

3.13 - Internacionalização	101
3.14 - Políticas de apoio aos discentes	102
3.15 - Políticas de extensão	102
3.16 - Políticas de pesquisa	103
3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade	104
3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	105
3.19 - Atividades docentes e/ou tutoria	105
3.20 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem	106
3.21 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	106
3.22 - Material didático	106
3.23 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	107
3.24 - Atividades Práticas de Ensino	108
3.25 - Integração com as Redes Públicas de Ensino	109
3.26 - Integração do curso com o Sistema Único de Saúde (SUS)	109
4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL	110
4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)	110
4.2 - Equipe multidisciplinar	111
4.3 - Corpo Docente e/ou Tutores	111
4.4 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso	112
4.5 - Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância	113
5 - INFRAESTRUTURA	113
5.1 - Infraestrutura do câmpus	115
5.1.1 - Sala de Direção do câmpus	115
5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes	115
5.1.3 - Salas de aula	115
5.1.4 - Instalações Administrativas	116
5.1.5 - Estacionamento	116
5.1.6 - Acessibilidade	116
5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	116
5.1.8 - Biblioteca	117
5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	117
5.1.8.2 - Periódicos especializados	117
5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar	118
5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios	118
5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos	118
5.1.11 - Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados	118
5.1.12 - Biotérios	118
5.1.13 - Núcleo de Práticas Jurídicas	118
5.1.14 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	118
5.1.15 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	119
5.1.16 - Área de lazer e circulação	119

5.1.17 - Restaurante Universitário (se houver)	119
5.2 - Infraestrutura do curso	119
5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso	119
5.2.2 - Laboratórios específicos para o curso	120
5.2.3 - Coordenação de curso	120
5.2.4 - Bloco de salas de professores	121
5.2.4.1 - Bloco de salas de professores	121
5.2.5 - Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	121
5.2.6 - Outra infraestrutura do curso	121
6 - REFERÊNCIAS	121

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Informações do Curso	
Mantenedora	Ministério da Educação (MEC).
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luiz Eduardo Bovolato - Reitor; Marcelo Leineker - Vice-Reitor; Ary Henrique Moraes de Oliveira - Pró-reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação; Carlos Alberto Moreira de Araujo Junior - Pró-reitor de Administração e Finanças; Eduardo José Cezari - Pró-reitor de Graduação; Rafael Sanzio Pimenta - Pró-reitor de Pesquisa; Maria Santana F. dos Santos Milhomem - Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários; Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-reitor de Assuntos Estudantis; Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-reitor de Avaliação e Planejamento; Vânia Maria de Araújo Passos - Pró-reitora de Gestão de Pessoas;
Câmpus	Câmpus Universitário de Miracema
Direção do Câmpus	Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade
Nome do Curso	Educação Física
Diplomação	Licenciatura em Educação Física
Endereço de Funcionamento do Curso	Avenida Lourdes Solino, Câmpus Universitário de Miracema
E-mail do curso	educacaofisica.mira@uft.edu.br
Telefone de contato do curso	(63) 3366-8616
Coordenador do Curso	Vicente Cabrera Calheiros
Código e-MEC	1159365
Autorização	Resolução n.º 21/2009, de 23/04/2009
Reconhecimento	Portaria n.º 307, de 23/04/2015, publicada em: 24/04/2015
Renovação do Reconhecimento	04/05/2015

Formas de Ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Processo Seletivo Complementar (PSC); Processo Seletivo por Análise Curricular (PSAC) e Extravestibular.
Área CNPq	Ciências da Saúde
Modalidade	Educação Presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Carga Horária	3210 horas
Turnos de Funcionamento	Integral
N.º de Vagas Anuais	50
Conceito ENADE	4 (2021)
Conceito Preliminar do Curso	4 (2021)

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;

6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;

7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;

9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;

10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;

11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel ainda mais relevante, no sentido de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT,

conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 na modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, e os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14ª posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor

de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais

1.3.1 - Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

1.3.2 - Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

1.3.3 - Valores

- * Respeito à vida e à diversidade.
- * Transparência.
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.
- * Inovação.
- * Desenvolvimento sustentável.
- * Equidade e justiça social.
- * Formação ético-política.

1.4 - Estrutura Institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu

Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

4. Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).

5. Conselho do Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

6. Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

7. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.

8. Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas cinco unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitários	
Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação: Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Biologia (modalidade à distância), Administração Pública (modalidade à distância) Turismo Patrimonial, Socioambiental (Tecnológico), Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura).
Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal, Química Ambiental e a

	licenciatura em Biologia (modalidade à distância), Matemática EAD.
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura) Serviço Social, Psicologia e desenvolve pesquisas na área da prática educativa. Matemática EAD (Licenciatura).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em: Administração, Artes- Teatro (Licenciatura), Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia (Licenciatura), Medicina, Nutrição, Pedagogia (Licenciatura), Música EAD (Licenciatura), Física EAD (Licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas, Letras e Libras, os bacharelados em Geografia, Ciências Sociais, Relações Internacionais e Ciências Biológicas.

2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO

1.1 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Em 2022, foram registrados 2,3 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte desses profissionais atua no ensino fundamental, correspondendo a 61,1% do total, ou seja, 1.414.211 docentes (BRASIL, 2024). Entre os docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 86,6% possuem nível superior completo, sendo 84,9% com grau acadêmico de licenciatura e 1,7% com bacharelado (BRASIL, 2024). Além disso, 8,5% dos docentes possuem ensino médio normal/ magistério, e foram identificados 4,9% com nível médio ou inferior (BRASIL, 2024). Esses dados refletem a necessidade da formação continuada e da qualificação dos professores para garantir a qualidade do ensino oferecido nas escolas brasileiras. O esforço na formação docente é central para o desenvolvimento da educação no país, especialmente nas regiões mais carentes de profissionais qualificados.

Desde 2013, o percentual de docências (combinação de docente, disciplina e turma (BOF; CASEIRO; MUNDIM, 2023) realizadas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou (BRASIL, 2023). No entanto, em 2022, apenas 59,9% das docências nos anos finais do ensino fundamental e 67,6% no ensino médio foram ministradas por professores com formação adequada. Há desigualdades significativas entre as regiões brasileiras (BOF; CASEIRO; MUNDIM, 2023). Em 2022, nos anos finais do ensino fundamental, a região Norte apresentou apenas 47,4% de docências realizadas por professores com formação adequada, enquanto o Sudeste alcançou 70,8%, o Sul 69,9%, e o Centro-Oeste 65,8% (BRASIL, 2023). No ensino médio, essas diferenças regionais também foram observadas, embora menos acentuadas (BOF; CASEIRO; MUNDIM, 2023). Esses dados indicam a necessidade de manutenção e ampliação na formação de professores em todas as regiões do

país, sobretudo na região Norte. Especificamente na formação em Educação Física, observa-se que, apenas 76,8% dos professores nos anos finais do ensino fundamental possuíam formação superior adequada (BRASIL, 2023). No ensino médio, o percentual de adequação da formação docente em Educação Física foi um pouco maior, alcançando 82,0%(BRASIL, 2023).

A respeito da oferta de cursos de Ensino Superior, de acordo com os dados publicados no e-MEC (Cadastro Nacional de cursos e instituições de Ensino Superior), consultados em 2024, o estado do Tocantins tem, além da UFT, outras instituições que oferecem cursos de graduação em Educação Física, sendo em licenciatura e bacharelado, nas modalidades presencial e a distância. Conforme estes dados, encontra-se um total de 52 cursos oferecidos por distintas instituições (universidade, instituto federal, faculdades, centros universitários). Dentre este conjunto de ofertas, a ampla maioria se encontra na esfera privada.

Percebe-se que a Educação Física tem crescido consideravelmente na região. No entanto, ainda há poucas instituições públicas que oferecem o curso no estado. Desse modo, o curso de Educação Física da UFT de Miracema espera se consolidar como um curso de excelência na área e na região, garantindo a formação pública de qualidade de professores para atendimento da educação básica.

Cabe considerar, por fim, que na Secretaria Regional de Educação de Miracema (composta por um total de seis municípios), encontram-se 29 docentes de Educação Física sendo, neste município, um total de 12. No que diz respeito à Rede Municipal de Ensino há, em Miracema, um total de 9 professores.

Percebe-se que a Educação Física tem crescido consideravelmente na região. No entanto, ainda há poucas instituições públicas que oferecem o curso no estado. Desse modo, o curso de Educação Física da UFT de Miracema espera se consolidar como um curso de excelência na área e na região garantindo a formação pública de qualidade de professores para atendimento da educação básica.

1.2 HISTÓRICO DO CURSO

O processo de expansão do Câmpus Universitário de Miracema vem sendo discutido desde a criação da UFT, a partir da reflexão sobre a possibilidade da criação de projetos para a oferta de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infraestrutura física e de recursos humanos necessários.

O câmpus de Miracema iniciou suas atividades voltadas à área da educação em 1999, com a oferta do curso de licenciatura em Pedagogia, pela UNITINS. A expansão do câmpus, realizada no ano de 2006, inseriu a área das Ciências Sociais Aplicadas, com a oferta do curso de Graduação em Serviço Social. Posteriormente, em 2016, o câmpus iniciou a oferta do curso de Psicologia.

O curso de Educação Física (licenciatura) foi proposto para realocação de 40 vagas do curso de Pedagogia conforme proposto no PPC aprovado em 2007 com o objetivo de diversificar a oferta de novos cursos no câmpus de Miracema. As discussões e reflexões acerca da criação do Curso de Educação Física iniciaram-se em 2008, com a preocupação em construir um desenho curricular sintonizado com as exigências da educação atual, para a formação de professores, e com as realidades socioculturais e econômicas do Tocantins.

Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação de um pré-projeto de licenciatura nessa área. Este pré-projeto foi elaborado por uma comissão composta pelos docentes: José Oto Konzen, Kleber Lopes Lima Fialho e Antônio Miranda de Oliveira no ano de 2008. Neste pré-projeto havia

projeção de outros cursos a serem implantados no câmpus, como áreas capazes de compor uma organização curricular enriquecedora e complementar na formação de professores. Os cursos propostos foram: Bacharelado em Educação Física, em Psicologia e Licenciatura em Artes.

O pré-projeto inicial apresentado pelos referidos docentes foi alterado e finalizado, em 2010, pela comissão composta pelas professoras Ana Corina M. Spada, Adriana Garcia Gonçalves, Vânia Maria de Araújo Passos, Célia Maria Grandini Albiero e Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade, a fim de aprovar o início do curso na modalidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

A oferta do Curso na modalidade PARFOR teve início em julho de 2010, e a partir de março de 2011 foi constituída uma nova comissão para reelaboração do PPC do curso, sob a presidência de uma profissional com graduação na área de Educação Física, Professora Dra. Karina do Valle Marques, que assumiu a coordenação do Curso. Essa nova comissão foi composta pelos seguintes membros: Prof^a. Dra. Karina do Valle Marques (Formação em Educação Física – Presidente da Comissão de Elaboração do PPC); Prof^a. Dra. Adriana Garcia Gonçalves (Formação em Pedagogia e Fisioterapia - membro); Prof^a. MsC. Kalina Lígia A. Brito Andrade (Formação em Engenharia de Materiais - membro).

O primeiro Curso de Licenciatura em Educação Física no PARFOR, ofertado em regime modular presencial, atende à demanda de professores que atuam na rede pública de ensino, sem a formação específica. Este curso foi desenvolvido no período de férias escolares, durante os meses de janeiro (30 dias), fevereiro (15 dias) e julho (30 dias). No período presencial foram ministradas 80% da carga horária das disciplinas; os 20% restantes foram realizados por meio de atividades à distância.

Vale ressaltar que o projeto para implantação do curso de Educação Física regular no câmpus de Miracema leva em consideração a Modalidade PARFOR, compondo uma unidade de pressupostos e concepções, bem como da organização didático-pedagógica para o curso.

Em 2013 uma nova comissão presidida pelo professor Vitor Antônio Cerignoni Coelho, com formação específica em Educação Física e as professoras Márcia Machado; Layanna Giordana Bernardo Lima; Vânia Maria de Araújo Passos; Juciley Silva Evangelista Freire docentes do curso de Pedagogia realizaram uma nova reformulação no PPC do curso de licenciatura em Educação Física, concentrando-se em mudanças na organização curricular e ementas das disciplinas do curso.

O PPC de Licenciatura em Educação Física do câmpus de Miracema é resultado dos esforços da comunidade universitária deste câmpus em diversificar a oferta de cursos de graduação públicos e de qualidade social à população Tocantinense. Ele se insere no bojo de um projeto mais amplo de expansão do câmpus, pensado para um período de curto e longo prazo, em que diversos cursos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde se articulam compondo o núcleo comum Educação e Saúde. No contexto atual, objetiva acatar o desafio proposto pelo MEC no que diz respeito à interiorização das Universidades Federais com a proposta da expansão acadêmica.

A proposta de expansão acadêmica do câmpus de Miracema, fundamentada no princípio da interdisciplinaridade, objetiva promover a integração dos cursos de licenciatura e bacharelado, das áreas das ciências humanas, sociais e biológicas. A Interdisciplinaridade entendida como Prática Acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão, essenciais à construção do saber, torna-se indispensável à interlocução entre saúde, educação e as ciências sociais aplicadas, principalmente no que se refere ao conhecimento que os profissionais devem adquirir ao longo dos cursos sobre a inclusão social de grupos especiais como: idosos, crianças com

necessidades especiais, pessoas com deficiência ou com doenças crônico-degenerativas, gestantes, diversidade étnico racial e cultural e os menos favorecidos economicamente, que se constituem como sujeitos de direitos das políticas públicas.

3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso

O curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins (UFT), desde a sua criação, buscou responder às expectativas da sociedade. O perfil do egresso sempre esteve orientado para a perspectiva regional sem perder o foco na perspectiva global e nos desafios impostos pelas inovações, ampliando possibilidades para a formação continuada.

O mundo do trabalho tem sido afetado por uma onda tecnológica e comunicacional. Essa mudança requer de nós uma reorientação do projeto pedagógico do curso com vistas à inserção dos egressos nesse novo mundo do trabalho, preparados para inovar nos seus espaços profissionais, construir novos conhecimentos e proporcionar melhorias contínuas à comunidade em seu entorno.

Com base nesse referencial, o curso de licenciatura em Educação Física da UFT reforça o compromisso em formar profissionais a partir do desenvolvimento da criatividade, de inovações, da capacidade de trabalhar em equipe e de resolver problemas e, sobretudo, da consciência socialmente referenciada.

Nos últimos anos a UFT tem aperfeiçoado sua política institucional de inclusão dos estudantes, na perspectiva de transformação de realidades, conectando-se com comunidades promovendo a integração, a troca de conhecimentos e aprendizagens e a valorização das culturas.

Nesse sentido destacamos as seguintes diretrizes no processo de formação:

* **Matriz formativa:** a organização do currículo passa de uma aprendizagem linear e progressiva para uma educação em rede, baseada nas competências necessárias para que o professor em formação encontre oportunidades em meio à complexidade do mundo do trabalho atual e, sobretudo, que transforme a sua realidade.

* **Flexibilização curricular:** o currículo deve ter flexibilidade suficiente para que o estudante possa fazer escolhas de percursos configurando as competências para a composição deste perfil inovador, resguardando àquelas definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da formação em Educação Física e que podem ser construídas em diferentes contextos de aprendizagem, reconhecendo e valorizando as competências individuais.

* **Objetos de conhecimento:** elaboração dos programas de formação a partir das competências definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física e demais regulamentações, as especificidades do contexto local e regional em sintonia com o PDI e PPI, assim como a relação com a pesquisa, extensão e suas formas de creditação.

A formação deve prever ainda espaços relativos às políticas de educação ambiental, de ações

afirmativas, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme a legislação.

3.1.1 - Políticas institucionais de pesquisa

No âmbito da pesquisa, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - Propesq procura incentivar a comunidade acadêmica a realizar e ampliar sua inserção em projetos científicos nacionais e internacionais, além da divulgação de suas pesquisas, por meio de ações como o portal de periódicos, editais de auxílio à participação em eventos, editais de pesquisa, Pibic, bolsas de produtividade em pesquisa, entre outros.

Fazem parte da política de pesquisa com impacto direto no curso de licenciatura em Educação Física:

- * Comitês Científicos

Têm como função assessorar a Universidade (Propesq) em questões relacionadas à pesquisa, pós-graduação e assuntos científicos de forma geral:

- * Comitê Técnico-Científico (CTC)

- * Comitê de Ética em Pesquisas em Animais (CEUA)

- * Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)

- * Comitê Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

- * Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Doenças Tropicais (CEP HDT-UFT)

- * PIBIC/PIVIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) são centrados na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. O estímulo à pesquisa pode ser observado também pelo aumento crescente da demanda de projetos enviados para participação no Programa Institucional de Iniciação Científica e pelo aumento de bolsas oferecidas pela instituição e pelo CNPq. Ao contribuir com a qualidade da formação dos alunos da graduação, o PIBIC/PIVIC também fortalece a qualidade das pesquisas na pós-graduação, pois os egressos do referido programa tendem a ingressar na pós-graduação. A Propesq realiza anualmente os Seminários de Iniciação Científica, com o propósito de divulgar as pesquisas realizadas pelos alunos sob a orientação dos professores.

- * Grupos de pesquisa

A Política de Capacitação Docente da Instituição, com apoio fundamental da Capes, permitiu um aumento na criação de grupos de pesquisa que se consolidaram e permitiram a criação de Programas de Pós-graduação stricto sensu. Os professores pesquisadores devem buscar convênios e acordos com outras instituições para o fortalecimento das suas atividades de pesquisa. O grupo de pesquisa é importante instrumento para o intercâmbio e a troca de informações entre as sociedades científicas, contemplando, além dos professores pesquisadores, seus alunos de graduação e pós-graduação e técnicos.

Atualmente estão vinculados ao curso de licenciatura em Educação Física da UFT os

seguintes grupos de pesquisa:

* NEPPraC- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Corporais

Líderes: Jean Carlo Ribeiro; Vitor Antonio Cerignoni Coelho

Linhas de pesquisa:

1. Práticas Corporais, Saúde e Desenvolvimento Humano
2. Práticas Corporais e Aspectos Sócio-histórico-culturais

* GIPEF - Grupo de Investigação Pedagógica em Educação Física

Líder: Marciel Barcelos Lano

Linhas de pesquisa:

1. Avaliação Educacional e práticas pedagógicas da Educação Física
2. Currículo, memória, história, educação escolar e formação docente

* HEALTHY-BRA - HEALth, pHYsical activity and Behavior ReseArch group

Líder: Marcus Vinicius Nascimento Ferreira

Linhas de pesquisa

1. Ambiente e saúde na região norte e nordeste do Brasil
2. Atividade física, lazer e saúde
3. Epidemiologia das doenças, dos agravos à saúde e de seus determinantes em adultos jovens
4. Epidemiologia dos comportamentos e fatores de risco em população pediátrica
5. Métodos diagnósticos

* Sistema de Gestão de Projetos Universitários – GPU

O GPU é um sistema de Gestão de Projetos Universitários que disponibiliza o cadastro dos projetos de forma ágil e fácil, e que permite também dar visibilidade aos mesmos para a comunidade acadêmica e sociedade em geral; possibilitando assim demonstrar as atividades realizadas na Universidade.

* Editais

São vários os editais de fomento à pesquisa, apoio aos PPGs, auxílio aos estudantes (permanência), à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas para a comunidade interna e externa:

* Auxílio Participação de eventos;

- * Auxílio tradução e/ou publicação de artigos científicos;
- * Bolsa Produtividade em Pesquisa;
- * Prêmio Hilton Japiassú de Excelência em Pesquisa;
- * Prêmio de divulgação Científica;
- * Auxílio Alimentação (PAPG).
- * Editora

A Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT) tem por objetivo editar ou coeditar e publicar material de qualidade e relevância científica, técnica, cultural e/ou didática de forma a atender aos interesses do ensino, da pesquisa e da extensão, e incentivar a sua produção.

3.1.2 - Políticas institucionais de extensão

A política de extensão, no âmbito da UFT, é gerida pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - Proex, que tem a finalidade de planejar, desenvolver, coordenar, fomentar, acompanhar, avaliar a execução das políticas de extensão e as relações com a sociedade e promover ações que garantam a articulação entre a extensão, a pesquisa e o ensino.

A extensão universitária está alinhada à Política Nacional de Extensão e à Política de Extensão da UFT e é compreendida como processo educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade que envolvam diretamente as comunidades externas à UFT e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Para tanto, os objetivos e as diretrizes que norteiam e balizam a política de extensão da UFT são:

- * impacto e transformação social de forma a estabelecer relação entre a UFT e os demais segmentos da sociedade, por meio de uma ação transformadora, com ênfase na formação acadêmica do estudante e considerando as demandas da sociedade;
- * atuação dialógica de maneira a estabelecer interlocução entre a UFT e demais setores da sociedade, na promoção da troca de saberes;
- * estabelecimento da interação de conhecimentos e inter-relação entre componentes, áreas de conhecimento e metodologias, como estratégia para atender às demandas da formação e demandas sociais por meio de um processo transdisciplinar;
- * responsabilidade social e sustentabilidade ambiental através do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, de gênero e de crença e ao meio ambiente;
- * cooperação científica e tecnológica com o setor produtivo sob a forma de prestação de serviços socioeconômicos associados a atividades de ensino e pesquisa;
- * incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através da governança, da gestão e da cultura, por meio de ações extensionistas.

Na UFT, as ações de extensão são classificadas em três eixos integradores: áreas e linhas temáticas, grupos populacionais e território. Elas se desenvolvem por meio dos programas, projetos, eventos, cursos/oficinas e prestação de serviços e das oito áreas de concentração, a saber: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção e trabalho. A ideia de levar em consideração os grupos populacionais busca atender às categorias sociais e grupos sociais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social, assim, a observação do território permite a integração das ações extensionistas em termos espaciais, bem como das políticas públicas com as quais se articulam. São consideradas como prioritárias as ações de extensão cujo território demonstre fragilidade econômica, social, educacional, ambiental ou apresente iniquidades em saúde; apresente potenciais para o desenvolvimento local ou regional; e demande de auxílio para articulação e organização de seus agentes sociais e entidades.

Em cumprimento à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 e da Resolução CNE nº 07 de dezembro de 2018, a UFT deverá incorporar, pelo menos, 10% do total de horas curriculares de formação acadêmica em atividades extensionistas, preferencialmente em Programas e Projetos, para além dos espaços usuais de sala de aula. Para tanto, torna-se imprescindível, no âmbito da UFT, o reconhecimento da extensão em seu domínio pedagógico e, ao mesmo tempo, em seu papel de construtora do conhecimento. Nesse sentido, importa estimular a criação de componentes curriculares em ações extensionistas, integrados aos próprios currículos em nível de graduação.

A institucionalização da extensão, por meio da creditação e de instâncias organizacionais, além de financiamento, requer outro elemento: ela reside na definição de um sistema atual de avaliação, monitoramento e acompanhamento de suas atividades. Fundamentalmente, consiste na determinação de indicadores que propiciem a avaliação do universo da extensão.

3.1.3 - Políticas institucionais de ensino e aprendizagem

A política de graduação da UFT está articulada às mudanças exigidas nas instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica, considerando que as expectativas e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebido por meios da formulação de Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia sob a perspectiva de temas disparadores propostos por meio do ensino de graduação, que objetive processos educativos coletivos, articulações entre as ações, voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos discentes.

A Prograd inova propondo a execução de ações através de programas e projetos especiais inseridos no programa integrador denominado de “Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP)”. A Prograd considera como projetos especiais em educação aqueles concebidos a partir de políticas e programas desenvolvidos pela Diretoria de Políticas e Programas Especiais em Educação da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Tocantins (DPPEE/Prograd/UFT).

Os projetos são realizados buscando o desenvolvimento dos discentes, docentes, técnicos e cursos de graduação de forma integrada e indissociável em atividades de ensino, extensão e pesquisa. A implantação das políticas e programas especiais em educação tem o objetivo de melhorar os indicadores de ensino- aprendizagem acadêmico; proporcionar ações que colaborem com a permanência e sucesso dos alunos da graduação no processo ensino-aprendizagem; permitir o envolvimento dos alunos de forma indissociável nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-

Ihe uma formação profissional qualificada; e permitir a implementação das ações previstas no Projeto Pedagógico do Curso de graduação, do Plano Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Atualmente, existem duas classes de programas especiais em educação geridos pela Prograd/DPPEE, denominados internos e os externos. Os programas internos são realizados a partir das políticas institucionais e fomento da própria universidade, em geral, para direcionar esforços em oportunidades e desafios detectados a partir das avaliações internas, realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e indicadores acadêmicos e orçamentários. Os programas externos são realizados a partir de políticas do governo federal e estadual para apoio ou estímulo ao desenvolvimento de uma ação nas instituições de ensino superior em nível federativo. Destacam-se como programas internos o Programa Institucional de Monitoria e Monitoria Indígena e o Programa de Apoio ao Discente Ingressante, os quais foram consolidados em um único programa, o Programa Institucional de Inovação Pedagógica. Já os externos podem ser citados o Programa de Educação Tutorial, Programa Institucional de Iniciação à Docência e o Programa Residência Pedagógica.

As políticas e o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) devem ser executados através do fomento a projetos em educação a partir dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins. Os projetos precisam ter, idealmente, uma duração anual e devem ser incorporados à base de projetos do eixo de ensino na universidade, permitindo o monitoramento e avaliação da execução e dos resultados, respectivamente, por meio de metas e indicadores. Os projetos especiais em educação devem ser aplicados às demandas dos cursos de graduação para que sejam analisados os desafios e as potencialidades a partir de ações de melhoria contínua, buscando estratégias de inovação pedagógica para tornar o processo de ensino-aprendizado mais conveniente e eficiente.

3.2 - Objetivos do curso

O curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus Universitário de Miracema (CUM) da UFT objetiva formar o professor da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), para atuação nas distintas redes de ensino, qualificando-o para compreender, intervir, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões da cultura corporal de movimento, entre elas o esporte, o jogo e a brincadeira, a ginástica, a luta, a dança e as práticas de saúde e de lazer social, em consonância com a realidade social, cultural e escolar no qual estará inserido, além de promover atividades educativas emancipadoras relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da área de Educação Física.

Espera-se do(a) professor(a) egresso(a) do curso de licenciatura em Educação Física da UFT/ Miracema:

- Atuar profissionalmente pautado em princípios da diversidade, éticos, igualitários e democráticos;
- Mobilizar conhecimentos teóricos e práticos visando concretizar ações que melhorem a vida das pessoas;
- Atuar criticamente e de forma colaborativa em equipes multidisciplinares, no intuito de contribuir para a efetivação de projetos transformadores na Educação Básica;

- Dominar conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento no âmbito da Educação Física na Educação Básica;

- Desenvolver alternativas didáticas e estratégias metodológicas que viabilizem a aprendizagem da Educação Física em todos os níveis da Educação Básica de forma crítica, segura e prazerosa, levando-se em conta o respeito às limitações e o desenvolvimento integral das potencialidades do sujeito;

- Compreender e efetivar a atitude científica no desenvolvimento da pesquisa para a produção de conhecimento sobre a corporeidade humana e a cultura corporal de movimento em todas as suas dimensões;

- Estabelecer relações entre a Educação Física e outros campos de conhecimentos ou áreas correlatas, visando uma melhor compreensão da sociedade, sobre a qual irá refletir e intervir.

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o curso priorizou:

- ODS 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades);

- ODS 4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

- ODS 5 – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

- ODS 10 – Redução de desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

- ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

3.3 - Perfil Profissional do Egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, Resolução CNE/ CES n.º 6/2018, no que diz respeito ao perfil acadêmico-profissional do graduado, o curso de licenciatura em Educação Física almeja formar profissionais competentes para:

[...] contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana/ movimento humano/ cultura do movimento corporal/ atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico (BRASIL, 2018, p. 4).

Sua atribuição principal é a docência na Educação Básica, que requer conhecimentos sistemáticos acerca dos fundamentos da Educação Física, do desenvolvimento histórico e das relações com diversas áreas que compõem o saber escolar. Além de trabalhar diretamente com os conteúdos da aula, espera-se do egresso a capacidade de elaborar e analisar materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, realizar pesquisas em Educação Física, coordenar e supervisionar equipes de

trabalho.

Em sua atuação, busca o desenvolvimento do educando no que diz respeito à construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Todas as ações do profissional de Educação Física convergem na direção para garantir a formação do sujeito. Assim, poderá atender as demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, atuando na Educação Básica.

Nesse sentido, a formação ampliada deve abranger as dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/ movimento humano/ cultura do movimento corporal/atividade física. Além disso:

[...] o licenciado em Educação Física terá formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética no magistério, ou seja, na docência do componente curricular Educação Física, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a área (BRASIL, 2018, p. 4).

Considerando a diversidade cultural da região onde o curso é ofertado, espera-se que o egresso seja capaz de se relacionar com a complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais de forma transdisciplinar e interprofissional, de forma a oportunizar situações educacionais à comunidade com foco na prática das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano, independentemente de características socioeconômicas, de condições físicas e intelectuais, de gênero, de etnia, de crença, conhecimento e acessibilidade.

3.4 - Estrutura Curricular

A organização da estrutura curricular é feita por créditos e a integralização da carga horária total deverá ser feita em oito semestres (ou quatro anos), com prazo máximo de 12 semestres (ou seis anos) e apresenta pré-requisitos em sua estrutura curricular que norteiam as ações didático-pedagógicas das disciplinas integradas e oferecem uma base de conhecimentos para os componentes subsequentes. De acordo com a Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019 que trata da formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. A estrutura curricular do curso está organizada em três grupos, com carga horária total de, 3.210 (três mil duzentas e dez) horas, como descrito a seguir:

Grupo 1 (base comum: compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais): Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Física, História da Educação Física, Educação Física na Educação Infantil, Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física, CCEx II - Matrizes Histórico-Culturais da Amazônia e do Tocantins, Educação Física no Ensino Fundamental, Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente/ Eletiva III, Avaliação educacional, Psicologia da Educação, LIBRAS, Políticas Públicas Educacionais e CCEx IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA.

Grupo 2 (base específica: aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos): Anatomia Humana I, CCEx I - Dança na Educação Física Escolar e Formação de Professores, Jogos e Brincadeiras, Anatomia Humana II, Fisiologia Humana, Desenvolvimento Humano, Atletismo, Esportes de invasão, Cinesiologia Humana, Aprendizagem e controle motor,

Metodologia científica, Esportes de campo/ taco e precisão, Biomecânica do Movimento Humano, Fisiologia do exercício, Núcleo de aprofundamento em dança/Eletiva I, Lutas, Núcleo de aprofundamento em ginástica/Eletiva II, Estudos do Lazer, Esportes de rede/parede, Núcleo de aprofundamento em Educação Física e saúde/ Eletiva IV, CCEX III - Organização e competição esportiva, Práticas em dança e ginástica na escola, Pesquisa em Educação Física, Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa/ Eletiva V, Trabalho de Conclusão de Curso, Práticas corporais de aventura, CCEX V - Pedagogia do Esporte, Escola Ativa e Desenvolvimento Humano.

Neste grupo, para a formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, destacamos que são contemplados habilidades de forma transversal/interdisciplinar, como:

I - Proficiência em Língua Portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta;

- * Metodologia Científica
- * Pesquisa em Educação Física
- * TCC

II - Conhecimento da Matemática para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais;

- * Cinesiologia humana
- * Biomecânica do Movimento Humano
- * Eletiva V – Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa – com os componentes curriculares de “Sistematização do treinamento esportivo” e “Pesquisa quantitativa”

- * Avaliação Educacional

III - Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

* Todos os componentes curriculares que apresentam caráter prático contemplam esse item, sejam nos CCEX, nas PCC, nos Estágios ou nos componentes curriculares com práticas previstas na ementa.

IV - Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;

- * CCEX IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA
- * Estágio supervisionado em Educação Física na Educação Infantil
- * Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - Séries Iniciais
- * Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Séries Finais

* Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA

Grupo 3 (prática pedagógica): Estágio supervisionado na Educação Física na Educação Infantil, Estágio supervisionado no Ensino Fundamental - séries iniciais, Estágio supervisionado no Ensino Fundamental - séries finais e Estágio supervisionado no Ensino Médio e EJA e as AACC.

Estrutura Curricular - Cargas Horárias								
Período	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH estágio	CH PCC	CH total	Créditos
1	CCEX I - Dança na Educação Física Escolar e Formação de Professores	0	0	90	0	0	90	6
	Anatomia Humana I	30	30	0	0	0	60	4
	História da Educação Física	60	0	0	0	0	60	4
	Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação Física	45	15	0	0	0	60	4
	Jogos e brincadeiras	45	15	0	0	0	60	4
	sub - total:	180	60	90	0	0	330	22
2	Esportes de invasão	30	30	0	0	0	60	4
	Fisiologia humana	30	15	0	0	15	60	4
	Anatomia Humana - II	30	30	0	0	0	60	4
	Desenvolvimento Humano	45	0	0	0	15	60	4
	Atletismo	30	30	0	0	0	60	4
	sub - total:	165	105	0	0	30	300	20
3	Cinesiologia Humana	45	0	0	0	15	60	4
	Metodologia científica	45	15	0	0	0	60	4
	Aprendizagem e Controle Motor	45	15	0	0	0	60	4
	Esportes de Campo, Taco e Precisão	15	45	0	0	0	60	4
	Educação Física na Educação Infantil	30	15	0	0	15	60	4
	sub - total:	180	90	0	0	30	300	20
4	Lutas	15	30	0	0	15	60	4
	Biomecânica do movimento humano	45	15	0	0	0	60	4
	Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física	45	0	0	0	15	60	4
	Fisiologia do Exercício	30	0	0	0	30	60	4
	Eletiva I - Núcleo de aprofundamento em dança	15	30	0	0	15	60	4
	sub - total:	150	75	0	0	75	300	20
5	CCEX II - Matrizes histórico-culturais da Amazônia e do Tocantins	0	0	60	0	0	60	4
	Esportes de rede/parede	30	30	0	0	0	60	4
	Estágio supervisionado em Educação Física infantil	0	0	0	165	0	165	11

	Estudos do Lazer	15	30	0	0	15	60	4
	Educação Física no Ensino Fundamental	45	0	0	0	15	60	4
	Eletiva II - Núcleo de aprofundamento em ginástica	15	45	0	0	0	60	4
	sub - total:	105	105	60	165	30	465	31
6	CCEX III - Organização e competição esportiva	0	0	60	0	0	60	4
	Avaliação Educacional	45	0	0	0	15	60	4
	Práticas em dança e ginástica na escola	0	0	0	0	60	60	4
	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - Séries Iniciais	0	0	0	165	0	165	11
	Eletiva III - Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente	45	0	0	0	15	60	4
	Eletiva IV - Núcleo de aprofundamento em Educação Física e saúde	45	15	0	0	0	60	4
	sub - total:	135	15	60	165	90	465	31
7	CCEX IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA	0	0	60	0	0	60	4
	Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Séries Finais	0	0	0	165	0	165	11
	Psicologia da Educação	60	0	0	0	0	60	4
	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	30	30	0	0	0	60	4
	Pesquisa em Educação Física	15	15	0	0	30	60	4
	Políticas Públicas Educacionais	60	0	0	0	0	60	4
	sub - total:	165	45	60	165	30	465	31
8	CCEX V - Pedagogia do Esporte, Escola Ativa e Desenvolvimento Humano	0	0	60	0	0	60	4
	Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA	0	0	0	165	0	165	11
	Eletiva V - Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa	15	15	0	0	30	60	4
	Práticas corporais de aventura	15	45	0	0	0	60	4
	Trabalho de Conclusão de Curso	15	0	0	0	15	30	2
	sub - total:	45	60	60	165	45	375	25
Eletiva	Sistematização do treinamento esportivo	30	0	0	0	30	60	4
	Epidemiologia, atividade física e saúde	30	0	0	0	30	60	4
	Pesquisa quantitativa	30	0	0	0	30	60	4

Dança Jazz	15	30	0	0	15	60	4
Dança Contemporânea	15	30	0	0	15	60	4
Ginástica na Escola	15	45	0	0	0	60	4
Educação Física e Currículo	45	0	0	0	15	60	4
Currículo e pedagogia histórico-crítica	45	0	0	0	15	60	4
Formação Docente	45	0	0	0	15	60	4
Educação Física para grupos especiais	45	15	0	0	0	60	4
Educação Física e envelhecimento	45	15	0	0	0	60	4
Educação Física e saúde na escola	45	15	0	0	0	60	4
Yoga na escola	15	45	0	0	0	60	4
Atividades circenses	15	45	0	0	0	60	4
Dança, Educação Somática e Improvisação	15	30	0	0	15	60	4
Medidas e avaliação em educação física	30	0	0	0	30	60	4
sub - total:	480	270	0	0	210	960	64
Carga Horária Parcial:	1125	555	330	660	330	3000	200
Atividades Complementares						210	14
Carga Horária Total:	1125	555	330	660	330	3210	214

Resumo de Cargas Horárias do Curso			
Categoria	Carga Horária Total	Créditos	Nº Disciplinas
Carga Horária da Matriz	3210	214	43
CH Teórica	1125	75	-
CH Prática	555	37	-
CH de Extensão	330	22	-
CH de Estágio	660	44	-
CH de Prática como Componente Curricular	330	22	-
CH de Atividades Complementares	210	14	-
TOTAL	3210	214	43

Estrutura Curricular - Pré-requisitos			
Período	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos
1	4EDF3031	CCEX I - Dança na Educação Física Escolar e Formação de Professores	
	4EDF3001	Anatomia Humana I	
	4EDF3002	História da Educação Física	
	4EDF3017	Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação Física	
	4EDF3050	Jogos e brincadeiras	

2	4EDF3003	Esportes de invasão	
	4EDF3009	Fisiologia humana	
	4EDF3014	Anatomia Humana - II	
	4EDF3051	Desenvolvimento Humano	
	4EDF3064	Atletismo	
3	4EDF3015	Cinesiologia Humana	Anatomia Humana - II
	4EDF3024	Metodologia científica	
	4EDF3052	Aprendizagem e Controle Motor	
	4EDF3063	Esportes de Campo, Taco e Precisão	
	4EDF3065	Educação Física na Educação Infantil	
4	4EDF3034	Lutas	
	4EDF3016	Biomecânica do movimento humano	Cinesiologia Humana
	4EDF3018	Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física	
	4EDF3025	Fisiologia do Exercício	
	4EDF3066	Eletiva I - Núcleo de aprofundamento em dança	
5	4EDF3039	CCEX II - Matrizes histórico-culturais da Amazônia e do Tocantins	
	4EDF3004	Esportes de rede/parede	
	4EDF3013	Estágio supervisionado em Educação Física infantil	Educação Física na Educação Infantil
	4EDF3048	Estudos do Lazer	
	4EDF3019	Educação Física no Ensino Fundamental	
	4EDF3054	Eletiva II - Núcleo de aprofundamento em ginástica	
6	4EDF3085	CCEX III - Organização e competição esportiva	
	4EDF3035	Avaliação Educacional	
	4EDF3047	Práticas em dança e ginástica na escola	
	4EDF3049	Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - Séries Iniciais	Educação Física no Ensino Fundamental
	4EDF3041	Eletiva III - Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente	
	4EDF3042	Eletiva IV - Núcleo de aprofundamento em Educação Física e saúde	
7	4EDF3032	CCEX IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA	
	4EDF3036	Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Séries Finais	Educação Física no Ensino Fundamental
	4EDF3037	Psicologia da Educação	
	4EDF3038	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	
	4EDF3026	Pesquisa em Educação Física	

	4EDF3058	Políticas Públicas Educacionais	
8	4EDF3086	CCEX V - Pedagogia do Esporte, Escola Ativa e Desenvolvimento Humano	
	4EDF3033	Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA	CCEX IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA
	4EDF3044	Eletiva V - Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa	
	4EDF3046	Práticas corporais de aventura	
	4EDF3056	Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa em Educação Física
Eletiva	4EDF3071	Sistematização do treinamento esportivo	
	4EDF3072	Epidemiologia, atividade física e saúde	
	4EDF3073	Pesquisa quantitativa	
	4EDF3078	Dança Jazz	
	4EDF3079	Dança Contemporânea	
	4EDF3080	Ginástica na Escola	
	4EDF3082	Educação Física e Currículo	
	4EDF3083	Currículo e pedagogia histórico-crítica	
	4EDF3084	Formação Docente	
	4EDF3059	Educação Física para grupos especiais	
	4EDF3060	Educação Física e envelhecimento	
	4EDF3061	Educação Física e saúde na escola	
	4EDF3067	Yoga na escola	
	4EDF3068	Atividades circenses	
	4EDF3069	Dança, Educação Somática e Improvisação	
	4EDF3070	Medidas e avaliação em educação física	

Estrutura Curricular - Equivalências			
Período	Componente Curricular	Tipo de Equivalência	Equivalências
1	Anatomia Humana I - 60h	ED	Anatomia Geral - (60/60h)
1	História da Educação Física - 60h	ED	História da Educação Física - (60/60h)
1	Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação Física - 60h	ED	Fundamentos Filosóficos em Educação Física - (60/60h)
1	Jogos e brincadeiras - 60h	ED	Jogos e Brincadeiras - (60/60h)
2	Esportes de invasão - 60h	ED	Esportes I (Esportes de invasão) - (60/60h)
2	Fisiologia humana - 60h	ED	Fisiologia Humana - (60/60h)
2	Anatomia Humana - II - 60h	ED	Anatomia aplicada ao movimento - (60/60h)

2	Desenvolvimento Humano - 60h	ED	Crescimento e Desenvolvimento Motor - (60/60h)
2	Atletismo - 60h	ED	Atletismo na Escola - (60/60h)
3	Cinesiologia Humana - 60h	ED	Bases Cinesiológicas e biomecânicas do movimento humano - (60/60h)
3	Metodologia científica - 60h	ED	Instrumentalização Científica - (60/60h)
3	Aprendizagem e Controle Motor - 60h	ED	Aprendizagem e Controle Motor - (60/60h)
3	Esportes de Campo, Taco e Precisão - 60h	ED	Esportes III (Esporte de rebatida/ campo e Esportes de alvo) - (60/60h)
3	Educação Física na Educação Infantil - 60h	ED	Educação Física na Educação Infantil - (60/60h)
4	Lutas - 60h	ED	Lutas na Escola - (60/60h)
4	Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física - 60h	ED	Teorias da Educação Física Escolar - (60/60h)
4	Fisiologia do Exercício - 60h	ED	Fisiologia do Exercício - (60/60h)
5	Esportes de rede/parede - 60h	ED	Esportes II (Esportes de rede/parede) - (60/60h)
5	Educação Física no Ensino Fundamental - 60h	ED	Educação Física no Ensino Fundamental - (60/60h)
6	Avaliação Educacional - 60h	ED	Fundamentos Didáticos em Educação Física - (60/60h)
6	Práticas em dança e ginástica na escola - 60h	ED	Ginástica Escolar - (60/60h)
7	Psicologia da Educação - 60h	ED	Psicologia da Educação e do Desenvolvimento - (60/60h)
7	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - 60h	ED	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - (60/60h)
7	Pesquisa em Educação Física - 60h	ED	Métodos de Pesquisa Qualitativa - (60/60h)
7	Políticas Públicas Educacionais - 60h	ED	Políticas Públicas e Gestão Educacional - (60/60h)
8	Práticas corporais de aventura - 60h	ED	Práticas Corporais de aventura - (60/60h)
Eletiva	Ginástica na Escola - 60h	ED	Introdução à Ginástica - (60/60h)
Eletiva	Formação Docente - 60h	ED	Prática de Ensino e Formação Docente - (60/60h)
Eletiva	Educação Física e saúde na escola - 60h	ED	Educação Física e saúde na escola - (60/60h)
Eletiva	Dança, Educação Somática e Improvisação - 60h	ED	Expressão Corporal e Dança - (60/60h)
ED = Equivalência Direta			
EM = Equivalência Mista			

3.5 - Ementário

1º Período

CCEx I - Dança na Educação Física Escolar e Formação de Professores					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	90	90	Obrigatória
Ementa					
Noções sobre a história da dança. Vivências em dança. O papel do professor de Educação Física e suas relações com a dança. A dança no currículo da Educação Física. Planejamento em dança e Educação Física na escola. Dança, diversidade e práticas inclusivas. Componente Curricular de Extensão.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - LABAN, Rudolf von. Dominio do movimento . 5ª ed. São Paulo: SP: Editora Summus, 1978.					
2 - BOURCIER, Paul. História da dança no ocidente . 2ª ed. São Paulo - SP: Editora Martins Fontes, 2011.					
3 - MARQUES, Isabel. Dançando na escola . 5ª ed. São Paulo: SP: Cortez, 2010.					
Bibliografia Complementar:					
1 - DANTAS, Mônica Fagundes. Dança, o enigma do movimento . 2ª ed. Editora Appris, 2020.					
2 - CAMARGO, Emerson. A Dança de Relações e Experimentação . Curitiba: PR: Íthala, 2013.					
3 - NASCIMENTO, Diego Ebling do. Do Balé Clássico à Dança Moderna: impressões e pistas para o entendimento das concepções de corpo na dança . 37. Montenegro - RS, 2019. Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/499 . Acesso em: 16 jun. 2023.					
4 - RODRIGUES, Graziela. Bailarino, pesquisador e intérprete . São Paulo, SP: Solisluna, 2018.					
5 - FRANCO, N.; SOUZA, B. G. de; PAIVA, A. G. de; OLIVEIRA, A. J. de. VAMOS DANÇAR? : DANÇAS DE SALÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO , v. 28, nº 3. São Luis: MA: Cadernos de Pesquisa, 2022. Disponível em: http://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15744 . Acesso em: 21 jun. 2023.					
6 - PAZETTO FERREIRA, D.; SAMWAYS, S. Para além de damas e cavalheiros: uma abordagem queer das normas de gênero na dança de salão. v. 14, n. 3, p. 157-179. Florianópolis: SC: Revista Educação, Artes e Inclusão , 2018. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11736 . Acesso em: 21 jun. 2023.					

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Estudo analítico e descritivo da organização macroscópica e topográfica dos sistemas orgânicos humanos respiratório, cardiovascular, digestório, neural, urinário e genitais. Noções estruturais e funcionais dos sistemas orgânicos humanos e sua aplicação no contexto da Educação Física.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - DANGELO, José Geraldo; FATTINI, C.A. Anatomia Humana Básica . São Paulo -SP: Atheneu, 2011.					
2 - DANGELO, José Geraldo; FATTINI, C.A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos . 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 1978.					
3 - SOBOTA, J. Atlas de Anatomia humana . Rio de Janeiro -RJ: GEN Guanabara Koogan, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1 - GARDNER, E.D; GRAY, D.J; O'RAHILLY, R. Anatomia: estudo regional do corpo humano . 4º ed. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2008.					
2 - MOORE, K.L. Fundamentos de Anatomia Clínica .. 2011.					
3 - HAMILTON, W J. Tratado de Anatomia Humana . 1982.					
4 - SPENCE, A. P. Anatomia humana básica . 1991.					
5 - NIELSEN, M.T; TORTORA, G.J. Princípios de anatomia humana .. 2013.					
6 - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANATOMIA, Comissão de Terminologia Anatômica. Terminologia anatômica: terminologia anatômica internacional . 2001.					

História da Educação Física					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Análise histórica das atividades atléticas e sua relação com instituições. A educação do corpo e escolarização das práticas corporais. Panorama e perspectivas da História da Educação Física no Brasil: a herança militar, médica e esportiva. A História como campo de estudo e pesquisa no campo da Educação Física.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

2 - CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 19ª ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2014.

3 - SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Bibliografia Complementar:

1 - GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

2 - SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da Educação no corpo**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

3 - RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira: a organização escolar**. 20ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

4 - DIAS, Cleber. A igreja, o estado e a bola: história do esporte entre os índios do Brasil Central. **Pensar a Prática**. Goiânia, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/17069>. Acesso em: 23 fev. 2023.

5 - LIMA, Rubens Rodrigues. História da Educação Física: algumas pontuações. **Revista eletrônica Pesquiseduca**. V. 07, n. 13, p. 246-257, jan.-jun. Santos, SP, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/199/pdf..> Acesso em: 23 fev. 2023.

Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação Física

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

A leitura filosófica a respeito de temas e conceitos como mito, religião, fé, ciência, morte, estética, linguagem, política, ideologia, homem, razão, ética/moral. O sentido e a finalidade da Filosofia como explicação crítica às diversas dimensões da Educação Física. Estudo crítico-reflexivo da construção sociocultural da educação física e suas relações com a sociedade.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BARBOSA, C. L. A. **Educação Física e Filosofia**. 2005.

2 - CHAÚÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo - SP: Atica, 2019.

3 - CHAÚÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12ª ed., São Paulo:Ática; 1999. 12. São Paulo, 1999.

4 - MURAD, M. **Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esportes..** 2020.

Bibliografia Complementar:

1 - ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

2 - BAUMAN, Z; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro -RJ: Jorge Zahar, 2010.

3 - BOLTANSKY, L. **As classes sociais e o corpo.** 1979.

4 - BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: Uma introdução..** 2004.

5 - BRETON, D. L. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade..** 2003.

6 - CARMO JR, Wilson do. **Educação Física no Ensino Superior: - Dimensões Filosóficas da Educação Física..** 2005.

7 - DELLA FONTE, S.S. **Educação física, educação e reflexão filosófica..** 2010.

8 - GHIRALDELLI JR, P. **O corpo: filosofia e educação.** 2007.

9 - LISBOA, M. G C. **Filosofia da Educação Física.** 1994.

10 - MELANI, R. **O corpo na filosofia..** 2012.

11 - NOVAES, A. (Org.). **O homem máquina: ciência manipula o corpo..** 2003.

12 - SANTIN, S. **Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade.** 1987.

Jogos e brincadeiras					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
O jogo entendido como fenômeno cultural e educacional. As diferentes concepções teóricas, classificações e abordagens do jogo, da brincadeira e do brinquedo. As mudanças sociais que interferem nas atividades lúdicas. A relação dos jogos esportivos coletivos e suas implicações na ação pedagógica e profissional da Educação Física.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FREIRE, J. B. O jogo: entre o riso e o choro.. 2002.					
2 - BALBINO, Hermes Ferreira; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte: contextos e perspectivas. Rio					

de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

3 - CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Cotovia, 1990.

Bibliografia Complementar:

1 - FRIEDMANN, Adriana. **Brincar:: crescer e aprender o resgate do jogo infantil**. São Paulo/SP: Moderna, 1996.

2 - HUIZINGA, J. **Homo Ludens:: O jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

3 - KISHIMOTO, Tizuko. **O brincar e suas teorias**. São Paulo - SP, 1998.

4 - KRÖGER, C; ROUTH, K. **Escola da bola:: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. São Paulo/SP: Phorte, 2002.

5 - REVERDITO, R. S; SCAGLIA, A. J. **Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão**. São Paulo: Phorte, 2009.

2º Período

Esportes de invasão					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aspectos histórico- culturais dos esportes de invasão e sua inserção na cultura corporal contemporânea. Lógica interna, conhecimentos e metodologia de ensino das modalidades esportivas de invasão enquanto conteúdos da Educação Física escolar.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino (Org.). Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.					
2 - FREIRE, João Batista. Pedagogia do futebol . 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.					
3 - COUTINHO, Nilton Ferreira. Basquetebol na escola: da iniciação ao treinamento . 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2007.					
4 - KROGER, Christian; ROTH, Klaus. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos . 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2006.					
Bibliografia Complementar:					

- 1 - KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8ª ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2016.
- 2 - DE ROSE JR, Dante; FERREIRA, Alúcio Elias Xavier. **Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica**. 3ª ed. São Paulo: EPU, 2010.
- 3 - SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos. **Manual de mini-handebol**. 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2014.
- 4 - EHRET, Arno. et al. **Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes**. São Paulo: Phorte Editora, 2008.
- 5 - GIUSTI, João Gilberto Mattos; VOSER, Rogério da Cunha. **Futsal e a Escola: uma perspectiva pedagógica**. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2015.
- 6 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Esporte para a vida no ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2012.
- 7 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2012.
- 8 - BALBINO, Hermes Ferreira; PAES, Roberto Rodrigues. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Coogan, 2005.

Fisiologia humana					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
<p>Conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos sistemas orgânicos, tendo em vista uma visão da importância de cada um deles para o funcionamento integrado do organismo. Sistemas que compõem o organismo humano, sistema celular, sistema neuromuscular, sistema imunológico, cardiovascular, respiratório, renal, digestório e endócrino, bem como as inter-relações funcionais existentes entre eles aplicados à Educação Física.</p>					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GUYTON, Arthur C; HALL, Jhon E. Tratado de fisiologia médica . 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
2 - COSTILL, David L; WILMORE, Jack H. Fisiologia do esporte e do exercício . 4ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2010.					
3 - KAWAMOTO, Emilia Emi. Anatomia e fisiologia humana . 3ª ed. São Paulo: EPU, 2009.					
Bibliografia Complementar:					

1 - JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchôa; CARNEIRO, José. **Histologia Básica**. 13º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

2 - AIRES, Margarida de Mello. **Fisiologia Básica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

3 - FOSS, Merle L; KETEYIAN, Steven J. **Bases Fisiológicas do Exercício do Esporte**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

4 - KATCH, Frank I; KATCH, Victor L; MCARDLE, Willian D. **Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

5 - KOEPPEN, Bruce M; STANTON, Bruce A. **Berne e Levy fisiologia**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

6 - GUYTON, Arthur C; HALL, Jhon E. **Fisiologia humana e mecanismos das doenças**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Anatomia Humana - II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Estudo analítico e descritivo da organização macroscópica e topográfica dos sistemas orgânicos humanos esquelético, articular e muscular. Noções estruturais e funcionais dos sistemas orgânicos humanos e sua aplicação no contexto da Educação Física.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - DANGELO, José Geraldo; FATTINI, C.A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos . 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 1978.					
2 - SOBOTA, J. Atlas de Anatomia humana . Rio de Janeiro -RJ: GEN Guanabara Koogan, 1990.					
3 - DANGELO, J.G; FATTINI, C.A. Anatomia humana sistêmica e segmentar . 2007.					
Bibliografia Complementar:					
1 - GARDNER, E.D; GRAY, D.J; O'RAHILLY, R. Anatomia: estudo regional do corpo humano . 4º ed. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2008.					
2 - SPENCE, A. P. Anatomia humana básica . 1991.					
3 - MOORE, K.L. Fundamentos de Anatomia Clínica .. 2011.					
4 - NETTER, F.H. Atlas de anatomia humana . 2011.					

5 - TORTORA, G.J.; NIELSEN, M.T. **Princípios de anatomia humana..** 2013.

6 - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANATOMIA, Comissão de Terminologia Anatômica. **Terminologia anatômica: terminologia anatômica internacional.** 2001.

Desenvolvimento Humano

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Conceitos e definições sobre desenvolvimento humano. As teorias de Desenvolvimento Humano (Piaget, Vigotsky, Freud, Wallon) e os processos de ensino e aprendizagem orientados à Educação Física. O desenvolvimento humano em seus diferentes aspectos (biológico, social, cognitivo, emocional, motor e sexual) e suas etapas ao longo da vida, com ênfase no desenvolvimento motor e avaliação motora aplicados à Educação Física.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BEE, Hellen. **A criança em desenvolvimento.** Porto Alegre - RS, 2003.
- 2 - FELDMAN, Ruth Duskin; PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano.** 2013.
- 3 - GALLAHUE, David L; GOODWAY, Jacqueline D; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre-RS: Artmed, 2002.
- 2 - DESSEN, Maria Auxiliadora; JÚNIOR, Áderson Luiz Costa. **A ciência do desenvolvimento humano.** 2005.
- 3 - DONNELLY, F; GALLAHUE, David L. **Educação Física Desenvolvimentista para crianças.** São Paulo: Phorte, 2007.
- 4 - GETCHELL, N; HAYWOOD, K. M. **Desenvolvimento motor ao longo da vida.** Porto Alegre: Artmed, 2016.
- 5 - DANTAS, H; LATAILLE, Y; OLIVEIRA, Marta Kohl De. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** 7.ed. São Paulo: Sammus, 2019.

Atletismo

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de	CH. Total	Tipo:
-------------	-------------	------------	--------	-----------	-------

			Extensão		
30	30	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Histórico do Atletismo. Fundamentos técnicos e táticos das corridas e dos saltos, arremessos e lançamentos, suas definições e regras. Processos pedagógicos para o aprendizado das diferentes modalidades do atletismo. Regras do atletismo. O atletismo no ambiente escolar.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FERNANDES, J. Atletismo: corrida . 3. ed. São Paulo/SP: EPU, 2003.					
2 - MATTHIESEN, S. Atletismo: teoria e prática . 2007.					
3 - FERNANDES, J. Atletismo: os saltos . 2003.					
4 - FERNANDES, J. Atletismo: arremessos e lançamentos . 2003.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em: 29 ago. 2022.					
2 - COICEIRO, G. A. 1.000 exercícios para o atletismo . 2003.					
3 - MOURA, D. L. et al. Dialogando sobre o ensino da educação física: atletismo na escola . 2016.					

3º Período

Cinesiologia Humana					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Conceitos básicos qualitativos de Cinesiologia Humana. Análise cinesiológica dos diversos movimentos dos segmentos corporais humano de forma analítica e global. Bases anatomofuncionais dos movimentos do corpo humano e função das estruturas musculoesqueléticas durante a execução das atividades de vida diária e gestos esportivos.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - HAMILL, J.; KNUTZEN, K.M; DERRICK, T. R. Bases Biomecânicas do Movimento Humano . 2016.					
2 - RASCH, P. J. Cinesiologia e anatomia aplicada . 2008.					
3 - LEHMKUHL, L. D; SMITH, L.R. Cinesiologia Clínica Brunnstrom . 1997.					

Bibliografia Complementar:

- 1 - HALL, S.J. **Biomecânica básica**. 2018.
- 2 - FRANKEL, V. H; NORDIN, M. **Biomecânica básica do sistema musculoesquelético**. 2016.
- 3 - KAPANDJI, A.I. **Fisiologia articular: esquemas comentados de mecânica humana**. 2017.
- 4 - SPENCE, A. P. **Anatomia humana básica**. 1991.
- 5 - SACCO, I. C. N; TANAKA, C. **Cinesiologia e biomecânica dos complexos articulares..** 2008.
- 6 - LIPPERT, L. S. **Cinesiologia clínica e anatomia..** 2008.

Metodologia científica					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
<p>Caracterização dos tipos de conhecimento: popular, filosófico, teológico e científico. Escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos (resumo, resenha, ensaio). Compreensão do processo de surgimento e desenvolvimento do pensamento científico. Método lógico do pensamento científico. Padronização de trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa e normas da ABNT. As fases da construção do conhecimento científico: escolha do tema e questão problema de pesquisa; pesquisa bibliográfica e de bases de dados; elaboração das hipóteses; seleção e coleta de dados; métodos de análise; apresentação de resultados e conclusões; apresentação final e escrita de um trabalho acadêmico/científico.</p>					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
<ol style="list-style-type: none"> 1 - GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 2 - NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J; TOMAS, J. R.;. Métodos de pesquisa em atividade física. 2007. 3 - VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica.. 2015. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/932/1577. Acesso em: 15 jun. 2023. 					
Bibliografia Complementar:					
<ol style="list-style-type: none"> 1 - CARVALHO, M. C. M. de (org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas.. 1999. 2 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia 					

científica. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

3 - ANDRÉ, M. E; LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 1986.

4 - MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas.** São Paulo - SP: Atlas, 2014.

5 - NASCIMENTO, N. N, et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos-científicos da Universidade Federal do Tocantins..** 2022.

6 - OLIVEIRA, Silvio R. **Tratado de Metodologia Científica.** 2ª. Thomson Pioneira, 2001.

7 - SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24ª ed. Cortez, 2018.

Aprendizagem e Controle Motor

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

O Comportamento Motor e suas subáreas do Desenvolvimento, Aprendizagem e Controle motor. A compreensão do processo de ensino de habilidades motoras e a relação com indivíduo, tarefa e ambiente. A teoria do processamento da informação, o programa motor, feedback, instrução, transferência de aprendizagem e os tipos de prática, buscando a interação com a ação profissional em Educação Física Escolar e as práticas motoras. Formas de avaliação em aprendizagem motora.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - SCHMIDT, R. A; WRISBERG, C. A. A. **Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

2 - LEE, T. D; SCHMIDT, R. A. **Aprendizagem e performance motora: dos princípios a aplicação.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

3 - MAGILL, R. A. **Aprendizagem e Controle Motor.** São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

Bibliografia Complementar:

1 - GALLAHUE, David L; GOODWAY, Jacqueline D; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

2 - LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência.** São Paulo -SP: Atheneu, 2001.

3 - TANI, G. **Comportamento Motor: Aprendizagem e Desenvolvimento.** 2005.

Esportes de Campo, Taco e Precisão					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aspectos histórico-culturais dos esportes de rebatida/campo (Taco, Beti, Softbol, Beisebol) e dos esportes de alvo (bocha, boliche, malha, arco e flecha, dardo). Fundamentos técnicos e táticos necessários para o processo ensino-aprendizagem dos esportes de rebatida/campo e esportes de alvo no contexto escolar.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em: 29 ago. 2022.					
2 - BALBINO, Hermes Ferreira; PAES, R. R. Pedagogia do esporte:: contextos e perspectivas . São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.					
3 - RIBAS, João Francisco Magno. Praxiologia Motriz na América Latina:: aportes para a didática na Educação Física . 1. ed. Ijuí/RS: UNIJUI, 2017.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BALBINOTTI, C. O ensino do tênis:: novas perspectivas de abordagem.. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.					
2 - RIBAS, João Francisco Magno. Jogos e esportes: fundamentos e reflexões da Praxiologia Motriz . 2008.					
3 - KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte . Ijuí - RS: Ed. UNIJUI, 2010.					

Educação Física na Educação Infantil					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Estudo das concepções e procedimentos pedagógicos da Educação Física e suas relações com a Educação Infantil. Conceitos de criança, infância, infâncias. Características, necessidades e prioridades da criança. Natureza, propósitos, significados da Educação Física na infância. Análise dos espaços e da cultura lúdica com ênfase nas possibilidades participativas, críticas e expressivas. Planejamento, orientação, organização, desenvolvimento e avaliação dos componentes curriculares da Educação Física nas Infâncias.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Corpo em movimento na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

2 - KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

3 - DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1 - ABRÃO, K. **A política de organização das infâncias e o currículo da Educação Infantil e do primeiro ano**. v. 1. Florianópolis: Zero-a-seis, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroses/article/view/1980-4512.2012n25p51>. Acesso em: 13 jul. 2023.

2 - BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPEF/Coedi, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

3 - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

4 - DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências**. São Paulo: Phorte Editora, 2011.

5 - DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

6 - FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática na Educação Física**. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 2010.

7 - GALLAHUE, David L; GOODWAY, Jacqueline D; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

8 - DEHEINZELIN, M. **A fome com a vontade de comer: uma proposta curricular de educação infantil**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

9 - FREIRE, J. B. SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2009.

10 - KRAMER, Sonia. et al. **KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda (orgs.). Infância e eEducação infantil**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.. 8.ed. Campinas/ SP: Editora Papyrus, 2009.

11 - KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí - RS: Ed. UNIJUI, 2010.

12 - LIMA, Maria socorro lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

13 - PALMA, Â. P. T. V. **Educação Física e a organização curricular: Educação Infantil**,

Ensino Fundamental, Ensino Médio. Londrina: PR: Eduel, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YOXiDwAAQBAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 21 jun. 2023.

4º Período

Lutas					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Estudos dos diferentes tipos de lutas ocidentais, orientais, indígenas e a capoeira, organização e classificação das lutas em relação a especificidade da sua atividade motora. Abordagens histórico-filosóficas das lutas. Vivência e procedimentos metodológicos para o ensino das lutas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - OLIVIER, J. C. Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola.. 2000.					
2 - BRASIL, . Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental. MEC, 2017.					
3 - SOARES, C. et al. Metodologia do ensino de educação física. 2012.					
Bibliografia Complementar:					
1 - AREIAS, A. O que é capoeira. 1983.					
2 - GOMES, M. S. P. Procedimentos Pedagógicos para o Ensino das Lutas: Contextos e Possibilidades. 2008.					
3 - FALCÃO, J.L.C. Para além das metodologias prescritivas na educação física: a possibilidade da capoeira como complexo temático no currículo de formação profissional. 2004. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fe/article/view/93/88 . Acesso em: 17 jun. 2023.					
4 - MOURA, D. L. et al. Dialogando sobre o ensino da educação física: lutas na escola. 2017.					

Biomecânica do movimento humano					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Introdução aos fundamentos da biomecânica do movimento humano e sua relação com a					

Cinesiologia. Bases anatomofuncionais e análise biomecânica do comportamento das estruturas musculoesqueléticas durante o movimento humano no contexto da atuação da Educação Física.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - DERRICK, T. R; HAMILL, J; KNUTZEN, K.M. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano.** 2016.
- 2 - RASCH, P. J. **Cinesiologia e anatomia aplicada.** 2008.
- 3 - CARR, G. A. **Biomecânica dos esportes: um guia prático.** 1998.

Bibliografia Complementar:

- 1 - HALL, S.J. **Biomecânica básica.** 2018.
- 2 - FRANKEL, V. H; NORDIN, M. **Biomecânica básica do sistema musculoesquelético.** 2016.
- 3 - LEHMKUHL, L. D; SMITH, L.R. **Cinesiologia Clínica Brunnstrom.** 1997.
- 4 - SACCO, I. C. N; TANAKA, C. **Cinesiologia e biomecânica dos complexos articulares..** 2008.
- 5 - OKUNO, E. **Desvendando a física do corpo humano: biomecânica..** 2003.

Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Fundamentos filosóficos e pedagógicos das teorias da educação que influenciaram a Educação Física. Estudo e vivência das propostas teórico-metodológicas que fundamentam os aspectos didáticos da Educação Física enquanto componente curricular da escola.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação.** 3. São Paulo: Cortez, 2016.
- 2 - SOARES, C. et al. **Metodologia do ensino de educação física.** 2012.
- 3 - SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 2021.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Ed. Moderna, 2006.

- 2 - BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. 1999.
- 3 - DARIDO, S. Educação física na escola: questões e reflexões.. 2003.
- 4 - FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. 1997.
- 5 - FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 2003.
- 6 - HILDEBRANDT; LAGING, R, H. Concepções abertas no ensino de educação física. 1986.
- 7 - KNUZ, E. Educação Física: ensino e mudanças. 2015.
- 8 - KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí - RS: Ed. UNIJUI, 2010.
- 9 - MOREIRA, Wagner Wey. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. 1992.
- 10 - KNUZ, E. Didática da Educação Física 1. 2013.
- 11 - KUNZ, E. Didática da Educação Física 2. 2014.
- 12 - KUNZ, E. Didática da Educação Física 3. 2017.
- 13 - KUNZ, E. Didática da Educação Física 4. 2016.
- 14 - MOREIRA, Wagner Wey. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. 1992.
- 15 - NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física. Coleção Reflexão e a prática de ensino. 2011.
- 16 - SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- 17 - SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum a consciência filosófica.. Campinas: Autores Associados, 2004.

Fisiologia do Exercício					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	30	-	60	Obrigatória
Ementa					
Estudo dos mecanismos e adaptações agudas e crônicas em resposta ao exercício físico, utilização das fontes energéticas em diferentes situações de atividades físicas. Diferentes tipos de fibras musculares, a contração muscular e suas relações com a atividade física. Mecanismo das trocas gasosas e controle de ventilação durante o exercício. Respostas hemodinâmicas ao exercício. Fatores ambientais influenciadores no desempenho físico. Respostas endócrinas ao exercício.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - MCARDLE, William D. et al. **Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano..** 2008.

2 - HOWLEY, Edward T; POWERS, Scott K. **Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho.** 2000.

3 - WEINECK, Jürgen. **Biologia do Esporte..** 2000.

Bibliografia Complementar:

1 - ASTRAND, P.O; RODAHAL, K. **Tratado de Fisiologia do Exercício.** 1980.

2 - COSTILL, David L; WILMORE, Jack H. **Fisiologia do esporte e do exercício.** 4ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2010.

3 - TARANTO, Gisueppe. **Diretrizes do ACSM para os esforços e sua prescrição: American College Of Sports Medicine.** 2003.

4 - GUYTON, Arthur C; HALL, Jhon E. **Tratado de fisiologia médica.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

5 - POLLOCK, M. et al. **Exercício na Saúde e na Doença.** 1993.

Eletiva I - Núcleo de aprofundamento em dança

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

O Núcleo de aprofundamento em dança é composto pelos seguintes componentes curriculares: 1) Dança, Educação Somática e Improvisação; 2) Dança Jazz; e 3) Dança Contemporânea . O/a estudante poderá escolher um deles para compor seu currículo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

5º Período

CCEx II - Matrizes histórico-culturais da Amazônia e do Tocantins

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória

Ementa

Estudos a respeito do percurso histórico-cultural dos povos pertencentes à região Amazônica e ao Estado do Tocantins, expressos na cultura corporal. Elementos epistemológicos ligados às manifestações corporais dos povos originários, e sua transformação ao longo do processo de aculturação. Possibilidades de intervenção da Educação Física no norte do Brasil. Componente Curricular de Extensão.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2015.

2 - CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 19ª ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2014.

3 - SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Bibliografia Complementar:

1 - LOMBARDI, José Claudinei. **Crise capitalista e educação brasileira**. Navegando Publicações, 2016.

2 - FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo - SP: Global, 2005.

3 - GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

Esportes de rede/parede

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Aspectos histórico-culturais dos esportes com rede divisória ou muro/parede de rebote e sua inserção na cultura corporal contemporânea. Lógica interna, conhecimentos e metodologia de ensino das modalidades esportivas com rede divisória ou muro/parede de rebote enquanto conteúdos da Educação Física escolar.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BENDA, Rodolfo Novellino; GRECO, Pablo Juan. **Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

2 - KROGER, Christian; ROTH, Klaus. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos**. 2ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2006.

3 - RIBAS, João Francisco Magno. **Praxiologia Motriz e Voleibol: Elementos para o Trabalho Pedagógico**. Ijuí, RS: Ed.UNIJUÍ, 2014.

Bibliografia Complementar:

- 1 - KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7ª ed. Ijuí,RS: Ed. UNIJUÍ, 2010.
- 2 - CARVALHO, Oto Morávia de. **Voleibol: 1000 exercícios**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.
- 3 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2012.
- 4 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Esporte para a vida no ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2012.
- 5 - BIZZOCCHI, Carlos. **O voleibol de alto nível: da iniciação à competição**. 5ª ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2016.
- 6 - PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Coogan, 2005.

Estágio supervisionado em Educação Física infantil

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	165	Obrigatória

Ementa

A organização do trabalho pedagógico da educação física na educação infantil. Objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação física na educação infantil. A reflexão sobre as estratégias didático-pedagógicas como um dos pilares da prática pedagógica do professor de educação física na educação infantil. Educação Física e questões de gênero.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- 2 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Corpo em movimento na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- 3 - MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física infantil: construindo o movimento**. 7ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática na Educação Física**. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 2010.

2 - CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida; LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

3 - DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2018.

4 - GALLAHUE, David L; GOODWAY, Jacqueline D; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

5 - DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

6 - NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. (Orgs). **Monstros ou heróis?: os currículos que formam professores de Educação Física**. São Paulo: Phorte Editora, 2016.

7 - MOREIRA, Evando Carlos; PEREIRA, Raquel Stoilov. **Educação Física Escolar: desafios e propostas 2**. 2ª ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura Editora, 2011.

8 - KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7ª ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2010.

9 - DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação Física Escolar: compartilhando experiências**. São Paulo: Phorte Editora, 2011.

Estudos do Lazer

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Estudos do Lazer em sua interlocução com a esfera da educação: conceitos, valores e conteúdo. Enfoques e tendências na produção de conhecimento no Campo do Lazer. O Lazer como área multidisciplinar de formação humana e intervenção profissional. Investigação, análise de projetos ou programas de lazer, identificando os aspectos teórico-metodológicos inerentes à sua implementação e seu desenvolvimento. O Lazer na escola. O lazer e a sua interlocução na Base Nacional Comum Curricular. O lazer e as questões sociais de gênero, raça e etnia. Prática como Componente Curricular.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4ª ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2006.

2 - FONSECA, C. A. ALVES, C.; ISAYAMA, H. F. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): onde está o lazer?. v. 28, n. 1, p. 171-196. Piracicaba: SP: **Comunicações Piracicaba**, 2021.

Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/4409/2527>. Acesso em: 21 jun. 2023.

3 - TAVARES, G. H.; TEIXEIRA, I. P. ; FLORINDO, A.; UVINHA, R. R. Atividades Físicas no Lazer: uma análise preliminar sobre os marcadores sociais da diferença. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/37777>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Bibliografia Complementar:

1 - BUZACARINI, C. CORRÊA, E. A. Lazer dos “estudantes universitários”. v. 13, n. 2, p. 15-28. **Conexões**, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640653>. Acesso em: 21 jun. 2023.

2 - PIMENTEL, G. G. de A. ; MOREIRA, E. C.; PEREIRA, R. S. Lazer, meio ambiente e educação física escolar: relações possíveis?. v. 16, n. 1. Goiânia: GO: **Pensar a Prática**, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feef/article/view/15971>. Acesso em: 21 jun. 2023.

3 - DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura popular**. São Paulo: SP: Editora Perspectiva, 2000.

4 - ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer em Estudos: Currículo e Formação Profissional**. Campinas: SP: Papirus, 2010.

5 - LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: SP: Editora Unesp, 1999.

Educação Física no Ensino Fundamental					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
A educação física como componente curricular na área da linguagem no ensino fundamental. Implicações teóricas, curriculares, didático-metodológicas e práticas inclusivas para a mobilização da educação física no ensino fundamental. A legislação e as diretrizes curriculares que embasam o ensino fundamental.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BOSSLE, F. Didática (s) da Educação Física: formação docente e cotidiano escolar . 2016.					
2 - KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte . Ijuí - RS: Ed. UNIJUI, 2010.					
3 - SOARES, C. et al. Metodologia do ensino de educação física . 2012.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ALVES, M. J. A Educação Física no contexto escolar: interdisciplinarizando o conhecimento e construindo saberes.. 2011.					
2 - AMARAL, J. D. Jogos cooperativos . 2009.					

3 - BRACHT, Valter. **A educação física no ensino fundamental.** 2010.

4 - LDB - **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

5 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

6 - DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A.. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica..** 2005.

7 - DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.** 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2018.

8 - FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física.** 1997.

9 - FREIRE, J. B. **O jogo: entre o riso e o choro..** 2002.

10 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. **Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2012.

11 - NISTA-PICCOLO, V.; MOREIRA, W.W. **Esporte para saúde nos anos finais do Ensino Fundamental..** 2012.

12 - TOCANTINS, Seduc. **Proposta Curricular do Estado do Tocantins: Educação Física..** 2019. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209817>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Eletiva II - Núcleo de aprofundamento em ginástica

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Obrigatória

Ementa

O Núcleo de aprofundamento em ginástica é composto pelos seguintes componentes curriculares: 1) Ginástica na Escola; 2) Atividades Circenses; e 3) Yoga na Escola. O/ a estudante poderá escolher um deles para compor seu currículo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

6º Período

CCEx III - Organização e competição esportiva

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-------------	-------------	------------	-----------------	-----------	-------

-	-	-	60	60	Obrigatória
Ementa					
Princípios organizacionais aplicados à Educação Física e ao esporte. Elementos envolvidos na organização e desenvolvimento de eventos e festivais esportivos. O esporte e a competição como conteúdo. Planejamento e organização de eventos na escola. Regulamentos, confecção de tabela de jogos e sistemas de disputa. Planejamento e execução de evento esportivo. Componente Curricular de Extensão.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - CAPINUSSÚ, José Maurício. Competições esportivas: Organização e esquemas . São Paulo: IBRASA, 1986.					
2 - KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte . Ijuí - RS: Ed. UNIJUI, 2010.					
3 - POIT, Davi Rodrigues. Organização de eventos esportivos . 4ª ed. São Paulo: Phorte, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ANDRADE, Renato Brenol. Manual de eventos . 2ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002.					
2 - BALBINO, Hermes Ferreira; PAES, R. R. Pedagogia do esporte:: contextos e perspectivas . São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.					
3 - CAPINUSSÚ, José Maurício. Moderna organização da Educação Física e Desportos . São Paulo: IBRASA, 1992.					
4 - MOREIRA, Wagner Wey. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI . 1992.					
5 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental . São Paulo: Cortez, 2012.					
6 - MOREIRA, Wagner Wey; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. Esporte para a vida no ensino médio . São Paulo: Cortez, 2012.					
7 - MOREIRA, W.W, NISTA-PICCOLO, V. Esporte para saúde nos anos finais do Ensino Fundamental.. 2012.					
8 - ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização.. 3. São Paulo: Atlas, 2006.					

Avaliação Educacional					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Trajetória histórica da avaliação educacional. Estudo das teorias avaliativas e sua					

relação com a educação física escolar. Sistema brasileiro de avaliação e seus impactos na educação nacional. Avaliação standartizada, avaliação institucional e avaliação para/da aprendizagem no contexto da educação física escolar.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2006.
- 2 - HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade..** 2012.
- 3 - ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra? reflexões sobre avaliação e fracasso escolar..** 2001.

Bibliografia Complementar:

- 1 - SOBRINHO, José Dias. **Avaliação :políticas educacionais e reformas da educação superior**. 2003.
- 2 - SANTOS, Wagner dos. et. al. **Avaliação na educação física escolar: analisando as experiências das crianças em três anos de escolarização**. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/frGsjsxGwKshqC5TBqWfMm4L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- 3 - SANTOS, Wagner et. al. **Avaliação na Educação Física escolar: construindo possibilidades para a atuação profissional**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NT4BqQq6MpwPsV65zQTNkvP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- 4 - SANTOS, Wagner dos. **Currículo e avaliação na educação física: do mergulho à intervenção..** 2005.
- 5 - SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória : desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. 2000.
- 6 - VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional :teoria-planejamento-modelos**. 2000.

Práticas em dança e ginástica na escola

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	60	-	60	Obrigatória

Ementa

Planejamento e intervenções pedagógicas em dança e ginástica no ambiente escolar. As danças e as ginásticas e suas relações com a escola. Prática como Componente Curricular.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - SANTOS, J. C. E. **Ginástica para Todos**. 3ª ed. Jundiaí: SP: Fontoura, 2017.

2 - GAIO, R.; ALMEIDA, C.; SIMÕES, R.; BELO, A. Z.; PASCOAL, M.; MOREIRA, W. **Ginástica e Dança: no ritmo da escola**. 1º ed. Várzea Paulista: SP: Fontoura, 2010.

3 - BROCHADO, Fernando Augusto. **Fundamentos da ginástica artística e de trampolins**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia Complementar:

1 - GALLARDO, P. J. S. **Fundamentos básicos da ginástica acrobática competitiva**. Campinas: SP: Autores Associado, 2007.

2 - GAIO, R. **Ginástica Rítmica Popular**. 2ª ed. Jundiaí: SP: Fontoura, 2007.

3 - GAIO, R. **Ginástica Rítmica: da iniciação ao alto nível**. 2ª ed. Jundiaí: SP: Fontoura, 2013.

4 - PAZETTO FERREIRA, D. **Para além de damas e cavalheiros: uma abordagem queer das normas de gênero na dança de salão**. v. 14, n. 3, p. 157-179. Florianópolis: SC: Revista Educação, Artes e Inclusão, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11736>. Acesso em: 21 jun. 2023.

5 - CAMARGO, Emerson. **A Dança de Relações e Experimentação**. Curitiba: PR: Íthala, 2013.

6 - MARQUES, Isabel. **Dançando na escola**. 5ª ed. São Paulo: SP: Cortez, 2010.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - Séries Iniciais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	165	Obrigatória

Ementa

Estágio supervisionado em Educação Física na Educação Básica (anos iniciais do Ensino Fundamental). Atividades de docência. Observação da escola e da comunidade escolar. Acompanhamento de atividades de ensino. Análise da realidade escolar, do currículo e dos documentos de matriz oficial (LDBEN, ECA, BNCC). Elaboração e desenvolvimento de projetos e produtos educacionais em Educação Física. Relatório técnico-científico de estágio. Artigo de relato de experiência. Elaboração de documento e socialização da experiência de estágio.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

2 - TOCANTINS, Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano..** 2009. Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/TO/Tocantins_Referencial_Curricular_2009.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

3 - PALMA, Â. P. T. V.; OLIVEIRA, A. A. B. de; PALMA, J. A. V. **Educação Física e a organização curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio**. Londrina: PR: Eduel, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YOXiDwAAQBAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Bibliografia Complementar:

1 - TOCANTINS, Seduc. **Proposta Curricular do Estado do Tocantins: Educação Física..** 2019. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209817>. Acesso em: 15 jun. 2023.

2 - CARVALHO FILHO, J. J. de; BATISTA, P.; SOUZA NETO, S. de. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA SCOPING REVIEW. v. 27. Porto Alegre: RS: **Movimento**, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/112069>. Acesso em: 21 jun. 2023.

3 - FERNANDES, Carolina Noronha; MARTINS, Giorgia Enae. Circo da Escola: uma experiência de Estágio Supervisionado em Educação Física no 1º Ano do Ensino Fundamental. n. 31, p. 187-191. Florianópolis: SC: **Motrivivência**, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n31p187>. Acesso em: 21 jun. 2023.

4 - PIMENTA, S.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24. **Revista Poiésis**, 2006. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/attachments/article/159/Est%C3%A1gio%20e%20doc%C3%Aancia-diferentes%20concep%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

5 - MARTINY, Luis Eugênio.; GOMES-DA-SILVA, Pierre Normando. "O que eu transformaria? Muita coisa!": os saberes e os não saberes docentes presentes no estágio supervisionado em Educação Física. v. 22, p. 569-581. **Revista da Educação Física/UEM**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/refuem/a/FyQKtRLw6vJ5njGZG6Y4Bhd/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

6 - PIMENTA, S.; LIMA, M. S. L. Estágios supervisionados e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: duas faces da mesma moeda?. v. 24. **Revista Brasileira de Educação**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kZwPLnkwb7yJS9hJwdFfLDf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Eletiva III - Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
O Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente é composto pelos seguintes componentes curriculares: 1) Educação Física e Currículo; 2) Currículo e pedagogia histórico-crítica; e 3) Formação Docente. O/a estudante poderá escolher um deles para compor seu currículo.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

Bibliografia Complementar:**Eletiva IV - Núcleo de aprofundamento em Educação Física e saúde**

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

O Núcleo de aprofundamento em Educação Física e saúde é composto pelos seguintes componentes curriculares: 1) Educação Física para grupos especiais; 2) Educação Física e envelhecimento; e 3) Educação Física e saúde na escola. O/a estudante poderá escolher um deles para compor seu currículo.

Bibliografia**Bibliografia Básica:****Bibliografia Complementar:****7º Período****CCEx IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA**

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória

Ementa

Reflexão acerca da Educação Física como componente curricular no Ensino Médio e na EJA no Brasil e em Miracema do Tocantins. A legislação brasileira no campo educacional e seus impactos no trabalho pedagógico da Educação Física no Ensino Médio e EJA. Demandas contemporâneas do campo curricular, metodológico, da diversidade (de gênero, sexual, etc.), dos fundamentos didáticos e epistemológicos aproximando a teoria da prática. Componente Curricular de Extensão.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

1 - SOARES, C. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. 2012.

2 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - BRASILEIRO, Livia Tenorio. et al. **O ensino da Educação Física na EJA:: uma análise a partir de falas dos professores**. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/112519>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Bibliografia Complementar:

1 - STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 16 jun. 2023.

2 - ABREU, Meriane Conceição Paiva; CRUZ, Lauro Rafael; NEGRÃO, Alice Raquel Maia. **Concepções e perspectivas à Educação Física na base nacional comum curricular do ensino médio no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e66752/43451>. Acesso em: 16 jun. 2023.

3 - CHRISTOFOLI, MARIA CONCEIÇÃO PILLON; VITÓRIA, MARIA INÊS CÔRTE. **EJA: PLANEJAMENTO, METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO**. 2. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Séries Finais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	165	Obrigatória

Ementa

Organização do trabalho pedagógico e conhecimento dos objetos de ensino da educação física no ensino fundamental anos finais. Mobilização em contexto real das práticas pedagógicas da educação física. Estudo e vivência de diferentes estratégias teórico-metodológicas no cotidiano escolar.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - TOCANTINS, Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano..** 2009. Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/TO/Tocantins_Referencial_Curricular_2009.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

2 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo :uma reflexão sobre a prática**. 2008.

Bibliografia Complementar:

1 - DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física Escolar: compartilhando experiências**. 2011.

2 - DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

3 - KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí - RS: Ed. UNIJUI, 2010.

4 - SOARES, C. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. 2012.

5 - WAGNER, Santos. **Currículo e avaliação na educação física: do mergulho à intervenção..**

2005.

6 - LIMA, Maria socorro lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo. São Paulo, 2017.

Psicologia da Educação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Concepções de desenvolvimento como processo ao longo da vida. Infância, Adolescência e Contemporaneidade. Os processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da criança e do adolescente. As contribuições de Piaget, Vygotsky e Freud para a compreensão do desenvolvimento humano e dos processos de ensino-aprendizagem. A Psicologia da Educação: fundamentos e aplicações. Relações étnico-raciais e da diferença na educação em uma perspectiva interseccional.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica .. 1997.					
2 - LA TALLE, Yves de. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão .. 5.ed. São Paulo: Editora Summus, 1992.					
3 - FELDMAN, Ruth Duskin; PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano . 2013.					
Bibliografia Complementar:					
1 - AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? . 2018.					
2 - KUPFER, Maria Cristina Machado. Freud e a educação: o mestre do impossível . 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 1989.					
3 - ABERASTURY, Arminda. Adolescência . 1980.					
4 - DUBY, Georges. História da vida privada 1.: Do Império Romano ao ano mil . São Paulo: Companhia da Letras, 1990.					
5 - CALLIGARIS, Contardo. A adolescência .. 2000.					
6 - KRENAK, Ailton. A vida não é útil . Companhia das Letras, 2020.					
7 - LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista . Petrópolis. 1997.					

8 - MACHADO, A. M.; FERNANDES, A.; ROCHA, M. **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação.** 2007.

9 - CORAZZA, S.M. **Infância e Educação. Era uma vez...quer que conte outra vez?.** 2002.

10 - REGO, Teresa Cristina. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea.** 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2002.

11 - PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo - SP: T. A. Queiroz, 1990.

12 - PIAGET, Jean. **Seis estudos em Psicologia..** 1964.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Introdução aos principais aspectos históricos da Língua Brasileira de Sinais. Cultura e comunidades surdas. Noções básicas de fonologia, morfologia e de sintaxe. LIBRAS como Língua oficial da comunidade surda brasileira e como segunda língua para alunos ouvintes. Introdução à gramática da Libras. Atividades práticas em LIBRAS. A expressão visual-espacial como forma de comunicação. As LIBRAS no contexto escolar aplicada à Educação Física.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ALMEIDA, W.G., (org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente..** 2015.
- 2 - ARANTES, V. A. **Educação de surdos: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2007.
- 3 - FERNANDES, Eulália. **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira.** v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- 2 - GESSER, Audrei. **LIBRAS: que língua é essa?.** São Paulo, SP: Parábola, 2009.
- 3 - GOES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1999.
- 4 - QUADROS, Ronice muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.
- 5 - KARNOPP, Lodenir becker; QUADROS, Ronice muller. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos**

Linguísticos.. Porto Alegre: Artmed, 2004.

6 - SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos..** Manaus: UFAM, 2002.

7 - SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

Pesquisa em Educação Física					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	15	30	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aplicação dos fundamentos da metodologia científica. Fases da construção de um objeto de estudo: escolha do tema e questão problema de pesquisa; pesquisa bibliográfica e de bases de dados; elaboração de hipóteses e objetivos; seleção e coleta de dados; métodos de análise. Padronização de projetos de pesquisa e normas da ABNT. Elaboração de um projeto de pesquisa na área de Educação Física.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo - SP: Atlas, 2010.					
2 - MATTOS, Mauro Gomes de, et al.. Metodologia da pesquisa em Educação Física.. 2008.					
3 - NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J; TOMAS, J. R.; Métodos de pesquisa em atividade física. 2007.					
Bibliografia Complementar:					
1 - CARVALHO, M. C. M. de (org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas.. 1999.					
2 - ANDRÉ, M. E; LUDKE, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 1986.					
3 - MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo - SP: Atlas, 2014.					
4 - NASCIMENTO, N. N, et al. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos-científicos da Universidade Federal do Tocantins.. 2022.					
5 - SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24ª ed. Cortez, 2018.					

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Contextualização da Educação Brasileira. Ordenamento legal dos Sistemas de Ensino. Escola, Políticas Educacionais Públicas e Direitos Educacionais. Preceito Constitucional e Legislação da Educação/ Ensino. Políticas públicas educacionais no Brasil. Direitos educativos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Áreas e estratégias de gestão educacional. Gestão e democracia participativa na escola. Elaboração, execução e avaliação do plano educacional. Gestão do processo ensino- aprendizagem e avaliação institucional da escola.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FERREIRA, N. S. C. Gestão da Educação:: Impasses, Perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.					
2 - FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Centauro, 2012.					
3 - LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.					
Bibliografia Complementar:					
1 - Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.. de 13 de julho de 1990. Brasília: Ministério da Educação, 1990.					
2 - PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo, SP: Ática, 2001.					
3 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 17 ago. 2022.					
4 - TAUCHEN, G. Gestão escolar democrática:: descentralização, autonomia e participação. Rio Grande: Gestão Educacional, 2011.					

8º Período

CCEX V - Pedagogia do Esporte, Escola Ativa e Desenvolvimento Humano					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória
Ementa					
Fundamentos gerais da pedagogia do esporte. Concepções sobre pedagogia do esporte para o ensino das modalidades esportivas da iniciação a especialização esportiva. O esporte, a escola e a sociedade, uma perspectiva do Desenvolvimento humano e da promoção de escolas ativas no Brasil. Ações interdisciplinares associando pedagogia do esporte, escola ativa e desenvolvimento humano junto à comunidade. Componente Curricular					

de Extensão.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BENDA, Rodolfo Novellino; GRECO, Pablo Juan. **Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- 2 - BALBINO, Hermes Ferreira; PAES, Roberto Rodrigues. **Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas.** Rio de Janeiro: Guanabara Coogan, 2005.
- 3 - PNUD, . **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano: movimento é vida - atividades físicas e esportivas para todas as pessoas.** 2017.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Porto Alegre-RS: Artmed, 2011.
- 2 - KRÖGER, C; ROUTH, K. **Escola da bola:: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos.** São Paulo/SP: Phorte, 2002.
- 3 - REVERDITO, R. S; SCAGLIA, A. J. **Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão.** São Paulo: Phorte, 2009.
- 4 - SCAGLIA, A. J. **O futebol e as brincadeiras de bola: a família dos jogos de bola com os pés.** 2011.
- 5 - SILVA, J. B. F. **O jogo: entre o riso e o choro.** 2002.
- 6 - FREIRE, J. B. **O jogo: entre o riso e o choro..** 2002.
- 7 - RIBAS, João Francisco Magno. **Jogos e esportes: fundamentos e reflexões da Praxiologia Motriz.** 2008.

Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	165	Obrigatória

Ementa

A organização do trabalho pedagógico da Educação Física no Ensino Médio e EJA. Objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação física. Reflexão sobre as estratégias didático-pedagógicas como um dos pilares do trabalho pedagógico do professor de educação física.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

2 - DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica..** 2005.

3 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

Bibliografia Complementar:

1 - DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.** 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2018.

2 - DARIDO, S. **Educação física na escola: questões e reflexões..** 2003.

3 - FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Eletiva V - Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	15	30	-	60	Obrigatória

Ementa

O Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa é composto pelos seguintes componentes curriculares: 1) Medida e avaliação em Educação Física; 2) Sistematização do treinamento esportivo; 3) Epidemiologia, atividade física e saúde; e 4) Pesquisa Quantitativa. O/a estudante poderá escolher um deles para compor seu currículo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

Práticas corporais de aventura

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Abordagem teórico-prática dos esportes radicais. Conceito histórico, características, modalidades e desenvolvimento. Necessidades geográficas (locais de prática), equipamentos, segurança e prática das modalidades. Prática pedagógica sob orientação docente. Conscientização ecológica e legislação ambiental.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - COSTA, V. M; FERREIRA, N. T. **Esportes de Aventura e Risco na Montanha:: um mergulho no imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.

2 - GRUN, Mauro. **Ética e educação Ambiental:: a conexão necessária**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

3 - UVINHA, R. R. **Juventude, Lazer e Esportes Radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

Bibliografia Complementar:

1 - ALMEIDA, ANA CRISTINA PIMENTEL CARNEIRO DE. **Esportes de aventura na natureza:: um estudo de caso no Estado do Pará..** Belém, Pará: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2005.

2 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - ASHCROFT, F. A. **Vida no Limite:: A Ciência da Sobrevivência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

4 - COSTA, V.L.M. **Esportes de Aventura e Risco na Montanha –: Um Mergulho no Imaginário**. São Paulo: Manole, 2000.

Trabalho de Conclusão de Curso

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	-	15	-	30	Obrigatória

Ementa

Aplicação da pesquisa científica no âmbito dos conhecimentos da Educação Física. Padronização de trabalhos acadêmicos de pesquisa e normas da ABNT. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso na área de Educação Física. Escrita e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2017.

2 - SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. Cortez, 2018.

3 - MATTOS, Mauro Gomes de. **Metodologia da pesquisa em Educação Física..** 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1 - OLIVEIRA, Silvio R. **Tratado de Metodologia Científica**. 2ª. Thomson Pioneira, 2001.
- 2 - ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas..** Rio de Janeiro: EPU, 2013.
- 3 - NASCIMENTO, N. N, et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos-científicos da Universidade Federal do Tocantins..** 2022.

Eletivaº Período

Sistematização do treinamento esportivo					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	30	-	60	Eletiva
Ementa					
<p>Estudo da preparação desportiva de acordo com as características das ações motoras nas modalidades olímpicas e paralímpicas. Os períodos e princípios norteadores do treinamento. Os métodos de treinamento: contínuo, intervalado e de circuito. A organização e planejamento do treinamento, suas especificações e divisões e as formas de planejamento durante a distribuição dos conteúdos de treino. Modelos de organização, estruturação e sistematização do treinamento a curto, médio e longo prazo (periodização).</p>					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GOMES, Antonio Carlos. Treinamento desportivo: estruturação e periodização . Porto Alegre: Artmed, 2009.					
2 - WEINECK, Jürgen. Biologia do Esporte.. 2000.					
3 - WEINECK, Jürgen. Treinamento Ideal . 1 ed. Sao Paulo: Editora Manole, 2001.					
Bibliografia Complementar:					
1 - SIMAO, Roberto. Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais . 4 ed. Sao Paulo: Phorte, 2007.					
2 - TARANTO, Gisueppe. Diretrizes do ACSM para os esforços e sua prescrição: American College Of Sports Medicine . 2003.					
3 - MCARDLE, William D. et al. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano.. 2008.					
4 - HOWLEY, Edward T; POWERS, Scott K. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho . 2000.					

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	30	-	60	Eletiva
Ementa					
Definições, pressupostos e conceitos de epidemiologia. Epidemiologia e seus aspectos históricos. Epidemiologia da atividade física, do comportamento sedentário e sono. Mensuração de comportamentos relacionados ao gasto energético em estudos epidemiológicos. Recomendações para a prática de atividade física. Recomendações para comportamento sedentário e sono. Descrição da atividade física no Brasil e no mundo. Facilitadores e barreiras relacionadas à atividade física. Comportamentos relacionados ao gasto energético e doenças crônicas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BEAGLEHOLE, R; BONITA, R; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica . 2 ed. Sao Paulo: Santos Ed, 2010.					
2 - GURGEL, Marcelo; ROUQUAYROL, Maria Zelia. Epidemiologia e Saúde . 8ª. Rio de Janeiro, RJ: Medbook, 2017.					
3 - ALMEIDA FILHO, N; ROUQUAYROL, Maria Zelia. Epidemiologia e saúde . Rio de Janeiro -RJ: Medsi, 2003.					
Bibliografia Complementar:					
1 - NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J; TOMAS, J. R.; Métodos de pesquisa em atividade física . 2007.					
2 - PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia, atividade física e saúde .. 10. 2002. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/docentes/edfis/ismael/ativ.fis%20e%20saude/Epidemiologia%20da%20atividade%20f%EDsica.pdf . Acesso em: 14 jul. 2023.					
3 - DORIA FILHO, Ulysses. Introdução à bioestatística: para simples mortais . Sao Paulo: Elsevier, 2003.					

Pesquisa quantitativa					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	30	-	60	Eletiva
Ementa					
Estudo dos principais métodos e testes para avaliação em pesquisa quantitativa. Métodos estáticos para a análise de dados quantitativos em pesquisa. Recursos estatísticos utilizados na análise e interpretação de dados quantitativos.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J; TOMAS, J. R.; **Métodos de pesquisa em atividade física.** 2007.

2 - VIEIRA, Sonia. **Introdução a Bioestatística.** 6a Ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021.

3 - ALMEIDA FILHO, N; ROUQUAYROL, Maria Zelia. **Epidemiologia e saúde.** Rio de Janeiro -RJ: Medsi, 2003.

Bibliografia Complementar:

1 - BEAGLEHOLE, R; BONITA, R; KJELLSTRÖM, T. **Epidemiologia básica.** 2 ed. Sao Paulo: Santos Ed, 2010.

2 - DORIA FILHO, Ulysses. **Introdução à bioestatística: para simples mortais.** Sao Paulo: Elsevier, 2003.

3 - PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia, atividade física e saúde..** 10. 2002. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/docentes/edfis/ismael/ativ.fis%20e%20saude/Epidemiologia%20da%20atividade%20f%EDsica.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

Dança Jazz

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa

Aspectos históricos, técnicos, estéticos e poéticos que constituem a Dança Jazz. A Dança Jazz e suas diferentes vertentes. Metodologias de ensino-aprendizagem da Dança Jazz. A Dança Jazz e sua relação com o universo da Educação Física. Prática como componente curricular.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BENVENU, Marcela. **Reflexões sobre jazz dance: identidade e (trans)formação.** v. 11 n. 1. Sala Preta, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57465>. Acesso em: 17 jul. 2023.

2 - DANTAS, Mônica Fagundes; DE JESUS, Caroline Kummer. **Propostas Coreográficas da Dança Jazz na Cidade de Porto Alegre.** v. 8 n. 2. Arquivos em Movimento, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9204>. Acesso em: 17 jul. 2023.

3 - MUNDIM, A. C. R. **Uma possível história da dança jazz no Brasil.** Curitiba: Anais do III Fórum De Pesquisa Científica Em Arte - Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2005. Disponível em: <https://silo.tips/download/anais-iii-forum-de-pesquisa-cientifica-em-arte-escola-de-musica-e-belas-artes-do-4>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Bibliografia Complementar:

1 - MUNDIM, A. C. R. **Corpo e técnica em dança: como podemos discuti-los?**. v.1. Anais do V Congresso da Abrace. Memória Abrace Digital, 2008. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/1500>. Acesso em: 17 jul. 2023.

2 - MARQUES, Isabel. **Ensino de dança hoje: textos e contextos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

3 - SANTOS, N. M. W.; REINATO, E. J; CAMARGO, R. C. **Performances Culturais: Memórias e sensibilidades**. Volume 2. Porto Alegre: Editora FI, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/65522117/Performances_Culturais_volume_2.pdf#page=81. Acesso em: 17 jul. 2023.

Dança Contemporânea					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva
Ementa					
Estudos sobre e em dança contemporânea. Principais coreógrafos nacionais e internacionais da dança contemporânea. O papel político-estético da dança contemporânea. Possibilidades e potencialidades da utilização do corpo na investigação do movimento. Prática como componente curricular.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - DE SOUZA, P. H. A. Dança contemporânea: Percepção, contradição e aproximação . v. 16 n. 4. Pensar a Prática, 2013. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/20245 . Acesso em: 17 jul. 2023.					
2 - JOSE, A. M. S. Dança contemporânea: um conceito possível? . São Cristóvão: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2011. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/985 . Acesso em: 17 jul. 2023.					
3 - VIANNA, Oliveira. A dança . 8. ed. São Paulo: Summus, 2018.					
Bibliografia Complementar:					
1 - CALDAS, P; GADELHA, E. Dança e dramaturgia[s] . São Paulo: Nexus, 2016.					
2 - FERNANDES, Ciane. Pina Bausch e o Wuppertal Dança-Teatro: repetição e transformação . São Paulo: Editora Hucitec, 2000.					
3 - SIQUEIRA, D. C. O. Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena . Autores Associados, 2006.					

Ginástica na Escola					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Eletiva
Ementa					
Fundamentos históricos, culturais, pedagógicos e técnicos da Ginástica. A Ginástica no contexto da educação física escolar. Curricularização da extensão.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BROCHADO, Fernando Augusto. Fundamentos de ginástica artística e de trampolins . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.					
2 - NUNOMURA, Myrian. Ginástica artística . 1 ed. São Paulo: Odysseus, 2008.					
3 - GAIO, Roberta. Ginástica rítmica popular: uma proposta educacional . 2. ed. ampl. e atual. Jundiaí: SP: Fontoura, 2007.					
Bibliografia Complementar:					
1 - GALLARDO, P. J. S. Fundamentos básicos da ginástica acrobática competitiva . Campinas: SP: Autores Associado, 2007.					
2 - GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Ginástica e Dança: no ritmo da escola . 1º ed. Várzea Paulista: SP: Fontoura, 2010.					
3 - SANTOS, F. Ginástica para Todos . 3ª ed. Jundiaí: SP: Fontoura, 2017.					
4 - GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Ginástica Rítmica: da iniciação ao alto nível . 2ª ed. Jundiaí: SP: Fontoura, 2013.					
5 - GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Ginástica Rítmica Popular . 2ª ed. Jundiaí: SP: Fontoura, 2007.					

Educação Física e Currículo					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Eletiva
Ementa					
Estudo do currículo como mecanismo de relações e dinâmicas, no qual relaciona-se conhecimentos e valores ligados às distintas concepções filosóficas, sócio- históricas, políticas e culturais. Currículo, sociedade, ideologia e relações de poder. A relação entre currículo, Educação Física e cultura. O currículo oculto da Educação Física e o cotidiano da escola pública. Documentos e programas curriculares nacionais e do estado do Tocantins.					
Bibliografia					

Bibliografia Básica:

- 1 - SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte - MG: Autêntica Editora, 2007.
- 2 - NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.
- 3 - GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo :uma reflexão sobre a prática**. 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1 - APPLE, M. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artes Medicas, 2006.
- 2 - MALANCHEN, Julia. **Cultura, Conhecimento e Currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: SP: Autores Associado, 2016.
- 3 - MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.
- 4 - NEIRA, M G.; NUNES, M. L. F. **Monstros ou heróis:: os currículos que formam professores de Educação Física**. São Paulo: Phorte, 2016.
- 5 - PACHECO, J.A; OLIVEIRA, R. M. N. S. (Org.) **Currículo, didática e formação de professores**. Campinas: SP: Papirus, 2013.
- 6 - PAULA, A. V. **BNCC e os currículos subnacionais: prescrições indutoras das políticas educacionais e curriculares**. São Paulo: Dialética, 2021.
- 7 - GIMENO SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Currículo e pedagogia histórico-crítica

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Eletiva

Ementa

As relações do campo dos estudos curriculares com a pedagogia histórico-crítica (PHC), origem, pressupostos e teóricos. A PHC e sua aproximação com as ideias marxianas. Documentos curriculares nacionais e suas interfaces com a PHC.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo :uma reflexão sobre a prática**. 2008.
- 2 - SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

3 - APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artes Medicas, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2021.

2 - MALANCHEN, Julia. **Cultura, Conhecimento e Currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: SP: Autores Associado, 2016.

3 - GASPARINI, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: SP: Autores Associado, 2012.

4 - MACIEL E SILVA, Efrain. **Pedagogia histórico-crítica e o desenvolvimento da natureza humana**. Curitiba: PR: Appris, 2019.

5 - MARSIGLIA, A. C. G. **A Prática Pedagógica Histórico-Crítica na educação infantil e ensino fundamental..** Campinas: SP: Autores Associado, 2011.

6 - MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme. **Pedagogia Histórico-Crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas: SP: Autores Associado, 2012.

7 - MATOS, N. S. D.; SOUZA, J. F. A.; SILVA, J. C. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica: revolução e formação de professores**. Campinas: SP: Armazém do Ipê, 2018.

8 - MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

9 - SAVIANI, Dermeval. **Educação e democracia..** Campinas: SP: Autores Associado, 2012.

10 - SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: SP: Autores Associado, 2013.

11 - SILVA, F. T.; CAMINHA, V. M. **Currículo e teoria crítica: resgatando diálogos**. 1ª ed. Brasília: Kiron, 2021.

Formação Docente					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Eletiva
Ementa					
A prática docente como lugar de reflexão e de formação. Discussão sobre o papel da escola, como lócus de intervenção do professor e a formação de sua identidade profissional. Saberes docentes e formação profissional. A formação docente em Educação Física.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

- 1 - IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2001.
- 2 - PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 1999.
- 3 - ARROYO, M. **Ofício de Mestre..** São Paulo: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ALVES, N. **Formação de professores: o pensar e o agir.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- 2 - BOSSLE, F. **Didática (s) da Educação Física: formação docente e cotidiano escolar.** 2016.
- 3 - LIBANEO, Jose Carlos. **Adeus professor, adeus professora: Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1998.
- 4 - MELLO, A. S. et al. (Org.) **Pibid: formação docente e práticas pedagógicas em Educação Física.** Curitiba: PR: Appris, 2016.
- 5 - MONTEIRO, A. J. J.; CUPOLILLO, A. V. **Formação de professores de educação física: diálogos e saberes.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2011.
- 6 - NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa - PT: Publicações Dom Quixote, 1995.
- 7 - NÓVOA, António. **Vidas de professores.** 2. Porto: Porto Editora, 2013.
- 8 - SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Org.) **Formação Profissional em Educação Física.** Rio Claro: Biblioética, 2006.
- 9 - LESSARD(ORGS), Claude; MAURICE, Tardiff. **Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis, RJ, 2005.
- 10 - MATOS, M; SILVA, JUAREZ DE SOUZA; SOUZA, Jesse. **Pedagogia histórico-crítica: revolução e formação de professores.** Campinas: SP: Armazém do Ipê, 2018.
- 11 - YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?.** Educ. Soc. 28 (101), 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Educação Física para grupos especiais					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Eletiva
Ementa					
Estudo das causas, consequências e alterações promovidas pelas fisiopatologias das disfunções cardio-metabólicas e/ ou necessidades especiais no funcionamento do corpo humano. Respostas, avaliação, cuidados e prescrição de exercícios físicos para grupos					

especiais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GUYTON, Arthur C; HALL, Jhon E. **Tratado de fisiologia médica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

2 - MCARDLE, William D. et al. **Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano..** 2008.

3 - COSTILL, David L; WILMORE, Jack H. **Fisiologia do esporte e do exercício**. 4ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - , . **Bases da Saúde Coletiva**. Ed. UEL, 2001.

2 - GONCALVES, Aguinaldo. **Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

3 - FLORINDO, Alex Antônio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física**. São Paulo: Ateneu, 2011.

4 - NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 7ª ed. Florianópolis: Ed. do autor, 2017. Disponível em: https://sbafs.org.br/admin/files/papers/file_llduWnhVZnP7.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

5 - CARVALHAL, Maria Isabel Mourão; COELHO, Eduarda Maria Castro. **Obesidade Infantil e Atividade Física**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

6 - NOVO JÚNIOR, José Marques. **Atividade Física e fatores relacionados: uma abordagem multiprofissional**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

Educação Física e envelhecimento

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Eletiva

Ementa

Estudo do processo de envelhecimento. Fenômeno do envelhecimento e da velhice no Brasil: fatores políticos, sociais, econômicos e educacionais. Elaboração e desenvolvimento de programas de exercícios físicos específicos para essa fase da vida.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BOTH, Agostinho; CASARA, Miriam; COLTELLETTI, Ivonne. **educação e envelhecimento humano**. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2006.

2 - STANO, Rita de Cássia M. T. **Ser professor no tempo do envelhecimento**. São Paulo: Bookman, 2006.

3 - SIMÕES, Regina. **Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo idoso**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

Bibliografia Complementar:

1 - ZIMERMAN, Guite I. **Velhice:: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

2 - DEBERT, G. **A Reinvenção da velhice**. São Paulo: Editora EDUSP, 2004.

3 - FERREIRA, Vanja. **Atividade Física Na 3ª Idade: O Segredo Da Longevidade**. 2ª ed. São Paulo: Sprint, 2007.

4 - DUARTE, Edison; LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

5 - SPIRDUSO, Waneen W. **Dimensões Físicas do Envelhecimento**. Barueri, SP: Manole, 2005.

Educação Física e saúde na escola

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Eletiva

Ementa

Educação Física como abordagem na promoção da saúde no ambiente escolar. Elaboração e desenvolvimento de programas de exercícios e atividades físicas. Prevenção, avaliação e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. Prática como componente curricular.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - FLORINDO, Alex Antônio; HALLAL, Pedro Curi. **Epidemiologia da atividade física**. São Paulo: Ateneu, 2011.

2 - GONCALVES, Aguinaldo. **Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

3 - MOREIRA, W.W, NISTA-PICCOLO, V. **Esporte para saúde nos anos finais do Ensino Fundamental..** 2012.

Bibliografia Complementar:

1 - LEITE, Maria Madalena Januário; PERES, Heloísa Helena Ciqueto; PRADO, Cláudia. **Educação Em Saúde: desafios para uma prática inovadora**. Editora: Difusão, 2017.

2 - MATSUDO, Sandra Marcela Marecha; MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues. **Atividade física e obesidade: prevenção e tratamento.** Ponta Grossa, PR: Atheneu, 2007.

3 - RAMOS, Alexandre Trindade. **Atividade Física: diabéticos, gestantes, 3ª idade, crianças e obesos.** 3ª ed. São Paulo: Sprint, 1997.

4 - BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação..** 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

5 - BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento..** 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

Yoga na escola

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Eletiva

Ementa

Estudo teórico e prático da tradição milenar da Yoga e suas aproximações com a Educação Física em âmbito escolar.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ANDRADE FILHO, José Hermogenes de. **Autoperfeição com Hatha yoga.** Editora Record, 2010.

2 - ANDRADE FILHO, José Hermogenes de. **Yoga para nervosos.** Editora Record, 2008.

3 - SANTOS, Gilbert de Oliveira. **Yoga e a busca do si mesmo: pensamento, prática e ensino.** 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/101764>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Bibliografia Complementar:

1 - BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

2 - KAMINOFF, Leslie. **Anatomia da yoga: Guia ilustrado de posturas, movimentos e técnicas de respiração.** 2013.

3 - DESIKACHAR, T. K. V. **O Coração do Yoga: Desenvolvendo a Prática Pessoal.** 2019.

Atividades circenses					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Eletiva
Ementa					
Aspectos históricos, culturais, sociais e pedagógicos do circo e das atividades circenses que envolvem acrobacias, manipulação de objetos, equilíbrios, aéreos e interpretação (palhaçaria). Princípios básicos de segurança em atividades circenses. Estudo e aplicação das atividades circenses no âmbito educativo e na educação física escolar. Curricularização da extensão.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BORTOLETO, M. A. C. Introdução à pedagogia das atividades circenses. v.1. 2008.					
2 - DUPRAT, R. M. Educação física escolar: pedagogia e didática das atividades circenses. 2007.					
3 - BORTOLETO, M. A. C. Introdução à pedagogia das atividades circenses. 2010.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em: 29 ago. 2022.					
2 - SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes europeias e Brasil. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.					
3 - SILVA, E. O circo: sua arte e seus saberes: o circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX. 1996.					

Dança, Educação Somática e Improvisação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva
Ementa					
Introdução aos estudos do corpo em movimento. Vivências em educação somática e suas contribuições para o campo da Educação Física. Investigação das categorias corpo, expressividade, harmonia espacial e forma. Improvisação e criação em dança. Prática como componente curricular.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BARBOSA, Vivian Vieira Peçanha. Laban e Merleau-Ponty: Relações entre teorias de corpo, movimento e percepção. V7, n.1. João Pessoa: Revista Moringa - Artes do Espetáculo, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/moringa/article/					

view/29321#:~:text=Ao%20longo%20do%20texto%2C%20os,chave%20fundamental%20para%20a%20exist%C3%Aancia.. Acesso em: 14 jul. 2023.

2 - BOLSANELLO, Débora. **Educação Somática: o corpo enquanto experiência**. v.11 n.2. Rio Claro: Motriz, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/167/138>. Acesso em: 14 jul. 2023.

3 - VIANNA, Klauss. **A dança**. 8. ed. São Paulo: Summus, 2018.

Bibliografia Complementar:

1 - BERNSTEIN, Carol; BERTHERAT, Therese. **O corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si**. 21ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

2 - BOLSANELLO, Débora. **Educação Somática: ecologia do movimento humano - pensamentos e práticas**. 1 ed. v. 1. Curitiba: Juruá, 2016.

3 - BOLSANELLO, Débora. **Em pleno corpo: Educação Somática, movimento e saúde**.. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.

4 - FERNANDES, Ciane. **Dança Cristal: da arte do movimento à abordagem somático-performativa**. Salvador, BA: EDUFBA, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786556300832>. Acesso em: 17 ago. 2022.

5 - FERNANDES, Ciane. **Corpo em Movimento: O Sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. Annablume, 2002.

6 - PEREIRA, Paulo José Baeta. **A improvisação integral na dança**. Editora Appris, 2021.

7 - PETRELLA, Paulo. **Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento**. Editora Summus, 2006.

Medidas e avaliação em educação física

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	30	-	60	Eletiva

Ementa

Fundamentos da avaliação antropométrica, funcional e motora. Avaliação dos aspectos funcionais, metabólicos, neuromusculares, estruturais e de composição corporal, das habilidades e destrezas desportivas. Rotinas de avaliação aplicadas às atividades físicas e ao esporte. Possibilidades de Avaliação na Escola.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. Sao Paulo: Editora Manole, 2004.

2 - PITANGA, Francisco José Gondim. **Testes, medidas e avaliação: em Educação Física e**

esportes. 5 ed. Sao Paulo: Phorte, 2008.

3 - TRITSCHLER, Kathleen. **Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes**. 5 ed. Sao Paulo: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar:

1 - DISCH, James. et al. **Medida e Avaliação do Desempenho Humano**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

2 - POLLOCK, Michael. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação**. Sao Paulo: Medsi, 1993.

3 - QUEIROGA, Marcos Roberto. **Testes e medidas para avaliação da aptidão física: relacionada a saúde em adultos**. Sao Paulo: Guanabara, 2005.

4 - TARANTO, Giuseppe. **Diretrizes do ACSM para os esforços e sua prescrição: American College Of Sports Medicine**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

3.6 - Conteúdos curriculares

O curso de Educação Física tem três eixos de conteúdos que se relacionam entre si e compõem o currículo, são eles: práticas corporais, saúde e educação e sociedade.

O eixo das práticas corporais engloba os componentes curriculares: História da Educação Física, CCEx I - Dança na Educação Física Escolar e Formação de Professores, Jogos e Brincadeiras, Desenvolvimento Humano, Atletismo, Esportes de invasão, Aprendizagem e controle motor, Esportes de campo/taco e de precisão, Núcleo de aprofundamento em dança, Lutas, Núcleo de aprofundamento em ginástica, Estudos do Lazer, Esportes de rede/parede, CCEx III - Organização e Competição Esportiva, Práticas em dança e ginástica na escola, Práticas corporais de aventura e CCEx V - Pedagogia do Esporte, Escola Ativa e Desenvolvimento Humano.

O eixo da saúde engloba os componentes curriculares: Anatomia Humana I, Anatomia Humana II, Fisiologia Humana, Cinesiologia Humana, Biomecânica do Movimento Humano, Fisiologia do exercício, Núcleo de aprofundamento em Educação Física e saúde, Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa.

O eixo da educação e sociedade engloba os componentes curriculares: Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Física: Educação Física na Educação Infantil, Metodologia científica, Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física, CCEx II - Matrizes Histórico- Culturais da Amazônia e do Tocantins, Educação Física no Ensino Fundamental, Estágio supervisionado em Educação Física na Educação Infantil, Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente, Avaliação educacional, Estágio supervisionado na Educação Física no Ensino Fundamental – séries iniciais, Psicologia da Educação, LIBRAS, Políticas Públicas Educacionais, CCEx IV - Educação Física no Ensino Médio e EJA, Pesquisa em Educação Física, Estágio supervisionado no Ensino Fundamental – séries finais e Estágio supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA.

Além dos três eixos, o curso também exige a formulação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Dentre as eletivas que denominamos de núcleos de aprofundamento há possibilidade de cursar distintos componentes curriculares que abordam conteúdos diversos, abrangendo maior flexibilização curricular, distribuídos em sete Eletivas:

Eletiva 1 (4º período): Núcleo de aprofundamento em Dança: Dança, Educação Somática E Improvisação, Dança Jazz, Dança Contemporânea.

Eletiva 2 (5º período): Núcleo de aprofundamento em Ginástica: Ginástica Na Escola, Atividades Circenses, Yoga na escola.

Eletiva 3 (6º período): Núcleo de aprofundamento em Currículo e Formação Docente: Educação Física e Currículo, Currículo e Pedagogia Histórico-Crítica, Formação Docente.

Eletiva 4 (6º período): Núcleo de Aprofundamento em Educação Física e Saúde: Educação Física Para Grupos Especiais, Educação Física e Envelhecimento, Educação Física e Saúde na Escola.

Eletiva 5 (8º período): Núcleo de aprofundamento em atividade física, exercício físico e pesquisa: Medidas e Avaliação em Educação Física; Sistematização do Treinamento Esportivo; Epidemiologia, Atividade Física e Saúde; Pesquisa Quantitativa.

Ancorado na legislação vigente, o curso de licenciatura em Educação Física do CUM da UFT, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, visa formação profissional adequada aos seguintes conteúdos programáticos (artigo XV, CNE/CES 6/2018):

- a) Política e Organização do Ensino Básico;
- b) Introdução à Educação;
- c) Introdução à Educação Física Escolar;
- d) Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar;
- e) Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;
- f) Educação Física na Educação Infantil;
- g) Educação Física no Ensino Fundamental;
- h) Educação Física no Ensino Médio;
- i) Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;
- j) Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; e
- k) Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos.

A fim de favorecer espaços de debate acerca de políticas de educação ambiental, de ações afirmativas, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o

ensino de história e cultura afro-brasileira, o currículo oferece discussões sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), políticas públicas e gestão da educação, questões socioambientais, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (previstas no Decreto nº 5.626/2005, na Lei nº 11.645/2008, na Lei Federal 9.795/1999, artigo 11 e no caput 2º do artigo 13 da Resolução CNE/CP 2/2015). Estes debates emergem no PPC nas seguintes disciplinas obrigatórias: LIBRAS, Matrizes Histórico-Culturais da Amazônia e do Tocantins, Políticas Públicas Educacionais, Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física, História da Educação Física, Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Física, Práticas corporais de aventura, Estágio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil, Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - anos iniciais (1º ao 5º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - anos finais (6º ao 9º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA e Teorias da Educação Física Escolar. Especificamente, em relação aos conteúdos de Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar (presente nas disciplinas: Educação Física na Educação Infantil, Educação Física no Ensino Fundamental, Educação Física no Ensino Médio e EJA), Educação Física Escolar Especial/Inclusiva (presente nas disciplinas: dança na Educação Física Escolar, Educação Física no Ensino Fundamental e Educação Física no Ensino Médio e EJA) e Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos (presente nas disciplinas: Dança na Educação Física Escolar, Matrizes Histórico-Culturais da Amazônia e do Tocantins, Estudos do Lazer, Políticas Públicas Educacionais e Práticas corporais de aventura), a matriz curricular os contempla transversalmente em disciplinas relacionadas.

3.6.1 - Matriz formativa

A organização curricular é feita por créditos e a integralização da carga horária total deverá ser feita em oito semestres (ou quatro anos), com prazo máximo de 12 semestres (ou seis anos). A matriz apresenta pré-requisitos em sua estrutura curricular que norteiam as ações didático-pedagógicas das disciplinas integradas e oferecem uma base de conhecimentos para os componentes subsequentes. Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 06 de 18 de dezembro de 2018, a carga horária total do curso compreende o total de 3.210 horas (horas referenciais), estruturadas pedagogicamente da seguinte maneira:

I - 1.620 (mil seiscentos e vinte; equivalente a 50,5% das horas referenciais) horas dedicadas às atividades formativas de formação geral (Etapa Comum) e 1.590 (mil quinhentos e noventa; equivalente a 49,5% das horas referenciais) horas dedicadas às atividades formativas específicas das áreas de atuação profissional (Etapa Específica), conforme previsto no inciso I e II, artigo 5, da referida Resolução (CNE/CES 6/2018), distribuídas em disciplinas (obrigatórias e eletivas [agrupadas por núcleos de aprofundamento]), estágio supervisionado, extensão, prática como componente curricular (PCC), a fim de promover educação em rede, como preconizado no PDI. Destas, 900 (novecentas horas, equivalente a 28,0% das horas referenciais) horas são destinadas a atividades teórico-práticas.

II - 660 (seiscentos e quarenta e cinco, equivalente a 20,6% das horas referenciais) horas dedicadas ao estágio supervisionado, baseado em aprendizado em ambiente de prática real, considerando as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola, de acordo com caput I, artigo 11, da Resolução CNE/CES 6/2018;

III - 330 (trezentos e trinta, equivalente a 10,3% das horas referenciais) horas de Extensão, distribuídas ao longo do processo formativo, em conformidade com as políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências da etapa específica da Licenciatura, de acordo com caput I, artigo 11, da Resolução CNE/CES 6/2018;

IV - 330 (trezentos e trinta, equivalente a 10,3% das horas referenciais) horas de PCC, distribuídas ao longo do processo formativo, em conformidade com artigo 23, da Resolução CNE/CES 6/2018;

Levando-se em consideração as dimensões do conhecimento para formação ampliada do parecer CNE/CES 058/2004, que propõe o estudo da relação do ser humano, em todos os ciclos vitais, com a sociedade, a natureza, a cultura e o trabalho, permitindo uma formação cultural abrangente para a competência acadêmico-profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico- sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico afins e a especificidade da Educação Física.

Na etapa de Formação comum, a matriz curricular do curso endereça formação abrangente nas seguintes dimensões do conhecimento: relação ser humano- sociedade (disciplinas: Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Física, História da Educação Física, Dança na Educação Física Escolar, Educação Física na Educação Infantil fundamentos didáticos, Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física, Matrizes Histórico- Culturais da Amazônia e do Tocantins, Estudos do Lazer, Educação Física no Ensino Fundamental, Avaliação educacional, Práticas em dança e ginástica na escola, Psicologia da Educação, Políticas Públicas Educacionais, e Educação Física no Ensino Médio e EJA); biológica do corpo humano (disciplina: Anatomia Humana I e II, Fisiologia Humana, Desenvolvimento Humano, Cinesiologia Humana, Aprendizagem e controle motor, Biomecânica do Movimento Humano e Fisiologia do exercício); produção do conhecimento científico e tecnológico (disciplinas: Metodologia científica, Pesquisa em Educação Física);

No contexto da formação específica Formação Específica, a matriz aborda conhecimentos identificadores da Educação Física e deve compreender e integrar as dimensões culturais, didático-pedagógicas e técnico-instrumentais das manifestações e expressões do movimento humano, com o propósito de qualificar e habilitar a intervenção acadêmico-profissional em face das competências e das habilidades específicas do graduado em Educação Física. Essa formação abrange as dimensões cultura do movimento humano; técnico- instrumental; e Didático- pedagógico, nas disciplinas: Jogos e Brincadeiras, Atletismo, Esportes de invasão, Esportes de campo/taco e de precisão, Lutas, Esportes de rede/parede, Estágio supervisionado (na Educação Infantil, Ensino Fundamental séries iniciais e finais, no Ensino Médio e EJA), Trabalho de Conclusão de Curso, e Práticas corporais de aventura.

Para atender a normativa relativa aos estudos integradores (equivalente à carga horária de 10% do curso) destinados ao enriquecimento curricular, conforme artigo 13 da Resolução CNE/ CES 6/2018, a matriz formativa do curso compreende como parte complementar às disciplinas, aos estágios supervisionados, aos componentes curriculares de extensão, às Práticas como Componentes Curriculares, a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da Instituição de Educação Superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) intercâmbio acadêmico interinstitucional; e

d) atividades de comunicação e expressão, visando à aquisição e à apropriação de recursos

de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

3.6.2 - Flexibilização curricular

O currículo do curso de licenciatura em Educação Física composto por um conjunto de disciplinas voltadas à Formação Comum e Específica, oferece formação flexível ao longo de todo processo formativo. A flexibilidade curricular foi desenhada para acontecer em, pelo menos, cinco disciplinas eletivas, distribuídas em núcleos de aprofundamento (e as disciplinas): em Dança (dança, educação somática e improvisação, dança jazz e dança contemporânea, em Ginástica (ginástica na escola, atividades circenses, e pilates e yoga na escola), em Currículo e Formação Docente (Educação Física e Currículo, Currículo e Pedagogia Histórico- crítica, Formação Docente, e Educação física, currículo e formação docente), em Educação Física e Saúde (educação física para grupos especiais, educação física e envelhecimento, educação física e saúde na escola) e em Atividade Física, Exercício Físico e Pesquisa (medidas e avaliação em educação física, sistematização do treinamento esportivo, epidemiologia, atividade física e saúde e pesquisa quantitativa). Neste currículo, a cada disciplina eletiva, o estudante terá preservada a autonomia do seu percurso formativo, selecionando entre as disciplinas de cada núcleo de aprofundamento, a mais adequada ao seu perfil acadêmico.

Adicionalmente, a formação no curso de Educação Física promove também a participação em grupos e eventos de pesquisa, atividades extensionistas, intercâmbios institucionais e entre cursos, em contextos de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar. Assim, em consonância com os documentos pertinentes emanados do Conselho Nacional de Educação e da UFT, será oferecido ao estudante também possibilidades de escolhas de percursos formativos, em diferentes contextos de aprendizagem, como: grupos de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento da Educação Física e projetos de extensão genuínos deste colegiado; ofertas de disciplinas de verão, em caráter especial e/ ou em ambiente virtual; possibilidade de aproveitamento de disciplinas cumpridas em outros cursos e/ou câmpus, a exemplo do curso de pedagogia do Campus Miracema.

3.6.3 - Objetos de conhecimento

O objeto de conhecimento da educação física fundamenta-se no movimento humano e na cultura corporal movimento, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer (Resolução CNE/ CES 6/2018), bem como, a formação cultural, da educação e da reeducação motora, entre outros aspectos. Assim, o licenciado em Educação Física, egresso da UFT, terá como áreas de atuação os espaços e ambientes escolares nos diferentes níveis e modalidades de ensino, podendo atuar em instituições na educação infantil, no ensino fundamental (séries iniciais e finais), nos ensinos médio e de jovens e adultos, em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância.

O campo de atuação, que não deve ser confundido com local de trabalho, pois nada mais é do que o campo de trabalho e de ocupação do profissional. Evidencia-se que os campos de atuação do curso de Educação Física (Licenciatura) permitem identificar as competências e habilidades necessárias para um profissional com formação generalista e específica, tais como:

Educação Física Infantil

* Atuar nas creches e escolas públicas e privadas especializadas em educação infantil.

* Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.

* Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas e recreativas nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo, bem como atendendo às diversidades.

* Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e cinestesia para construir e aprimorar o repertório motor.

Educação Física no Ensino Fundamental

* Atuar no ensino fundamental em escolas públicas e/ou privadas.

* Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.

* Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas, recreativas e esportivas.

* Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas e atividades complexas específicas vivenciadas por meio das práticas esportivas.

* Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.

Educação Física no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

* Atuar no ensino médio e EJA em escolas públicas e/ou privadas.

* Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.

* Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.

* Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.

* Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.

* Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.

* Conhecer e aplicar metodologias do treinamento desportivo.

* Conhecer, orientar e desenvolver noções conceituais de esforço, intensidade e frequência nas práticas de atividades físicas.

O objeto de conhecimento do curso e as competências definidas em acordo com as DCN's, como base de formação do Curso de Licenciatura em Educação Física do câmpus universitário de Miracema buscam contemplar uma Educação Física reflexiva, que respeita o contexto social do qual ela se origina e entende que o compromisso deste futuro profissional está pautado no conhecimento do movimento humano e dos conhecimentos da cultura corporal de movimento considerando o que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física.

O curso estabelece articulações com os conhecimentos dos demais cursos do câmpus, no que envolve o conhecimento do sujeito em geral e no espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. O processo formativo envolve também conhecimentos relacionados à apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciados (a iniciação à pesquisa) e à sua transmissão (os processos didático-pedagógicos), incluindo atividades extensionistas.

As ações de ensino na UFT e no curso de licenciatura em Educação Física do câmpus universitário de Miracema articulam-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando o processo de formação integral do sujeito em sua historicidade. Compreendemos que o tripé ensino, pesquisa e extensão deve priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática reflexiva do desenvolvimento da realidade educacional, visando prioritariamente o desenvolvimento regional.

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. As atividades de ensino compreendem disciplinas, grupos de estudos, seminários temáticos, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas, mantendo assim relações dialógicas, alicerçada numa tecnologia inovadora que leve à formação de um profissional humano, ético e competente, à medida que, as atividades de pesquisa e extensão compreendem grupo de pesquisa, projetos de iniciação científica, projetos de pesquisa institucionais, autoria e execução de projetos ou cursos de extensão, estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso, grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar, estudo e produção artístico-cultural, assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

Neste contexto, os programas e projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Física de Miracema articulam-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Curso de Licenciatura em Educação Física visa promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI); Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência); e Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI).

O PIM, de acordo com a Resolução Normativa PROGRAD nº 01/2005 (UFT, 2005), apresenta importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do aluno nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Ainda como ações de monitoria, a UFT oferece o PIMI, um programa que objetiva facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa

e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. Os monitores serão remunerados ou voluntários, discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação e selecionados a partir de seletivo realizado no Colegiado de Curso.

Desta forma, a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da universidade, porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmico-científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógicas. Nesta

perspectiva, em conformidade com o art. 84 da Lei 9.394/96, "Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos".

O PET é um programa que busca dinamizar e dar suporte ao ensino desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O programa objetiva desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

O PMA busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (credenciadas) possam se deslocar temporariamente para outra instituição federal e cursarem até três semestres.

Outro programa que oferece possibilidade de interface visando à melhoria do ensino é o Prodocência. Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores. O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirão com a formação didático- metodológica dos professores e conseqüentemente com a melhoria da qualidade docente.

Por fim, o PADI tem por objetivo auxiliar os estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares. O programa contempla também objetivos como ampliar o atendimento aos alunos ingressantes na instituição proporcionando-lhes suporte didático (para minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação); propiciar ao tutor discente a oportunidade de enriquecimento técnico e pessoal, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas, permitindo-lhe ampliar a convivência com outras pessoas do meio universitário; contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT; e promover a democratização do ensino superior.

3.6.4 - Programas de formação

A fim de favorecer espaços de debate acerca de políticas de educação ambiental, de ações afirmativas, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, o currículo oferece discussões sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), políticas públicas e gestão da educação, questões socioambientais, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (previstas no Decreto nº 5.626/2005, na Lei nº 11.645/2008, na Lei Federal 9.795/1999, artigo 11 e no caput 2º do artigo 13 da Resolução CNE/CP 2/2015). Estes debates emergem no PPC nas seguintes disciplinas obrigatórias: LIBRAS, Matrizes Histórico-Culturais da

Amazônia e do Tocantins, Políticas Públicas Educacionais, Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física, História da Educação Física, Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Física, Práticas corporais de aventura, Estágio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil, Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - anos iniciais (1º ao 5º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental - anos finais (6º ao 9º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA e Teorias da Educação Física Escolar. Especificamente, em relação aos conteúdos de Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar (presente nas disciplinas: Educação Física na Educação Infantil, Educação Física no Ensino Fundamental, Educação Física no Ensino Médio e EJA), Educação Física Escolar Especial/Inclusiva (presente nas disciplinas: dança na Educação Física Escolar, Educação Física no Ensino Fundamental e Educação Física no Ensino Médio e EJA) e Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos (presente nas disciplinas: Dança na Educação Física Escolar, Matrizes Histórico-Culturais da Amazônia e do Tocantins, Estudos do Lazer, Políticas Públicas Educacionais e Práticas corporais de aventura), a matriz curricular os contempla transversalmente em disciplinas relacionadas.

3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)

A extensão, parte que compõem o tripé universitário, configura-se como uma ação formativa e de aproximação com o contexto real de atuação do futuro professor com formação em educação física, que é o atendimento a comunidade, conforme regulamenta a Resolução CNE nº 6 e 7 de dezembro 2018.

Nos termos da Resolução UFT nº 5 de setembro de 2020, que institui a política institucional de extensão da referida Universidade é importante salientar que o curso observa estritamente o conteúdo do Art. 8, objetivando a aproximação dos discentes com a comunidade, com o contexto real de trabalho, com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e comprometida com a agenda 2030.

Em relação as áreas temáticas, assumimos como principal a educação e complementar a cultura, arte e saúde. Conforme orienta a Resolução nº 05 de setembro de 2020 da UFT.

Justificamos a escolha das áreas temáticas pela especificidade do curso que tem na formação de professores de educação física sua razão de ser, transversalizando os conhecimentos referentes a saúde, área onde o curso está localizado na Capes, e da cultura e arte, que compõem o rol de objetos de ensino da área em seu braço pedagógico de atuação nos cotidianos escolares.

As linhas de extensão assumidas pelo curso de educação física são: a) formação de professores; b) esporte e lazer; c) Metodologias e Estratégias de Ensino/ Aprendizagem; d) Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial; e) Temas Específicos e desenvolvimento humano; f) Saúde humana.

As linhas citadas anteriormente, compõem o rol de ações extensionistas produzidas no âmbito do curso, seja por meio dos núcleos de extensão ou nas disciplinas de estágio curriculares supervisionados. Promovendo, desta forma, maior articulação com o ensino e a pesquisa, bem como o fortalecimento da atuação profissional.

No currículo do curso de educação física, as ações curriculares de extensão cumprem o mínimo de 10% da carga horária referencial, estando organizadas em cinco Componentes Curriculares de Extensão – CCEx, respeitando as determinações da Resolução CNE nº 06/2018 e a Resolução UFT nº 14/2020. Quantitativamente, as atividades de extensão corresponderam a

330 horas integradas a carga horária total do curso de graduação em educação física.

Os CCEx têm como intuito aproximar, ainda mais o discente no contexto real de trabalho e da comunidade, ofertando atividades extensionistas para os sujeitos que compõem o cotidiano escolar (alunos, professores, técnicos e familiares) com o intuito de qualificar e articular essas ações com os saberes apropriados ao longo do curso de graduação em educação física. Dessa forma, atendemos as demandas tanto da Resolução CNE nº 07/2018 quanto da Resolução nº 06/2018.

Os indicadores para a avaliação nos CCEx surgem a partir do cumprimento das ações referentes a cada etapa específica de cada CCEx e serão avaliados de acordo com a frequência, a produção de relatório e portfólio e apresentações de produtos e debates em grupo, entre outros.

3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares

Para a equivalência das disciplinas que tiveram aumento da carga horária, o processo de aproveitamento ocorrerá mediante a análise do docente responsável, e, eventual complementação de carga horária, atividades complementares podem ser solicitadas neste processo.

O(a) acadêmico(a) que cursou o componente curricular Expressão Corporal e Dança poderá solicitar aproveitamento misto do CCEx I - Dança na Educação Física Escolar e Formação de Professores.

O(a) acadêmico(a) que cursou o componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Infantil (PCC 2019) poderá solicitar aproveitamento misto do Estágio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil

(PCC 2024).

O(a) acadêmico(a) que cursou o componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Primeiro ao quinto ano (PCC 2019) poderá solicitar aproveitamento misto do Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Séries Iniciais (PCC 2024).

O(a) acadêmico(a) que cursou o componente

curricular Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental

(sexto ao nono ano) (PCC 2019) poderá

solicitar aproveitamento misto do Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental – Séries Finais (PCC 2024).

O(a) acadêmico(a) que cursou o componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio e EJA (PCC 2019) poderá solicitar aproveitamento misto do Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio (PCC 2024).

Equivalências Curriculares				
Período	Disciplina	Carga Horária	Equivalência	Aproveitamentos
1° Período				
1	Anatomia Humana I	60hs	"Anatomia Geral"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	História da Educação Física	60hs	"História da Educação Física"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação Física	60hs	"Fundamentos Filosóficos em Educação Física"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Jogos e brincadeiras	60hs	"Jogos e Brincadeiras"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2° Período				
2	Esportes de invasão	60hs	"Esportes I (Esportes de invasão)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Fisiologia humana	60hs	"Fisiologia Humana"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Anatomia Humana - II	60hs	"Anatomia aplicada ao movimento"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Desenvolvimento Humano	60hs	"Crescimento e Desenvolvimento"	Integral: Carga horária e conteúdo da

			Motor"	disciplina totalmente equivalente. são
2	Atletismo	60hs	"Atletismo na Escola"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3° Período				
3	Cinesiologia Humana	60hs	"Bases Cinesiológicas e biomecânicas do movimento humano"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
3	Metodologia científica	60hs	"Instrumentalização Científica"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Aprendizagem e Controle Motor	60hs	"Aprendizagem e Controle Motor"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Esportes de Campo, Taco e Precisão	60hs	"Esportes III (Esporte de rebatida/ campo e Esportes de alvo)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Educação Física na Educação Infantil	60hs	"Educação Física na Educação Infantil"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4° Período				
4	Pensamento Pedagógico em Educação e Educação Física	60hs	"Teorias da Educação Física Escolar"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Fisiologia do Exercício	60hs	"Fisiologia do Exercício"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente

				equivalentes.
4	Lutas	60hs	"Lutas na Escola"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5° Período				
5	Esportes de rede/ parede	60hs	"Esportes II (Esportes de rede/parede)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Educação Física no Ensino Fundamental	60hs	"Educação Física no Ensino Fundamental"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6° Período				
6	Avaliação Educacional	60hs	"Fundamentos Didáticos em Educação Física"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Práticas em dança e ginástica na escola	60hs	"Ginástica Escolar"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7° Período				
7	Pesquisa em Educação Física	60hs	"Métodos de Pesquisa Qualitativa"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Psicologia da Educação	60hs	"Psicologia da Educação e do Desenvolvimento"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60hs	"Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)"	Integral: Carga horária e conteúdo da

				disciplina totalmente equivalente. são
7	Políticas Públicas Educacionais	60hs	"Políticas Públicas e Gestão Educacional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8º Período				
8	Práticas corporais de aventura	60hs	"Práticas Corporais de aventura"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
Optativas				
Optativa	Formação Docente	60hs	"Prática de Ensino e Formação Docente"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
Optativa	Ginástica na Escola	60hs	"Introdução à Ginástica"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
Optativa	Dança, Educação Somática e Improvisação	60hs	"Expressão Corporal e Dança"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
Optativa	Educação Física e saúde na escola	60hs	"Educação Física e saúde na escola"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

3.8 - Migração curricular

Após a aprovação do PPC do Curso, no Consepe, o Coordenador, para promover a migração da grade curricular dos alunos para a versão mais recente, deverá dar início aos procedimentos, solicitando à Direção do Câmpus a aprovação da migração de alunos do curso para a nova estrutura curricular, no Conselho Diretor do Câmpus, e posterior envio à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS), com os seguintes anexos:

Elaboração da Tabela de Equivalência de Disciplinas da versão anterior com a versão atual;

Elaboração da Listagem dos Alunos vinculados ao curso, especificando se fizeram ou não a adesão à nova estrutura curricular do curso;

Colher assinatura dos alunos no Termo de Ciência e Adesão e/ou Termo de Ciência e Não Adesão à nova grade curricular;

Apresentar a Ata do Colegiado do Curso com aprovação da proposta de migração para nova estrutura curricular informando ainda qual o período no qual irá ocorrer a migração;

Apresentar a Ata de Aprovação no Conselho Diretor do Câmpus, do pedido de migração dos alunos do Curso;

Emitir Certidão atestando que não haverá prejuízo para a integralização curricular dos alunos do curso no processo de migração para nova grade curricular e que a oferta das disciplinas ocorrerá normalmente para os alunos que não optarem pela migração.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) indica que as turmas que entraram até 2023/1 não farão a migração para a atual estrutura curricular. A turma 2024/1 fará a migração para o PPC 2024.

3.9 - Metodologia

As metodologias de ensino e aprendizagem tratam-se de estratégias, ferramentas e meios empregados pelos docentes visando apresentar e discutir os conhecimentos e avaliar os alunos. Elas abrangem “os métodos, as técnicas e seus recursos, a tecnologia educacional e as estratégias de ensino que o professor lança mão em sua prática docente, para facilitar o processo de aprendizagem” (TEIXEIRA, S/D, p. 35).

Os procedimentos metodológicos relacionam-se, por sua vez, com as diferentes abordagens pedagógicas, as quais orientam a prática educativa. Uma abordagem pedagógica tradicional, por exemplo, valoriza sobretudo procedimentos metodológicos de ensino baseados na memorização, repetição e reprodução, com o intuito de apenas fixar os conteúdos transmitidos pelo professor. Nesse sentido, uma perspectiva que se baseie nessa proposta seria insuficiente no processo de formação profissional contemporâneo, pois coloca o aluno em uma posição passiva no processo de aprendizagem, além de limitar sua capacidade de problematização, reflexão e transformação.

Sabe-se que a prática educativa é um fenômeno que envolve diversos conhecimentos, os quais por sua vez não se reduzem à informação. Como ponto de partida, a informação deve levar o aluno a sistematizá-la, organizá-la, analisá-la conhecimentos e práticas. Sobre o assunto, Vasconcelos e Gomes (2016, p. 581) contribuem afirmando que “o processo educacional que tão somente informa, sem formar, isto é, sendo monológico, não transforma. Pelo contrário, reproduz”.

Ao voltar o olhar para a prática educativa no ensino superior, espera-se que o discente tenha maior autonomia no processo de aprendizagem, saiba ainda trabalhar em grupo, desenvolver suas próprias ideias e habilidades e gerir seu aprendizado e seu desenvolvimento profissional. Nesse sentido, o corpo docente de Educação Física da UFT/ Miracema prima para que as metodologias adotadas pelos seus docentes sejam diversificadas e inovadoras e não se reduzam a abordagens exclusivamente expositivas, além da promoção da interdisciplinaridade, a articulação entre a teoria e a prática e a flexibilidade curricular.

Para isso, os docentes deverão estar em constante alerta sobre sua ação na formação inicial no Ensino Superior, atuando e refletindo continuamente sobre sua prática educativa e atualizando constantemente seus meios de ensino. Maseto (2012, p. 103) ressalta que, cabe ao professor conhecer as diferentes técnicas de ensino-aprendizagem, uma vez que lida com diferentes objetivos e se espera dele que:

[...] tenha conhecimento de várias técnicas ou estratégias, bem como o domínio do uso destas para poder utilizá-las em aula; Que desenvolva capacidade de adaptação das diversas técnicas, modificando-as naquilo que for necessário para que possam ser usadas com aproveitamento pelos alunos individualmente ou em grupos; Que, pelo conhecimento e domínio prático de muitas técnicas e por sua capacidade de adaptação das técnicas existentes, se torne capaz de criar novas técnicas que melhor respondam às necessidades de seus alunos. Afinal, técnicas são instrumentos e como tais podem ser criadas por aqueles que vão usá-las.

Pelo exposto, as técnicas não são únicas e herméticas, mas diversas e consoantes com os conhecimentos e objetivos traçados pelo professor, além de proporcionarem espaços de aprendizagem ativa por parte dos alunos. Dentre as estratégias que poderão ser adotadas no processo de ensino e aprendizagem no curso de Educação Física da UFT/Miracema destacam-se as elencadas por: aula expositiva dialogada, estudo de texto, seminário, portfólio, dramatização, tempestade cerebral, mapa conceitual, estudo dirigido, solução de problemas, oficinas, estudo do meio, entre outros (ANASTESIOU; ALVES, 2005).

Além desses, a utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem, por meio de lista de discussão por meios informatizados, chat, fórum de discussões, blog, redes sociais e webconferência, e todo aparato que envolve as tecnologias da informação e da comunicação.

Ressaltam-se, também, outras iniciativas como o apoio e acompanhamento dos alunos por meio de monitorias (PIM e PIMI), o desenvolvimento de ações que despertem o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e livres, a partir de atividades de pesquisa e extensão, assim também como o atendimento especial aos alunos com deficiência, por meio de tradução e interpretação em Libras e disponibilização de materiais didáticos especializados.

3.9.1 - Inovação Pedagógica

Os desafios presentes no campo da educação brasileira são muitos e, deste universo, temos buscado superar aqueles que se apresentam no curso de Educação Física. Deste conjunto, entendemos haver uma íntima relação entre a educação básica e a continuidade dos estudos dos acadêmicos que ingressam no ensino superior. Para tanto, os desafios se manifestam na busca por estratégias que proporcionem aos estudantes um melhor aproveitamento no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, têm-se discutido e buscado encontrar alternativas que contribuam para esse objetivo, entre outros, por meio da inovação pedagógica.

Conforme exposto no PDI (2021-2025), a inovação pedagógica se apresenta como uma característica necessária para a completa efetivação do processo de modernização no ensino superior, por meio do acesso às novas tecnologias, aos recursos digitais, às redes sociais, à aplicação de tecnologias educacionais no processo de ensino aprendizagem, buscando se apoiar em novas formas de comunicação e relacionamento com a informação.

“Nesse sentido, os métodos ativos mais inovadores envolvem atividades diversas que incluem pesquisas, dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, os trabalhos em grupos ou pares, múltiplas formas de representação da realidade e expressão do saber por diferentes linguagens e formas (arte, música, escrita e etc.). Portanto, as tecnologias juntamente

com as metodologias ativas são elementos complementares no processo de inovação pedagógica” (PDI, 2021, p. 53).

Diante deste contexto, os docentes do curso de Educação Física, além das metodologias acima citadas, podem fazer uso das seguintes: sala de aula invertida, portfólio, seminários e discussões, aprendizado por problemas, mapas mentais, estudos de caso, entre outras. E, como suporte às aulas, os docentes utilizam um conjunto de ferramentas como Google meet, Google classroom, AVA Moodle/UFT, Trello, entre outras.

Deste modo, o corpo docente busca alcançar práticas que contribuam para o processo de modernização do ensino superior tendo, por meio das distintas disciplinas, possibilidades variadas frente os conteúdos, assim como, com a diversidade cultural presente no corpo discente do curso.

3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais

A adoção de metodologias de ensino e tecnologias aplicadas à inovação pedagógica é um objetivo proposto pelo corpo docente do curso, no sentido de qualificar o processo de aprendizagem dos estudantes. Para tanto, a formulação de estratégias de planejamento das ações é necessária para que o corpo docente possa dialogar no sentido de fortalecer o trabalho realizado no curso, dando continuidade ao que for avaliado como satisfatório e reformular o que se perceber como insatisfatório. Deste modo, as estratégias são discutidas e registradas nas reuniões de planejamento do curso.

3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas

No campo educacional, a Tecnologia Assistiva (TA) pode ser compreendida como uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba recursos, estratégias, produtos, serviços e metodologias que têm como objetivo promover e favorecer a participação dos estudantes com alguma deficiência nas diversas atividades escolares, visando a atender os objetivos educacionais comuns e desenvolver nesses estudantes suas potencialidades, autonomia e independência.

Buscando alcançar este objetivo, os docentes do curso de Educação Física podem fazer uso de recursos que possam aumentar, manter ou melhorar a capacidade funcional das pessoas com deficiência, monitorando a existência e produção de objetos virtuais de aprendizagem em ambiente virtual, materiais e ferramentas assistivas fornecidas pela UFT para a implementação das atividades tecnológicas pedagógicas.

3.9.4 - Tecnologias Sociais

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se faz de suma importância para o fortalecimento da universidade, assim como, para a implementação das tecnologias sociais. Conforme preceitua o PPC (2021-2025, p. 58), “Quando um projeto de pesquisa ou um projeto de curso está fortemente vinculado a um programa ou projeto de extensão, as ações passam a ter intencionalidade e geram uma espiral crescente de construção e reconstrução de conhecimento, de processos de ensino e de desenvolvimento de tecnologias sociais transformadoras da realidade onde a universidade está inserida”.

Deste modo, o curso de Educação Física tem como horizonte a realização de projetos que possibilitem uma aproximação da universidade com a comunidade, na perspectiva da

implementação de propostas inovadoras que perspectivem a inclusão socioproductiva. Deste universo, o desenvolvimento das tecnologias sociais do curso têm maior aproximação com o campo escolar do município de Miracema e região, com as populações vulneráveis, com os povos originários, e projetos ligados à produção da saúde, cultura e educação.

3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente

O colegiado do curso de educação física da UFT, câmpus universitário de Miracema, assume a formação contínua como eixo central do processo de enriquecimento e fortalecimento das práticas pedagógicas produzidas no âmbito da formação de professores. Essas práticas são responsáveis pela articulação entre teoria e prática e, portanto, devem ser objeto de constante capacitação.

Em vista disso, o colegiado apoia e mantém sua organização de capacitação individual por meio da Resolução nº 13 de 14 de setembro de 2015 da UFT, que regula os afastamentos para qualificação docente, também observamos o decreto 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundação. Plano que é desenvolvido anualmente pela coordenação do curso e encaminhada para o setor de recursos humanos para o devido acompanhamento da Universidade. Nele, os docentes destacam as atividades de qualificação individuais e que visam enriquecer os processos de ensino, pesquisa e extensão.

De maneira complementar, o colegiado organiza mensalmente reuniões pedagógicas com o intuito de discutir temas de interesse e promover a troca de experiências entre os docentes, promovendo a integração dos conhecimentos a partir das especificidades de cada docente.

3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, por meio dela o docente compreende quais apropriações foram realizadas e quais necessitam de maior empenho/aprofundamento. Nesse percurso, o docente, por meio da avaliação para aprendizagem (HARLEN, 2013), analisa suas práticas e as modifica de acordo com as necessidades dos discentes, que por sua vez, tem a possibilidade de serem protagonistas de seu percurso formativo, identificando suas lacunas formativas (ESTEBAN, 2001). Portanto, seu caráter é formativo e não somente classificatório.

O curso de educação física assume como eixo central da formação inicial os seguintes itens: a) a formação a partir da perspectiva do ser humano que se movimenta; b) a formação focada na região amazônica; c) a formação voltada para a compreensão das especificidades do contexto escolar.

Dessa forma, cada disciplina que compõem o currículo deve-se articular com os eixos citados, enriquecendo a formação docente no desenvolvimento do percurso formativo em sua dimensão didático-pedagógica e ético-política. Portanto, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Para o devido acompanhamento e avaliação daquilo que é produzido no cotidiano formativo, se faz necessário que as práticas avaliativas sejam investigativas (ESTEBAN, 2001) que

identifiquem o que foi e o que ainda não foi aprendido. Essa concepção avaliativa, permite ao docente autoavaliar sua atuação e ao discente tomar as rédeas de seu percurso formativo, produzindo um movimento de corresponsabilidade, que tem por intuito enriquece a formação profissional ofertada pelo curso e estimular a apropriação das habilidades e competências necessárias para a atuação profissional em educação física.

Em relação aos instrumentos avaliativos, assumimos a reflexão de Santos et al. (2019) ao destacar que a prática avaliativa formativa é materializada pela intencionalidade daqueles que a mobilizam. Assim, ao assumir uma concepção investigativa de avaliação na associação com a racionalidade formativa do curso, sinalizamos que práticas como: aulas simuladas, juris simulados, debates, atividades práticas individuais ou em grupos, resenhas, provas, apresentação de seminários, apresentação culturais, visitas técnicas, produção audiovisuais, todos acompanhados pelo suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre outras não tem fim em si mesma, mas compõem uma intrincada rede de práticas avaliativas que contribuem para a compreensão dos aprendizados dos discentes por diferentes ângulos, permitindo a professores e discentes um olhar situacional e longitudinal do percurso formativo. Sendo ação que permite a compreensão dos aprendizados teóricos-metodológicos na justa medida em que se permite, por meio das práticas avaliativas, experiências, testar e vivenciar ações que ocorrem no cotidiano escolar, na sua estreita relação com os conteúdos compartilhados nas diferentes disciplinas curriculares.

Ressaltamos, ainda, que a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT, câmpus universitário de Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- A contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;
- A articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sociocultural regional;
- As demandas das práticas docentes escolares e não escolares;
- As diferenças individuais dos educandos, a inclusão e a diversidade;
- O movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- A utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- O processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

O Sistema de Notas da UFT dispõe de duas notas com rendimento entre 0 e 10 pontos, posteriormente soma-se as duas notas e extrai a média aritmética. A média equivale a nota final do aluno que se for igual ou superior a 7,0 é considerado aprovado. Os estudantes que não conseguirem no mínimo nota 4,0 na nota final, estarão reprovados. Caso sua média esteja entre 4 e 6,9 o estudante pode realizar um exame que tem valor máximo de 10 pontos e somado a média e dividido por 2, deve ser igual ou superior a 5,0 para ser aprovado na disciplina.

3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem

O curso de educação física, ciente que os discentes se apropriam das práticas pedagógicas experienciadas durante a graduação, com o intuito de ampliar o capital de práticas pedagógicas mobilizadas no cotidiano escolar (FIGUEIREDO, 2010; FIGUEIREDO; MORAIS, 2013), se preocupa

em qualificar as ações de ensino-aprendizagem.

Desse modo, são realizadas atividades de ensino-aprendizagem que incluem visitas técnicas a escolas da região de Miracema do Tocantins e entorno, juris simulados, aulas simuladas, aulas expositivas, aulas práticas (em quadras, campos, pista de atletismo, piscina, sala de dança, sala de lutas, sala de informática), leituras de parte de obras científicas, produção de fichamentos, relatórios e planos de aulas, produção de planejamentos bimestrais, semestrais, e anuais, produção de projetos de intervenção pedagógica entre outros.

As atividades mencionadas são produzidas sempre na articulação entre ensino-pesquisa-extensão, evidenciando para o discentes as diferentes possibilidades de mobilização dessas práticas em seu cotidiano de atuação. Para além disso, essas ações são atravessadas pelas teorias de aprendizagem em uma perspectiva sociointeracionista (VYGOTSKY, 1998), que compreende o homem como sujeito social e que fundamenta suas aprendizagens nas interações que estabelece com aqueles que atravessam seu cotidiano.

3.10 - Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) será realizado conforme a resolução Resolução CNE/CES Nº 6, de 18 de dezembro de 2018 que diz que “O estágio deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física ao aprendizado em ambiente de prática real, e deverá considerar as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola e às políticas de extensão na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.” (CNE, 2018, p. 4). Desta forma, é uma prática “que promove a aquisição de competências profissionais, desenvolve habilidades, hábitos e atitudes”, conforme sinaliza o PDI (2021, p. 64). Dentre o conjunto destas habilidades, hábitos e atitudes, o direcionamento dado tem como horizonte contribuir com o processo formativo do corpo discente do curso no que diz respeito ao exercício da docência em âmbito escolar. Em consonância com o referido documento, há a resolução nº 26 de 2021 - Consepe, que em seu artigo primeiro, salienta que esta disciplina “[...] visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

O estágio supervisionado é um componente curricular da formação do licenciado em Educação Física e proporciona a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares. Constitui-se, portanto, em um espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do curso com práticas educativas, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

Neste contexto, o campus Universitário de Miracema da Universidade Federal do Tocantins encontra no município sede um conjunto de escolas municipais e estaduais que ofertam o ensino regular na educação básica nas distintas etapas sendo: 1. ensino infantil; 2. ensino fundamental (anos iniciais e anos finais); 3. ensino médio e; 4. Educação de jovens e adultos (EJA). Deste modo, atende a necessidade do curso para a realização das disciplinas de ECS.

A importância da boa relação institucional com as escolas presentes no município é ponto que merece grande atenção, visto que, é por meio do conhecimento da realidade e assumindo como ponto de partida, “que as atividades acadêmicas são projetadas, pensadas, elaboradas e desenvolvidas e, portanto, os resultados devem ser devolvidos a essa comunidade, ainda que

em longo prazo” (PDI, 2021, p. 58). Tal entendimento parte da perspectiva de que o ECS, além de contribuir para o alargamento da compreensão discente sobre seu processo formativo, visto sua inserção na escola como docente - em processo de formação inicial -, fortalece também o trabalho na escola, por meio do estreitamento da relação entre ambas instituições educacionais (universidade e escola).

Cabe salientar que o ECS em Educação Física Licenciatura será norteado pelas premissas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que dispõe sobre a Normativa dos Estágios Obrigatórios e não Obrigatórios da Universidade Federal do Tocantins, por meio da Resolução nº 26, de 11 de agosto de 2021.

O Estágio Curricular Supervisionado está associado à formação específica do Curso de Educação Física Licenciatura e será estruturado da seguinte forma: iniciará no 5º período, sendo realizado sem intervalos ao longo do curso até o 8º período. Sendo assim, esta proposta prevê a realização do estágio curricular em Educação Física na Educação Básica em quatro momentos, que seguem: 1. Estágio em Educação Física na Educação Infantil; 2. Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental I; 3. Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental II e; 4. Estágio em Educação Física no Ensino Médio e EJA.

As atividades relacionadas ao estágio curricular serão desenvolvidas junto a instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Sua organização consistirá no desenvolvimento de um projeto de intervenção (denominado de Plano de Ensino), sua aplicação dar-se-á no espaço escolar e deverá culminar na produção de um relatório ao final de seu desenvolvimento ou noutra atividade definida pelo docente responsável pela disciplina.

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas.

Toda e qualquer ação relativa ao estágio supervisionado será sempre realizada sob o acompanhamento do(s) docente(es) responsável(is) pela disciplina. Em função da qualidade do atendimento, a turma de estágio poderá ser dividida seguindo as orientações implementadas para os cursos presenciais.

O estágio supervisionado caracteriza-se pela participação dos discentes/estagiários em todos os procedimentos didáticos e pedagógicos que norteiam o processo de intervenção, utilizando-se da dinâmica ação-reflexão-ação no momento da aplicação das intervenções nas escolas. Seu ponto de partida é a reflexão sobre os pressupostos da ação, buscando produzir teoria sobre o fazer docente, e a partir dela, redimensionar sua prática, enriquecendo-a com conhecimentos teóricos.

Nesse sentido, a metodologia adotada para o desenvolvimento do estágio supervisionado compreenderá as seguintes estratégias:

1. Leituras, discussões e sistematizações com vistas à fundamentação teórico-metodológica;
2. Visita à escola para conhecimento prévio acerca das ações voltadas para o âmbito da Educação Física;
3. Construção e implementação de instrumentos de coleta de dados para a apreensão da realidade da conjuntura e/ou do cotidiano escolar;
4. Construção e sistematização coletiva do Plano de Ensino;

5. Apresentação do projeto (Plano de Ensino) consolidado pelos estagiários sob orientação dos professores na escola de inserção dos discentes. A forma de apresentação do mesmo fica a cargo da decisão do docente responsável pela disciplina, podendo ser enviado o documento por e-mail;

6. Implementação do projeto com planejamento das aulas e prática pedagógica na forma de estágio supervisionado;

7. Produção de conhecimentos via relatório a partir dos resultados obtidos com as intervenções;

8. A organização da apresentação dos resultados da realização do estágio pelo conjunto discente fica a cargo do docente responsável pela disciplina, podendo ser realizada na universidade, tanto como, na respectiva escola;

9. Realização de reuniões entre os professores do estágio supervisionado (universidade e escola) atenderão a demandas específicas, podendo ter uma periodicidade mensal, assim como, as reuniões com os estagiários, ficam a cargo do docente, tanto como da necessidade dos acadêmicos.

Behrens (2009) afirma que as vivências do estágio são espaços de formação, descoberta e reconstrução de conceitos da Educação Física. Não se trata de um processo isolado desenvolvido pelo estagiário. Toda a experiência de estágio acontece a partir da mediação de outros envolvidos no processo. A resignificação dos conteúdos da formação e a construção de saberes para o trabalho pressupõem experiências colaborativas entre professores, professores orientadores e estagiários. Para este autor, para uma contribuição efetiva do estágio enquanto experiência acadêmica faz-se necessário um processo de triangulação entre tempo, atitude (ações) e sujeitos. Tempo enquanto espaço de permanência e vivência do licenciando no futuro campo de atuação profissional. Atitude que se relaciona ao rol de atividades inerentes à futura profissão a serem experienciadas em ações que o levem a refletir, perceber, ser e agir como professor. Sujeitos que se referem àqueles que se envolvem com o professor em formação no contexto do estágio (professor formador, coordenador e supervisor do estágio, professor da escola campo de estágio, alunos e outros estagiários).

Nas palavras de Maffei (2014, p. 237):

Nota-se que nas produções a respeito do estágio, as ações se remetem ao fazer do futuro professor. Assim, para que o estágio seja significativo à formação, o estagiário tem que se ocupar com funções semelhantes àquelas que ele viverá quando profissional da área, sem o qual, não se pode assegurar a constituição da sua identidade profissional por meio da construção do saber e do saber-fazer para o trabalho. O estágio extrapola a simples atividade de observação e discussão do papel do professor no contexto da prática. Muito embora todas essas ações (observação de aulas, discussão e elaboração de aulas e projetos e regência) sejam de igual importância ao estudante estagiário, elas somente terão sentido se realizadas a partir de uma situação real, contextualizada e integrada.

Assim, durante as ações do estágio devem ser previstas situações que envolvem ação e reflexão, o que supera um processo ou reflexão individual, se projetando para uma ação coletiva entre os envolvidos nesse processo objetivando a construção dos saberes docentes. Aroeira (2009) aponta as reflexões coletivas como ponto importante, principalmente no sentido desta superação de situações problema e dilemas encontrados no estágio.

Schön (2000) entende essas estratégias de reflexão como um processo de refletir-sobre-ação, ou seja, um pensamento retrospectivo sobre o ato pelo qual o professor é surpreendido e a

ação que se originou a partir dele. Neste processo, são postas à consideração individual ou coletiva não só as características da situação problemática, mas, também, os procedimentos utilizados na fase de diagnóstico e de definição do problema, a determinação de metas, a escolha de meios e, o que é mais importante, os esquemas de pensamento, as teorias implícitas, as convicções e formas de representar a realidade utilizada pelo profissional quando enfrenta situações problemáticas, incertas e conflituosas.

Os objetivos do estágio têm como principal norte consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das atividades formativas de caráter teórico e/ou prático, sendo elas:

1. Promover o desenvolvimento organizacional e sistematizado dos métodos do processo de ensino da Educação Física;
2. Possibilitar ao aluno/ estagiário a organização do trabalho pedagógico a partir dos conhecimentos e interesses da comunidade envolvida;
3. Desenvolver conhecimentos e pensamento investigativo que possibilitem a formulação de questões e proposição de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano pedagógico numa perspectiva interdisciplinar e colaborativa;
4. Promover o desenvolvimento profissional pela reflexão teórico- prática e pela sistematização dos saberes docentes, articulando ensino e pesquisa na produção de saber e prática pedagógica;
5. Considerar as diferenças e as necessidades especiais, visando à inclusão social;
6. Socializar e divulgar experiências do estágio supervisionado, através de eventos, publicações e outros meios de divulgação científica.

O estágio supervisionado acontece em forma de disciplina curricular sob a responsabilidade de professores orientadores. Estes deverão ter experiência em Educação Física escolar, além de vínculo como docente no curso de Educação Física do câmpus Universitário de Miracema da UFT.

São considerados campos de estágio as Escolas de ensino básico, públicas, conveniadas ou confessionais no município de Miracema do Tocantins. As áreas e locais para o estágio são definidas pelo colegiado do curso de Educação Física do câmpus Universitário. Todos os locais selecionados deverão estar conveniados com a UFT.

Para a finalização da disciplina, os acadêmicos deverão preencher o Termo de Estágio (via Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios - SAGE), tanto quanto o docente orientador (universidade) e o docente supervisor (escola).

3.11 - Atividades complementares

Por definição, atividades complementares trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico- científica e artístico- cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional.

A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus. O processo para o envio da documentação de certificação da atividade complementar é realizado via sistema da universidade. A data e local para esse processo é disponibilizado no calendário acadêmico anual publicado pela universidade.

As atividades complementares, devem corresponder no mínimo a 210 horas (14 créditos). Sendo que 15 horas de participação em eventos de caráter científico e cultural, conforme previstos nos Pareceres CNE-CP 09 e 21-2001, correspondem a 1 crédito.

As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa e Atividades de Extensão (Anexo Regimento de AACC e AACC_Consepe n_09-2005_ 04-2005).

3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso é um momento ímpar para o desenvolvimento da produção acadêmica, por isso, merece destaque na composição da estrutura curricular do curso.

Apresenta-se como parte conclusiva das experiências realizadas no curso. Ao final do processo de formação, os alunos deverão ser capazes de expressar aprendizagens consolidadas ao longo do curso sobre as temáticas que envolvem o ensino da Educação Física escolar considerando-se os conhecimentos multifacetados dessa prática, produzindo uma monografia, a qual de acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 235) “[...] trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. [...]”.

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual e consiste em um estudo escrito sobre uma temática na área de formação do acadêmico, preferencialmente como um desdobramento de ações e estudos realizados ao longo do curso. Não obstante, o aluno terá oportunidade de ampliar e discutir questões decorrentes vivenciadas nos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, conforme temáticas de orientações em Trabalhos de Conclusão de Curso, articulando-as com as linhas de pesquisas do curso.

As normas e regulamento de elaboração e apresentação de TCC do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT, Câmpus Miracema, encontra-se na secretaria do curso, na homepage do curso (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/es/ensino/323-ensino/cursos-de-graduacao/educacao-fisica-miracema> [about:blank]) e em anexo (Anexo Regimento TCC).

As normas para a publicação na Biblioteca Digital de Monografias (TCC) de Graduação e Especialização (BDM) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 41, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, encontra-se no site da UFT e em anexo (Anexo BDM).

O formulário Sisbib, Termo de Autorização de TCC e Trabalhos de Conclusão de Pós-Graduação Lato Sensu, encontra-se em anexo (Anexo SISBIB) e no site da UFT.

3.13 - Internacionalização

O curso tem como desafio uma concepção de currículo internacionalizado que dialogue com uma formação profissional e social, em uma perspectiva intercultural (MOROSINI, 2018)

A internacionalização deverá centrar-se no currículo formal, informal e oculto, de forma que a inter-relação curricular permite a “importância do conhecimento nas disciplinas e entre as disciplinas com a formação para a profissão e para a cidadania em nível local, nacional e global e para a formação de uma identidade internacional” (MOROSINI, 2018, p. 121).

Segundo Abad (2019), a internacionalização do currículo deve destacar as relações curriculares existentes na construção dos projetos de cursos, impactando diretamente na construção das características norteadoras da formação profissional do sujeito em nível local, regional e global, garantindo o aproveitamento das experiências curriculares vivenciadas em outros países/universidades.

Morosini (2018) salienta que há competências interculturais que estão presentes na formação, oportunizando relações com o currículo internacionalizado, priorizando a formação integral e relacionando o conhecimento à consciência quando em contato com outras culturas, a fim de conseguir aplicá-lo no cotidiano profissional.

3.14 - Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.15 - Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com

a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica, sendo que a inserção curricular das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFT tem como objetivos:

I - ampliar e consolidar o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes;

II - aproximar e relacionar conhecimentos populares e científicos, por meio de ações acadêmicas que articulem a Universidade com os modos de vida das comunidades e

grupos sociais;

III - estimular a formação em extensão no processo educativo e formação cidadã dos estudantes, proporcionando desenvolvimento profissional integral, interprofissional e

interdisciplinar, alinhado às necessidades da sociedade;

IV - fortalecer a política de responsabilidade social da Universidade preconizado

no PDI.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação. Cabe às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão propor programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão.

3.16 - Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia Legal, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);

II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação Stricto Sensu;

III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;

IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;

V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);

VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-

graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;

VII. Tradução de artigos;

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, busca-se atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

* **Acessibilidade:** “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei nº 13.146/2015 – Art. 3º, inciso I).

* **Acessibilidade atitudinal:** ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

* **Acessibilidade comunicacional:** ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador

com leitor de tela, etc.

* **Acessibilidade digital:** ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

* **Acessibilidade Instrumental:** ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

* **Acessibilidade metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), dentre outras.

3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Em 2003, quando do início de suas atividades, a UFT herdou a maior parte da estrutura física e administrativa da Universidade do Tocantins (Unitins). Como houve uma transformação significativa de personalidade jurídica e cultura institucional, as inúmeras dificuldades observadas nos primeiros anos de adaptação a um novo contexto foram inevitáveis. Com a realização dos primeiros concursos, seja para docentes, seja para técnicos administrativos, a UFT foi gradualmente promovendo sua expansão, ao mesmo tempo em que construía e amadurecia seus processos internos. Nos últimos anos, é perceptível o avanço no alinhamento entre os processos de avaliação e de gestão. Para além do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), a criação e implementação de sistemas informatizados em setores-chave da gestão administrativa e acadêmica, tais como o processo de matrícula em disciplinas, reserva de veículos e espaços para aulas e eventos, gerenciamento de projetos, o cadastro unificado de bolsas e auxílios (CUBO), além do sistema de gestão Naus, responsável por monitorar o desenvolvimento das ações do PDI, segundo as unidades gestoras da UFT. Neste contexto, destacam-se os trabalhos dos setores de Auditoria Interna – no sentido de controlar e fiscalizar o adequado cumprimento dos fluxos e procedimentos – e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – com vistas a evidenciar os resultados dos processos de avaliação interna, a fim de possibilitar a adoção de ações comprometidas com a melhoria institucional. No que tange ao trabalho da CPA, os resultados das avaliações internas são encaminhados à gestão superior via relatórios periódicos, cujo principal documento é o Relatório de Avaliação Institucional, produzido anualmente. Estes relatórios são compartilhados com a comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos), a fim de divulgar não apenas o modo como a UFT é avaliada, mas de que forma avançar nos eixos e dimensões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os mencionados sistemas, em constante desenvolvimento, revelam não apenas o esforço da gestão em atender às demandas apontadas pelo processo de avaliação interna, mas também das necessidades da própria sociedade. Assim, para que a evolução institucional seja permanente, faz-se necessário estimular a observação crítica, a vivência, o permanente debate, a soma de experiências e a diversidade de ideias e atores, na perspectiva de que a universidade (trans)forma e é (trans)formada.

3.19 - Atividades docentes e/ou tutoria

Não se aplica ao curso de Educação Física do Campus Universitário de Miracema da UFT.

3.20 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem

A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) proporcionam a ampliação e diversificação das formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos, não só da Educação Física bem como de áreas afins, tanto durante a formação como na contínua atualização e produção acadêmico-profissional. No curso de Educação Física do Campus Universitário de Miracema da UFT, tais ferramentas podem ser utilizadas nas aulas teóricas e práticas, bem como nos laboratórios de informática ou durante a execução de atividades acadêmico-pedagógicas, em qualquer hora e lugar onde o discente tenha acesso a rede mundial de computadores, quando os alunos têm acesso a materiais eletrônicos ou recursos didáticos, na plataforma Moodle disponibilizada pela UFT, além de serem requisitados a fazerem pesquisas em bases de dados eletrônicas, elaborar trabalhos com o uso de plataformas digitais, entre outros recursos.

Ainda, na Biblioteca e no Laboratório de Informática, os alunos também têm acesso à internet, à base de dados e à Biblioteca Virtual através dos computadores ali instalados e a área dispõe de rede Wi-Fi, utilizada por professores e alunos que dispõem de equipamentos móveis.

As TDIC favorecem não só a busca e a troca de informações entre docentes e discentes, mas também possibilitam a mediação à acessibilidade digital e comunicacional bem como a criação de ambientes virtuais de aprendizagem nos quais os alunos possam experimentar, testar hipóteses, relacionar, comunicar e argumentar. Dessa maneira, os alunos vivenciam várias formas de utilização e aplicação de recursos de informação e comunicação, os quais os auxiliarão na prática profissional.

3.21 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O curso pode utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como ferramenta de apoio pedagógico aos estudantes. Além dos encontros presenciais, as interações entre docente e discentes poderão acontecer por endereço eletrônico entre o e-mail do docente e o e-mail "oficial" da turma.

Todos estes espaços virtuais (moodle, e-mail e/ou aplicativo de mensagens) terão a função de otimizar a comunicação entre docente e discentes, estando disponíveis para interação, troca de mensagens, informações e arquivos (vídeos, imagens, textos, etc.). Vale destacar que os conteúdos compartilhados devem obrigatoriamente serem pertinentes ao universo da Educação Física, em especial, aos conteúdos das disciplinas.

3.22 - Material didático

Não se aplica ao curso de Educação Física do Campus Universitário de Miracema da UFT.

3.23 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, por meio dela o docente compreende quais apropriações foram realizadas e quais necessitam de maior empenho/aprofundamento. Nesse percurso, o docente, por meio da avaliação para aprendizagem (HARLEN, 2013), analisa suas práticas e as modificam de acordo com as necessidades dos discentes, que por sua vez, tem a possibilidade de serem protagonistas de seu percurso formativo, identificando suas lacunas formativas (ESTEBAN, 2001). Portanto, seu caráter é formativo e não somente classificatório.

O curso de educação física assume como eixo central da formação inicial os seguintes itens: a) a formação a partir da perspectiva do ser humano que se movimenta; b) a formação focada na região amazônica; c) a formação voltada para a compreensão das especificidades do contexto escolar.

Dessa forma, cada disciplina que compõem o currículo deve-se articular com os eixos citados, enriquecendo a formação docente no desenvolvimento do percurso formativo em sua dimensão didático- pedagógica e ético- política. Portanto, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Para o devido acompanhamento e avaliação daquilo que é produzido no cotidiano formativo, se faz necessário que as práticas avaliativas sejam investigativas (ESTEBAN, 2001) que identifiquem o que foi e o que ainda não foi aprendido. Essa concepção avaliativa, permite ao docente autoavaliar sua atuação e ao discente tomar as rédeas de seu percurso formativo, produzindo um movimento de corresponsabilidade, que tem por intuito enriquece a formação profissional ofertada pelo curso e estimular a apropriação das habilidades e competências necessárias para a atuação profissional em educação física.

Em relação aos instrumentos avaliativos, assumimos a reflexão de Santos et al. (2019) ao destacar que a prática avaliativa formativa é materializada pela intencionalidade daqueles que a mobilizam. Assim, ao assumir uma concepção investigativa de avaliação na associação com a racionalidade formativa do curso, sinalizamos que práticas como: aulas simuladas, juris simulados, debates, atividades práticas individuais ou em grupos, resenhas, provas, apresentação de seminários, apresentação culturais, visitas técnicas, produção audiovisuais, todos acompanhados pelo suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre outras não tem fim em si mesma, mas compõem uma intrincada rede de práticas avaliativas que contribuem para a compreensão dos aprendizados dos discentes por diferentes ângulos, permitindo a professores e discentes um olhar situacional e longitudinal do percurso formativo. Sendo ação que permite a compreensão dos aprendizados teóricos- metodológicos na justa medida em que se permite, por meio das práticas avaliativas, experiências, testar e vivenciar ações que ocorrem no cotidiano escolar, na sua estreita relação com os conteúdos compartilhados nas diferentes disciplinas curriculares.

Ressaltamos, ainda, que a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT, câmpus universitário de Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- A contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;

- A articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sociocultural regional;
- As demandas das práticas docentes escolares e não escolares;
- As diferenças individuais dos educandos, a inclusão e a diversidade;
 - O movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- A utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- O processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

O Sistema de Notas da UFT dispõe de duas notas com rendimento entre 0 e 10 pontos, posteriormente soma-se as duas notas e extrai a média aritmética. A média equivale a nota final do aluno que se for igual ou superior a 7,0 é considerado aprovado, caso sua média esteja entre 4 e 6,9 o estudante pode realizar um exame que tem valor máximo de 10 pontos e somado a média e dividido por 2 deve ser igual ou superior a 5,0 para ser aprovado na disciplina. Os estudantes que não conseguirem no mínimo nota 4,0 estarão reprovados.

3.24 - Atividades Práticas de Ensino

Essa proposta curricular do curso de Educação Física da Universidade Federal de Tocantins, câmpus Miracema, desde o seu início, vem apontando para vários compromissos históricos, dentre os quais, o seu papel decisivo de integrar-se nas transformações da escola, da Educação Física e Educação, com novos redimensionamentos curriculares acerca do ser humano que se movimenta no interior das práticas educacionais e nas práticas sociais.

Nas atividades práticas de ensino, para que sejam contempladas efetivamente durante todo processo de formação, buscou-se a mobilização efetiva dos princípios que norteiam a formação, a importância de fortalecer as articulações entre os professores, seus conhecimentos e as diversas disciplinas que compõem o currículo no sentido da construção de atitudes, competências e de práticas interdisciplinares, no percurso da formação acadêmica dos discentes dentro da perspectiva de se buscar uma unidade metodológica na ação curricular, principalmente levando-se em conta, os compromissos históricos e políticos com a mudança da escola e da sociedade (Art. 9 da RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018).

Conforme ainda o mesmo documento, em seu art. 9, as atividades práticas deverão conter o estágio supervisionado, bem como outras vinculadas aos diversos ambientes de aprendizado escolares e não escolares. Informa ainda em seu Art. 13, que atividades práticas farão parte dos estudos integradores articulando-as entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar diferentes vivências no campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Diante do exposto, destaca-se ainda que essa proposta também se articula com as ações político-pedagógicas voltadas a Saúde Pública e Coletiva, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da área, PARECER CNE/CES Nº:584/2018 e RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Curso de Educação Física da UFT-Miracema possibilita a formação de profissionais capazes

de atuar e desenvolver ações político-pedagógicas voltadas à Saúde Coletiva, em instituições públicas e privadas, por intermédio da cultura do movimento, da formação esportiva; da formação cultural; do lazer, e da gestão relacionados às atividades físicas, esportivas e recreativas

3.25 - Integração com as Redes Públicas de Ensino

O papel do educador está sendo redefinido de mero transmissor de conhecimentos para mediador do mesmo, e tal transformação pode ser auxiliada pelo conhecimento de procedimentos pedagógicos que favoreçam as diferentes formas de aprendizado, mediante a utilização de recursos didáticos, metodológicos e tecnológicos. Neste contexto, o curso de EF do campus Universitário Miracema da UFT possui um programa de integração com escolas públicas da região, por meio de convênio com as Secretarias de Educação do Município de Miracema do Tocantins e do estado do Tocantins, sendo este, uma atividade de colaboração entre a universidade e a escola, onde são realizadas as atividades do Estágio supervisionado por meio de trabalho discente individual, executado em instituições públicas de educação básica com dedicação extraclasse no ambiente da instituição/campo e complementação das tarefas na universidade, sob orientação do professor responsável. Cada discente, após a escolha e a aceitação da instituição conveniada em que realizará o estágio supervisionado, deverá elaborar e apresentar ao docente responsável na instituição/campo, a documentação exigida para efetivação do mesmo. Assim, a partir do aceite do estagiário pela escola e do contato realizado, automaticamente se estabelece um convênio entre a UFT e a Instituição campo concedente.

O Professor Orientador de Estágio entra em contato com a escola concedente para conversar sobre o aluno estagiário, colocando-se à disposição da mesma. Poderão ser acordados trabalhos em conjunto, tais como: recepção dos alunos para uma visita técnica, capacitação aos Professores da Educação Básica, entre outros, que forem do interesse de ambas as partes. Ainda, os alunos das referidas escolas podem participar de Projetos de Extensão já existentes na UFT ou em outros, que possam ser criados a partir da parceria.

Os licenciandos serão incentivados a participar de reuniões pedagógicas e conselhos de classe nas escolas onde estão estagiando, além de auxiliarem no planejamento de eventos e atividades extraclasse. Tais ações permitem não só o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, como também aproximam o discente à prática profissional.

Outra forma de consolidar a integração se dá através do Programa de Iniciação à Docência – PIBID.

Todos os documentos e normativas para realização dos estágios supervisionados encontram-se no SAGE (sistema de acompanhamento e gestão de estágios) da UFT.

3.26 - Integração do curso com o Sistema Único de Saúde (SUS)

Não se aplica ao curso de Educação Física do Campus Universitário de Miracema da UFT.

4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do curso de Educação Física do CUM da UFT está organizado de acordo com o parecer nº 4 de 17 de junho de 2010, através da Resolução CONAES nº 01/2010. Atualmente, este é formado por um grupo de cinco docentes efetivos do colegiado de curso que atuam em regime de tempo integral e no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos periódicos sobre este, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as novas demandas do mundo do trabalho. Atualmente, o NDE é composto pelos professores doutores: Vicente Calheiros (coordenador de curso), Diego Ebling do Nascimento, Jean Carlo Ribeiro, Kliver Antônio Marin e Marcus Vinícius do Nascimento Ferreira.

Com a composição, o NDE busca cumprir com suas atribuições, que são as de:

I – Elaborar, implementar e corrigir quando necessário o Projeto Pedagógico de Curso (PPC);

II – Prezar pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;

III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, os registros das reuniões realizadas juntamente com as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;

IV – Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;

V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;

VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo

com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII – Indicar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais necessários para o pleno funcionamento do Curso;

VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que sejam

profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso;

IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

X – Realizar estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.

O NDE, presente no curso desde sua concepção em 2015, atua e o acompanha a consolidação e a atualização do PPC, realizando estudos e atualizações periódicas, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

4.2 - Equipe multidisciplinar

Não se aplica.

4.3 - Corpo Docente e/ou Tutores

O quadro efetivo de docentes no curso de licenciatura em Educação Física do CUM da UFT é composto por 11 servidores, em sua maioria com formação em Educação Física, ingressados mediante concurso público que compartilham, entre suas funções, a responsabilidade atuar na construção de um projeto de formação de licenciados em Educação Física, respeitando as Diretrizes Curriculares e as normativas das entidades representativas da profissão. O quadro de servidores é composto por 09 professores doutores e 02 mestres com as titulações obtidas em pós-graduação stricto sensu, na área da disciplina pelas quais são responsáveis, comprovadas no endereço do Currículo Lattes (Quadro de docentes).

Os docentes curso de licenciatura em Educação Física do CUM da UFT estão enquadrados na Carreira de Magistério do Superior e possuem e atuam em regime de trabalho de dedicação exclusiva (DE). Os professores exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas e também, integram a comunidade acadêmica, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e os objetivos da Instituição apoiados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2021-2025). O DE do corpo docente lhes permite atender a demanda existente, ou seja, dedicação à docência, planejamento e desenvolvimento de pesquisas e de projetos de extensão, participações no colegiado e no núcleo docente estruturante do curso, além realizar o planejamento didático e preparação das avaliações de aprendizagem. Ainda, os professores possuem horários semanais disponíveis para atendimento ao discente, divulgados pela coordenação de curso de acordo com as demais atividades definidas e gerenciadas pelos docentes (pesquisa e extensão).

Do mesmo modo, são responsáveis também pela definição dos componentes curriculares e

atualização da respectiva de bibliografia, visando identificar sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do aluno, bem como estimulá-lo ao acesso em projetos de pesquisa. Uma das suas principais responsabilidades do corpo docente é analisar e utilizar os dados desses processos para a melhoria contínua do planejamento e da gestão do curso com vistas a formar grupos de estudo que possibilitem condições de elaborar e publicar trabalhos na sua área de conhecimento.

Desta forma, os docentes são inclinados a aprimorar suas habilidades didático pedagógicas (domínio de técnicas, avaliação e instrumentos, metodologias ativas). Com apoio do Colegiado do curso, os profissionais têm a autonomia para aprimorar suas habilidades e manter-se atualizados por meio da participação de congressos e eventos que lhes permita ampliar competências com intuito de promover a atualização dos conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas associando-os a exemplos da vida profissional e, dessa forma, atender o que preconiza o perfil do egresso do Curso.

Buscando atingir o objetivo geral do curso de formar profissionais com competências e habilidades características da profissão, o corpo docente propõe, como alternativa de articulação dos componentes curriculares, reuniões mensais do Núcleo Docente Estruturante, reuniões pedagógicas periódicas e reuniões deliberativas de colegiados para debaterem, avaliarem e elaborarem estratégias e atividades acadêmicas.

4.4 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso

Nome	E-mail	Lattes
Vicente Cabrera Calheiros	vicente.calheiros@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7211268481398938
Ruhena Kelber Abrão Ferreira	kelberabrao@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5372413745002335
Jean Carlo Ribeiro	jeancarlob@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0351660788465838
Kliver Antonio Marin	klivermarin@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6098705367805349
Diego Ebling do Nascimento	diego.edfisica@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4122771772310695
Daniele Bueno Godinho Ribeiro	danielebueno@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1321757625326271
Lucas Xavier Brito	lukas_xavier@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7998259204985896

Marcus Vinicius Nascimento Ferreira	marcus.nascimento@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6717619395404581
Vitor Antonio Cerignoni Coelho	vaccoelho@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9653088120694803
Alexandre Magno Guimarães	guimaraes.alexandre@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3378241499428312

4.5 - Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância

Não se aplica.

5 - INFRAESTRUTURA

Inicialmente, o CUM da UFT encontra-se instalado em dois espaços no município de Miracema do Tocantins -TO, por estar constituído por duas unidades, a Warã e a Cerrado. A unidade Warã, que constituía isoladamente o CUM, está instalada num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins desde 1992, quando iniciou suas atividades como unidade do sistema multicâmpus da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). A área física da unidade Warã é de 20.770m² e a edificada é de 3.325,89m², que envolve a administração com 1.822,40m², os blocos de salas de aula I, II e III com 468,44m² cada, o prédio da biblioteca com 405,74m² e a cantina com 160,87m². Vale destacar que a área física doada ao CUM pela Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins ocorreu em 15/12/2011. A segunda unidade do CUM, a Cerrado, localizada na Rodovia TO-342, km 3, Miracema do Tocantins - TO, foi inaugurada e incorporada ao CUM em 2019. Esta unidade possui área física de aproximadamente 28 hectares e a edificada é de 10.480 m², que envolve as seguintes edificações: o edifício “3P”, com 2.457 m², onde estão localizadas as salas de aula, de professores, de coordenação (e demais salas), auditório e laboratórios, o prédio da biblioteca com 1.800 m², o ginásio poliesportivo com 2.400 m², a pista/campo de atletismo com 3.823,22 m² e 03 estacionamentos (02 no bloco 3P e 01 na biblioteca).

Todas as dependências, inclusive sanitários, estão em concordância com as normas legais de higiene e possuem adequações para pessoas com deficiência físicas. Tanto a manutenção quanto a segurança dos espaços físicos são feitas por equipe formada por profissionais de limpeza, segurança, conhecimentos em elétrica e hidráulica, pedreiros e servidores com conhecimentos gerais.

Cabe destacar ainda que, atualmente, o CUM possui:

a) Salas para reuniões: na unidade Warã, há 01 (uma) sala com área de 23,27 m² cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso à internet, destinadas às reuniões dos Colegiados de Curso e do Conselho Diretor. Já na unidade Cerrado, existem 06 (seis) salas com área de 8,6 m² cada e com as mesmas características e destino da

unidade Cerrado.

b) Sala para Comissão Setorial de Avaliação do câmpus: 01 (uma) sala com área de 16,62 m², localizada na unidade Warã, climatizada e contendo móveis e equipamentos de informática com acesso à internet.

c) Sala da Comissão de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (COPPEX): 01 (uma) sala com área de 17,80 m², localizada na unidade Warã, climatizada, contendo móveis e equipamentos, destinada para as atividades dos programas e projetos da pós-graduação.

e) Copa: na unidade Warã, há 01 (um) espaço com área de 7,70 m², contendo eletrodomésticos para utilização dos colaboradores da empresa parceira responsável pela limpeza e conservação do câmpus. Já na unidade Cerrado, existe 01 (uma) sala de 7,3 m² e com as mesmas características e destino da unidade Warã.

f) Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Diretório Central dos Estudantes: na unidade Warã há 01 (uma) sala com área de 17,80 m², equipada com mobiliário e equipamentos, destinada aos estudantes do câmpus para realização das atividades próprias do movimento estudantil.

g) Instalações sanitárias: na unidade Warã, existem 10 (dez) banheiros, sendo eles nos blocos:

- Administrativo: 04 instalações (02 femininos e 02 masculinos, com área de 8,28 m²);

- I: 01 instalação feminina, com área de 20,44 m²;

- II: 01 instalação masculina, com área de 20,44 m²;

- III - Moradia estudantil: 02 instalações (01 masculina e 01 feminina, com área de 20,44 m²);

- 14 Bis: 02 instalações (01 instalação masculina e 01 feminina, com área de 20,44 m²);

- Vestiário: 02 instalações (01 masculina e 01 feminina, com área de 22,65 m²).

- Já na unidade Cerrado, existem 02 (dois) banheiros de 23,3 m² cada em cada piso do prédio "3P", destinados ao atendimento tanto dos docentes quanto da comunidade universitária.

h) Núcleo de apoio psicopedagógico e social (NAPS): 01 (uma) sala com área de 33,55 m², localizada na unidade Warã, equipada com móveis e equipamentos. O setor conta com o apoio técnico de 01 (um) pedagogo, 01 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social.

i) Laboratório de informática e acesso por Wi-fi: a unidade Warã não dispõe deste espaço, já na unidade Cerrado, há 01 (um) laboratório de 72,59 m², equipada com 25 computadores conectados à internet, que funcionam em rede, atendendo, assim, às necessidades discentes e docentes para elaboração de pesquisas, relatórios e estudos orientados em grupo nos três turnos do dia. Este espaço é utilizado com frequência sistemática pelos docentes e discentes para aulas com pesquisas ou trabalhos em dupla ou individual, estudos de casos, elaboração de relatórios, atividades complementares, dentre outras, sendo uma alternativa de efetivo trabalho acadêmico.

Além disso, ambas unidades do CUM disponibilizam para livre acesso de seus alunos e colaboradores, sistema de Wi-fi de última geração, que permite conexão pela internet nos computadores pessoais.

j) Setor de tecnologia e informação (STI): 01 (uma) sala com área de 42,02m², localizada na unidade Warã, equipada com móveis e equipamentos. O setor conta com o apoio de 02 (dois) técnicos em tecnologia da informação.

5.1 - Infraestrutura do câmpus

5.1.1 - Sala de Direção do câmpus

No CUM da UFT, esta sala se encontra instalada na unidade Warã, com área de 16,62m² e equipada com mobiliário e equipamentos destinados ao atendimento à comunidade universitária tanto individualmente como em grupos com privacidade. A direção conta com o apoio de 01 (um) assistente administrativo e um estagiário que atua junto a assessoria de comunicação.

5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes

Atualmente, o CUM possui:

a) Espaço de trabalho para coordenadores de curso: na unidade Warã, há 03 (três) salas que são utilizadas pelas coordenações dos cursos de Pedagogia, de Serviço Social e Psicologia com área aproximada de 23,00m² cada. Todas as salas são equipadas com mobiliários e equipamentos e cada coordenação de curso conta com o apoio de 01 (um) assistente administrativo. Da mesma forma, na unidade Cerrado, existem 02 (duas) salas com área de 30m² e com as mesmas características e destino das salas de coordenadores da unidade Cerrado.

b) Espaço de trabalho para docentes: na unidade Warã, há 17 (dezesete) salas com aproximadamente 25 m² cada e que comportam até 04 (quatro) docentes por sala. Todas as salas estão equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso à internet. Na unidade Cerrado, existem 05 (cinco) espaços com aproximadamente 30 m² cada e que comportam até 05 (cinco) docentes por sala que são utilizadas pelos professores do colegiado do curso de Educação Física do CUM.

Estes espaços de trabalho viabilizam as ações acadêmico-administrativas, já que possuem equipamentos de tecnologias da informação e comunicação que possibilitam formas distintas de trabalho, atendendo assim às necessidades institucionais bem como permitindo o atendimento discente individualmente ou grupos, com privacidade. Ainda, permitem e facilitam a execução de ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico e o atendimento necessidades institucionais, além de permitirem a privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes, docentes e orientando, e finalmente, para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.1.3 - Salas de aula

A unidade Warã do CUM possui 17 (dezesete) salas de aula com área de 60 m² cada, com iluminação direta, ventilação (janelas e portas), climatização (ar condicionado) e mobiliário (mesas e cadeiras) que passam por manutenção periódica, proporcionando assim, conforto ergonômico e térmico. A unidade Cerrado conta com 07 (sete) salas de aula com 60 m² cada,

distribuídas nos três pavimentos do prédio “3P”, com as mesmas características e destino das salas de aula da unidade Warã. Vale ressaltar que estas salas permitem flexibilidade relacionada às configurações espaciais de seus mobiliários, oportunizando assim, distintas situações de ensino-aprendizagem e estão disponíveis para atividades didático-pedagógicas nos períodos matutino, vespertino e noturno.

5.1.4 - Instalações Administrativas

Atualmente o CUM possui:

a) Secretaria acadêmica: 01 (uma) sala com área de 48,49 m², localizada na unidade Warã, que comporta os equipamentos e mobiliários necessários para as atividades dos técnicos administrativos em educação.

b) Sala da coordenação administrativa e financeira: 01 (uma) sala com área de 17,80 m², localizada na unidade Warã, equipada com móveis e equipamentos necessários para a atividade deste setor. Esta sala é ocupada por 02 (dois) administradores, 01 (um) assistente administrativo e 01 (um) estagiário, que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do câmpus. Ainda, neste ambiente, funcionam a Diretoria de Desenvolvimento Humano (DDH), que oferece suporte para os demais setores do câmpus e o setor de almoxarifado e patrimônio, responsável pelo controle e conservação dos móveis, equipamentos e materiais de expediente do câmpus.

c) Prefeitura universitária: 01 (uma) sala com área de 23,13 m², localizada na unidade Warã, equipada com móveis e equipamentos. O setor conta com o apoio técnico de 01 (um) administrador.

5.1.5 - Estacionamento

O CUM dispõe de estacionamento próprio para docentes, discentes e visitantes em ambas as unidades.

5.1.6 - Acessibilidade

O acesso ao interior do CUM é facilitado por arquitetura destinada à locomoção de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de discentes e demais indivíduos da comunidade acadêmica, atendendo o disposto na Lei n.º 13.146/2015, principalmente seu artigo 3º, inciso I, para efetivação da acessibilidade enquanto possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços. Na unidade Warã, há rampas de acesso ao interior do pavilhão térreo do prédio, à biblioteca e às salas de aula e já existe solicitação de instalação de um elevador para acesso do piso superior do prédio administrativo. Na unidade Cerrado, além de rampas de acesso no piso térreo do prédio “3P”, onde estão localizadas as salas de aula e laboratórios do curso de Educação Física, há 02 (dois) elevadores para acesso aos pisos superiores desta edificação. Ainda, em ambas unidades há banheiros adaptados para a utilização de pessoas com deficiência, a estruturação do calçamento com sinalização para garantir acessibilidade e vagas demarcadas nos estacionamentos da instituição.

5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

Além do espaço do laboratório de informática (descritos no item 4.1) e seus respectivos equipamentos descritos anteriormente, o curso de EF do CUN da UFT conta com outros equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais, tais como: televisão à cores (3), vídeo cassete (1), data-show (8), retroprojektor (10), máquina fotográfica digital (1), filmadora (1), reproduzidor de dvd (1), aparelho de som/reproduzidor de cd (1), projetor de slides (1), tela branca de projeção (10), flip chart (2), microfones (5), mesa/ comando de som (2), quadro branco para marcador específico (13) e notebook (1).

Cabe destacar que tanto o laboratório de informática, bem como os demais equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais descritos no quadro acima tem acesso disponibilizado facilitado aos discentes e ainda atendem, assim, às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto dos espaços, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, ao acesso à rede sem fio e ainda, salienta-se que a UFT possui hardware e software atualizados que passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

5.1.8 - Biblioteca

A biblioteca do CUM da UFT está localizada na da unidade Cerrado, possui área de 141,19 m² e está dividida em sala de leitura (57,53 m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito (7,14 m²) e área de acervo (48 m²). Atualmente a biblioteca dispõe de um acervo bibliográfico de 25.290 livros, 98 títulos de periódicos, 1222 monografias de graduação e pós-graduação Lato Sensu, 216 Dissertações, 65 Teses, destinados a servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey.

Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da UFT e em específico do CUM, bem como ao funcionamento administrativo do câmpus, os seguintes serviços são realizados: formação para servidores do Laboratório para uso do sistema operacional Linux; orientação para servidores e acadêmicos; serviço de atendimento à comunidade externa de Miracema do Tocantins, voltado para inclusão digital; serviço de assistência aos setores do câmpus. Os Laboratórios de Informática funcionam em três turnos, das 7h às 22h40min, com acesso à internet e servidores habilitados para auxiliar os acadêmicos e aos servidores administrativos. Ainda, o CUM disponibiliza o acesso à rede de internet sem fio (tecnologia wireless) para o acesso de docentes e acadêmicos que dispõem de notebook ou outros dispositivos.

5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

Inicialmente cabe destacar que o acervo físico da biblioteca do CUM da UFT está tombado e informatizado e o acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da UFT. Ainda, o acervo da bibliografia básica das disciplinas pertencentes à matriz curricular é adequado e atualizado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC. Nos casos dos títulos virtuais, é garantido o acesso físico nas dependências da UFT, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. Por fim, o acervo possui exemplares de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas unidades curriculares e é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

5.1.8.2 - Periódicos especializados

Especificamente, o curso de Educação física conta com uma Biblioteca com acervo de 1.664 obras, dois periódicos impressos (Pensar a Prática (Educação Física/UFG) e Educação Física

(CONFEEF)) e periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, destinado aos corpos docente e discente do curso de Educação Física do CUM da UFT.

5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar

O relatório encontra-se nos anexos.

5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios

Na unidade Warã do CUM da UFT, há 01 (um) auditório com área de 135m², onde estão dispostas 90 (noventa) poltronas com braço de apoio removível. Este ambiente possui ventilação, climatização, iluminação e equipamentos de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como computador, data show, caixa de som e dvd, atendendo assim às necessidades institucionais e dos cursos em relação à disponibilidade de equipamentos e ao conforto de seus usuários. Como na unidade Warã, a unidade Cerrado possui também 01 (um) auditório com área de 181 m², mobiliado com mesa, 120 (cento e vinte) poltronas com braço de apoio removível e com equipamentos e para o mesmo destino da unidade Warã.

5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos

Não se aplica ao curso de EF do Campus universitário de Miracema da UFT

5.1.11 - Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados

Não se aplica ao curso de EF do Campus universitário de Miracema da UFT

5.1.12 - Biotérios

Não se aplica ao curso de EF do Campus universitário de Miracema da UFT

5.1.13 - Núcleo de Práticas Jurídicas

Não se aplica ao curso de EF do Campus universitário de Miracema da UFT

5.1.14 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP-UFT), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 3 de dezembro de 2005, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada a CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP-UFT possui composição interdisciplinar e integrado por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes.

O processo de submissão de projetos de pesquisa ao CEP-UFT é realizado pela Plataforma Brasil.

5.1.15 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. À Comissão compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais.

O principal papel de uma Comissão de Ética não é o de revisão de projetos de pesquisa, mas sim o de desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais em pesquisa e ensino.

Portanto, este comitê, conforme seu Regimento Interno, tem como atribuição promover a ética de toda e qualquer proposta de atividade de ensino, pesquisa e extensão que envolva, de algum modo, o uso de animais não-humanos pertencentes ao Filo Chordata, Subfilo Vertebrata como determina a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008 e as Resoluções Normativas editadas e reformuladas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

5.1.16 - Área de lazer e circulação

No espaço físico da unidade Cerrado há os seguintes espaços de lazer e circulação: no prédio administrativo existem corredores amplos tanto no piso térreo quanto no pavimento superior; nestes espaços há mesas e cadeiras que permitem estudos individuais ou em grupo para os alunos. Na parte externa, junto com o estacionamento, existem vários espaços utilizados para convivência dos acadêmicos onde os alunos podem descansar, conversar, se alimentar e trocar experiências com colegas, inclusive, de outros cursos. Ainda, existem ainda 02 (dois) espaços físicos arborizados que permitem atividades de lazer e integração dos discentes dos cursos atendidos nesta unidade, um deles está localizado à frente da biblioteca e o outro, entre os blocos de sala de aula II e III e a área de convivência (cantina).

Na unidade Warã, existem corredores amplos e 03 (três) halls de 47,1m² em cada piso do prédio "3P" utilizados para convivência, onde os alunos podem descansar, conversar, se alimentar e interagir com os demais colegas.

5.1.17 - Restaurante Universitário (se houver)

O CUM da UFT possui um restaurante universitário instalado em sua unidade Warã.

5.2 - Infraestrutura do curso

5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso

Os ambientes profissionais estão articulados onde há oferta dos cursos do CUM da UFT e atendem aos objetivos constantes no PPC, considerando a função de espaços complementares para práticas laboratoriais e/ou profissionais e que possibilitam experiências de aprendizagem

Tais ambientes passam por avaliações periódicas, resultando em ações de melhoria contínua.

5.2.2 - Laboratórios específicos para o curso

Os laboratórios do CUM são utilizados para desenvolvimento de aulas práticas da graduação, de atividades de extensão, assim como para desenvolvimento de projetos de pesquisa científica relacionados à UFT ou em parcerias com outros centros de pesquisas e instituições interessadas. As atividades pedagógicas envolvem o desenvolvimento dos conteúdos programáticos vinculados às disciplinas do curso, com a utilização dos recursos dos laboratórios (equipamentos, espaço físico, softwares, internet, entre outros). As atividades científicas envolvem a produção de trabalhos relacionados a atividades de extensão, de iniciação científica ou de programas de pós-graduação, se for necessário, a fim de viabilizar projetos de pesquisa científica relacionados à UFT ou em parcerias com outros centros de pesquisa.

A Unidade Cerrado possui diversos laboratórios acessíveis ao corpo docente e discente, tais como:

a) Sala de dança/ginástica: sala com área de 60 m², localizada no piso térreo do edifício “3P”. Este local de prática pedagógica contém área livre destinada à prática de atividades corporais, danças, lutas, acrobáticas, entre outros, com parede espelhada, piso adequado e equipamentos multimídia e de sonorização, além de materiais específicos para a prática de atividades corporais, como cordas, bolas, tapetes, colchonetes, tatames, entre outros.

b) Laboratório de anatomia humana: sala com área de 60 m², localizada no primeiro pavimento do edifício “3P”. Tal laboratório apresenta 04 (quatro) bancadas, comportando até 50 (cinquenta) alunos e está equipado com: ar condicionado, chuveiro lava-olhos, pias, quadro branco e peças sintéticas de todo o corpo humano, armazenadas tanto em armários específicos como sobre as bancadas.

c) Laboratório de fisiologia do exercício: sala com área de 46,8 m², localizada no térreo do edifício “3P”.

d) Ginásio de esportes “Inezil Penna Marinho”: Este local de prática contém uma quadra poliesportiva, salas para armazenamento de materiais e instalações sanitárias; possui material para práticas esportivas, tais como bolas de todos os esportes, cones, coletes, entre outros.

e) Campo de atletismo: situada internamente a pista de atletismo;

f) Pista de atletismo: situada externamente ao campo de futebol; contém raias de marcação; as práticas pedagógicas executadas neste ambiente são amparadas por material para prática de atletismo, tais como dardos, pesos, blocos de saída, barreiras, varas, entre outros.

5.2.3 - Coordenação de curso

Atualmente, a coordenação do curso de Educação Física do CUM da UFT é exercida pelo professor Dr. Vicente Cabrera Calheiros, que foi designado por eleição direta do colegiado para um mandato de dois anos e este, ainda, preside e está vinculado ao colegiado do curso. Com relação à sala de coordenação do curso, a de Educação Física do CUM da UFT conta com 01 (uma) sala instalada num espaço de 23m² no 2º andar do bloco “3P”, equipada com mobiliários e 02 (dois) computadores e 01 (uma) impressora, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo.

5.2.4 - Bloco de salas de professores

5.2.4.1 - Bloco de salas de professores

As 03 (três) salas destinadas aos professores do curso de Educação física do CUM foram pensados e mobiliadas com os recursos de tecnologias da informação e comunicação para viabilizar as boas práticas das ações acadêmicas, tais como planejamento didático-pedagógico, o atendimento necessidades institucionais, já que favorecem a privacidade para uso dos tais recursos e, ainda, prestam-se para o atendimento a discentes e orientandos, tanto individualmente ou em grupos, além servir para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2.5 - Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)

Não se aplica ao curso de EF do CUM da UFT

5.2.6 - Outra infraestrutura do curso

A unidade Cerrado ainda conta com 02 (duas) sala para depósito de materiais de limpeza (DML) com 7,3 m² cada e 01 (uma) sala de protocolo com 30 m², localizada no segundo pavimento do prédio 3P.

6 - REFERÊNCIAS

ABAD, Lucas Gonçalves. Internacionalização do currículo da medicina em contextos emergentes: um estudo de caso da Unipampa. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Estratégias de Ensino. In: Da visão de ciência à organização curricular. Processos de ensino na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, v. 5, p. 40-63, 2005.

BOF, A. M.; CASEIRO, L. Z.; MUNDIM, F. C. Carência de professores na educação básica: risco de apagão? Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais, n. 9, p. 11-49, 2023.

BRASIL. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep 2024.

BRASIL. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Inep 2023.

BRASIL, PROCESSO Nº: 23001.000030/2011-72 - PARECER CNE/ CES Nº584/2018, CES, APROVADO EM: 3/10/2018 - Parecer Homologado pela Portaria nº 1.349, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 33.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Parecer CNE/CES nº 584, de 3 de outubro de 2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.349, de 14 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018.

ESTEBAN, M. T. O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FIGUEIREDO, Z. C. C. Experiências Profissionais, Identidades e Formação Docente em Educação Física. Revista Portuguesa de Educação, v. 23, p. 153-172, 2010.

FIGUEIREDO, Z. C. C.; MORAIS, E. A. L. Histórias de vida e de aprendizagem da docência de professores de um curso de licenciatura em Educação Física. Revista Pensar a Prática (UFG. Impresso), v. 16, p. 54-68, 2013.

HARLEN, Wynne. Assessment & inquiry-based Science education: issues in policy and practice. Editora: Global Network of Science Academies. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOROSINI, Marília C. Internacionalização do Currículo: produção em organismos multilaterais. Roteiro, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 115-132, abr. 2018. ISSN 2177-6059. Disponível em: . Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, W.; VIEIRA, A. O.; MATHIAS, B. J.; BARCELOS, M.; CASSANI, J. M. Avaliação na educação física escolar: analisando as experiências das crianças em três anos de escolarização. Movimento, Porto Alegre, v. 25, p. 1-17, 2019.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

REGULAMENTO

MIRACEMA DO TOCANTINS
2019

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física do Câmpus Miracema
na data de 07 de agosto de 2019

SUMÁRIO

TÍTULO I - DO COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	02
CAPÍTULO I - DA FINALIDADE.....	02
CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	02
TÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	03
CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO.....	03
CAPÍTULO II - DA PRESIDÊNCIA DO COLEGIADO.....	04
CAPÍTULO III - DOS MEMBROS DO COLEGIADO.....	05
CAPÍTULO IV - DA SECRETARIA DO COLEGIADO.....	05
TÍTULO III - DA CONDUÇÃO DO TRABALHO.....	06
CAPÍTULO I - DAS REUNIÕES.....	06
CAPÍTULO II - DA PAUTA.....	07
CAPÍTULO III - DA INSTALAÇÃO E DO EXPEDIENTE.....	07
CAPÍTULO IV - DA ORDEM DO DIA E DO PROCESSO DELIBERATIVO.....	08
CAPÍTULO V - DA QUESTÃO DE ORDEM.....	10
CAPÍTULO VI - DA QUESTÃO DE ENCAMINHAMENTO.....	10
CAPÍTULO VII - DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO VIII - DO RECURSO DE VOTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO IX - DOS ATOS EMANADOS.....	12
TÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS.....	13
TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
ANEXO 1 – MODELO DE ATA.....	15

TÍTULO I

DO COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - O presente regulamento disciplina a organização e o funcionamento do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema é órgão de função normativa e deliberativa e em grau de recurso máximo, nas matérias de universo de conhecimento acadêmico e administrativo do curso de Educação Física do câmpus universitário Miracema, respeitada as atribuições dos outros órgãos superiores colegiados da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Compete ao colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema:

- I.** Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso de Educação Física, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II.** Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso de professor no curso;
- III.** Propor admissão de professor substituto quando necessário;
- IV.** Opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas do curso;
- V.** Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso;
- VI.** Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII.** Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII.** Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX.** Propugnar para que o curso de educação Física se mantenha atualizado;
- X.** Deliberar acerca de edital eleitoral para os cargos de coordenador de curso e coordenador substituto;
- XI.** Eleger o Coordenador de curso e o Coordenador Substituto;
- XII.** Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do licenciado em Educação Física;
- XIII.** Aprovar o regulamento de estágio do curso;
- XIV.** Estabelecer por meio de resoluções, as diretrizes acadêmicas e administrativas do curso de Educação Física;

- XV.** Exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a administração superior do curso em matérias relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- XVI.** Aprovar a política acadêmica do curso de Educação Física por meio do projeto pedagógico do curso (PPC);
- XVII.** Criar comissões, em caráter provisório, e fixar-lhes os objetivos específicos e prazos para a condução e conclusão de trabalhos;
- XVIII.** Julgar, em grau de recurso, processos acadêmicos no âmbito de sua atribuição;
- XIX.** Estabelecer normas sobre a organização e funcionamento do curso;
- XX.** Deliberar sobre ações para a melhoria do processo ensino-aprendizagem no curso de Educação Física;
- XXI.** Tomar ciência sobre o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e/ou esportiva e atividades de extensão vinculadas ao curso;
- XXII.** Deliberar sobre projetos e propostas de programas e cursos e de pós-graduação na área da Educação Física ou em áreas de interesse do curso;
- XXIII.** Propor ao Conselho Universitário (Consuni), o número de vagas discentes, ofertadas no processo seletivo para ingresso no curso;
- XXIV.** Fixar critérios para liberação de docentes candidatos a cursos de pós-graduação;
- XXV.** Elaborar, aprovar ou modificar este regulamento;
- XXVI.** Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de coordenador de curso e/ou substituto, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes;
- XXVII.** Garantir a observância do cumprimento do regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins;
- XXVIII.** Desempenhar outras atribuições conferidas no regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins;
- XXIX.** Deliberar sobre casos omissos deste regimento no âmbito de sua competência.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

Art. 4º - O colegiado do curso de Educação Física câmpus Miracema é a reunião de todos os membros, investido dos poderes e atribuições conferidos pelo regimento geral da Universidade Federal do Tocantins e por este regulamento.

Art. 5º - O colegiado do curso de Educação Física câmpus Miracema tem a seguinte composição:

- I.** O (A) coordenador (a) de curso, que será seu (sua) presidente;
- II.** Os docentes efetivos lotados no curso de Educação Física, câmpus Miracema;

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física do Câmpus Miracema
na data de 07 de agosto de 2019

- III. 1/5 (um quinto) do número de membros do colegiado de representante (s) do corpo discente, indicado (s) por entidade representativa do segmento no curso;
- IV. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo indicado por entidade representativa do segmento no câmpus Miracema.

Parágrafo único - Os mandatos previstos nos itens III e IV terão a duração de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução.

Art. 6º - O ato de afastamento ou desligamento de um membro do colegiado discente ou do corpo técnico administrativo, voluntária ou compulsoriamente, gera vaga, a ser suprida pelo suplente do respectivo segmento, indicado por entidade representativa.

Parágrafo único - No caso de vacância, o membro suplente é promovido a titular para cumprimento do mandato em vigor.

CAPÍTULO II DA PRESIDÊNCIA DO COLEGIADO

Art. 7º - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema é presidido pelo (a) coordenador (a) do curso, sendo este (a), o (a) responsável pelo pronunciamento coletivo do colegiado, atuando como coordenador (a) dos trabalhos e fiscalizador (a) do cumprimento deste regulamento.

Art. 8º - Em falta ou impedimento do (a) coordenador (a) do curso, a presidência do colegiado é exercida pelo coordenador (a) substituto (a) e, na falta ou impedimento de ambos, a presidência é exercida pelo membro do colegiado mais antigo no magistério superior no curso de Educação Física, câmpus Miracema, da Universidade Federal do Tocantins e, em caso de igualdade de condições, pelo de maior idade.

Art. 9º - Compete ao (à) presidente do colegiado:

- I. Convocar as reuniões ordinárias, definidas em calendário previamente aprovado pelo colegiado e reuniões extraordinárias no decurso de cada semestre;
- II. Propor a pauta e encaminhá-la no ato de convocação do colegiado;
- III. Presidir e dirigir a mesa de trabalho nas reuniões do colegiado, na forma deste regulamento e do que dispõe o regimento geral da Universidade Federal do Tocantins;
- IV. Conceder a palavra aos membros, mediante inscrição, assim como não a conceder aos que a pedirem indevida e inoportunamente, coordenar os debates e promover esclarecimentos quando necessário;
- V. Resolver as questões de ordem;
- VI. Estabelecer claramente a questão que será objeto de votação;
- VII. Além do seu voto, em caso de empate, exercer o voto de qualidade;
- VIII. Proclamar quantitativamente o resultado das votações;
- IX. Baixar resoluções decorrentes das decisões do colegiado ou instruções normativas quando necessário;
- X. Cumprir e fazer cumprir as decisões do colegiado.

Art. 10 - Em situações de urgência e no interesse do curso de Educação Física, câmpus Miracema, o (a) presidente poderá tomar decisões *ad referendum* do colegiado, cabendo a apreciação e deliberação do colegiado em relação à decisão em questão, na primeira reunião subsequente ao ato.

CAPÍTULO III DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Art. 11 - Compete aos membros do colegiado:

- I. Relatar, no prazo determinado, o processo que lhe for distribuído, proferindo parecer conclusivo e voto;
- II. Representar o colegiado quando designado pelo mesmo;
- III. Requerer, justificadamente, a inclusão, exclusão ou alteração de ordem de assuntos para apreciação e deliberação do plenário, na pauta, antes de sua aprovação;
- IV. Apreciar e votar os assuntos submetidos ao colegiado.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA DO COLEGIADO

Art. 12 - O colegiado deve eleger 1 (um) entre seus membros docentes ou servidor técnico administrativo para cumprir a função de secretário (a).

Parágrafo único - O mandato previsto no art. 12º terá a duração de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução.

Art. 13 - Compete ao (à) secretário (a) do colegiado:

- I. Assessorar administrativamente o colegiado;
- II. Organizar a documentação que tramita no colegiado;
- III. Movimentar os expedientes;
- IV. Verificar a existência de *quorum* para as reuniões e votação das matérias;
- V. Providenciar a guarda e tramitação dos processos;
- VI. Controlar a frequência dos conselheiros às reuniões e comunicar ao (à) presidente a inobservância à assiduidade exigida neste regulamento;
- VII. Lavrar as atas das reuniões do colegiado.

Art. 14 - O (A) secretário (a) deve lavrar a ata circunstanciada da reunião, conforme modelo (Anexo 1), fazendo constar:

- I. A natureza da reunião, o dia, a hora, o local de realização e o nome de quem a presidiu;
- II. Os nomes dos conselheiros presentes, bem como os dos que não compareceram, consignando a respeito destes, a circunstância de haverem ou não justificado a ausência;
- III. O expediente;
- IV. As deliberações ocorridas na ordem do dia e os resultados quantitativos das votações;
- V. As declarações de voto.

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física do Câmpus Miracema
na data de 07 de agosto de 2019

TÍTULO III DA CONDUÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO I DAS REUNIÕES

Art. 15 - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema se reúne ordinariamente uma vez ao mês, de acordo com calendário previamente aprovado, e, extraordinariamente, quando convocado pela presidência, ou por 1/3 de seus membros ou pelas pró-reitorias.

Art. 16 - De cada reunião do colegiado, deve ser lavrada ata, que, após aprovada na reunião subsequente é assinada pelo secretário e subscrita pelo (a) presidente do colegiado.

Parágrafo único – A ata, após aprovação, deve estar sempre acompanhada da lista de presença, com a assinatura dos membros presentes à reunião à qual ela se refere, sendo que, na ausência desta, não possui valor documental.

Art. 17 - As convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias são enviadas aos membros com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da reunião, em documento assinado pelo (a) seu (sua) presidente ou por 1/3 dos seus membros, mediante indicação da pauta de assuntos da reunião.

§ 1º - O termo de convocação das reuniões deve ser, obrigatoriamente, acompanhado da pauta da reunião e dos documentos ou informações vinculadas à sua apreciação.

§ 2º - Os documentos não disponibilizados aos membros do colegiado com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas devem ser obrigatória e integralmente lidos, se solicitado por qualquer membro, quando da sua apreciação pelo plenário.

Art. 18 - As reuniões do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema, somente se iniciam com *quorum* mínimo, estando presentes a maioria absoluta de seus membros (metade do número de membros, mais um), assim como as deliberações, que somente terão validade quando respeitado o mesmo *quorum*.

Parágrafo único - Inexistindo *quorum* para o início da reunião, a presidência deve aguardar um prazo de 30 (trinta) minutos além do horário da convocação, após o qual, persistindo a mesma ocorrência, a reunião deve ser cancelada, devendo os presentes assinar lista nominal comprovando seu atendimento à convocação.

Art. 19 - Quando no decurso de uma reunião, se verificar a falta de *quorum* para deliberar, a mesma é interrompida até completar-se o *quorum* necessário.

Parágrafo único - Persistindo a situação por 30 (trinta) minutos, a presidência encerra a reunião, devendo as matérias não discutidas ou votadas serem apreciadas, prioritariamente, na reunião subsequente.

Art. 20 - Sendo encerrada ou não havendo reunião ordinária ou extraordinária por falta de *quorum*, é convocada nova reunião, observado o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 21 - Podem prestar assistência nas reuniões, pessoas externas ao colegiado, desde que, para esse fim, o uso da palavra por estes, seja aprovado pela maioria dos membros.

Art. 22 - As reuniões terão duração máxima de 3 (três) horas. A pauta não cumprida será transferida automaticamente para a reunião seguinte.

Parágrafo único - Antes do encerramento do período estabelecido no *caput* deste artigo e mediante a aprovação da maioria dos presentes, a reunião pode ser estendida uma única vez e por um período contínuo de até 30 (trinta) minutos.

Art. 23 - O comparecimento dos membros às reuniões é obrigatório;

Parágrafo único - O membro do colegiado que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante o período de dois semestres do mesmo ano calendário, sendo docente deverá ser convocado a oferecer justificativa das ausências, por escrito. Sendo discente ou servidor técnico administrativo, a presidência se encarregará de informar as ausências à entidade representativa responsável pela indicação do mesmo.

CAPÍTULO II DA PAUTA

Art. 24 - A proposta de pauta da reunião deve constar na convocação e os assuntos, nela constantes, devem ser expressos de forma sucinta.

Art. 25 - A pauta da reunião deve ser aprovada no seu início.

§ 1º - Qualquer membro do colegiado pode solicitar alterações na proposta da pauta, após sua leitura.

§ 2º - As alterações na pauta proposta são as seguintes:

- a) Inclusão de novo assunto;
- b) Exclusão de assunto;
- c) Mudança da ordem dos assuntos.

Art. 26 - As reuniões compreendem como pauta:

- I. Expediente, que consiste na discussão e aprovação da pauta, discussão e aprovação de ata (s) de reunião (ões) anterior (es) e informes;
- II. Ordem do dia, na qual são considerados os assuntos da pauta.

CAPÍTULO III DA INSTALAÇÃO E DO EXPEDIENTE

Art. 27 - Havendo *quorum*, o (a) presidente deve abrir a reunião e iniciar o expediente.

Art. 28 - Sobre a pauta e a ata, o membro que solicitar alteração tem direito à palavra por 2 (dois) minutos.

Art. 29 - Durante o período destinado ao expediente, que não deve ter duração superior a 30 (trinta) minutos, são apresentados:

- I. A pauta do dia, para discussão e aprovação;
- II. Ata (s) de reunião (ões) anterior (es) pra discussão e aprovação;
- III. Informes, comunicações, explicações, mensagens, ofícios, cartas, telegramas e *e-mails*.

Parágrafo único - O expediente poderá ter sua duração prorrogável por mais 10 (dez) minutos, a critério do colegiado.

Art. 30 - Pode ser concedida urgência para imediata discussão e votação de qualquer assunto que conste da pauta da reunião.

Parágrafo único - A urgência é concedida pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 31 - Na solicitação de urgência, o autor do requerimento deve fazer uso da palavra por no máximo 2 (dois) minutos e justificá-la. Um dos membros presentes, caso solicite, pode usar a palavra pelo mesmo tempo para contestar.

Art. 32 - As questões submetidas a regime de urgência são colocadas como ponto inicial da ordem do dia.

CAPÍTULO IV DA ORDEM DO DIA E DO PROCESSO DELIBERATIVO

Art. 33 - Anunciada a ordem do dia, o (a) presidente deve submeter ao colegiado os assuntos na sequência estabelecida em pauta.

Art. 34 - As deliberações do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema, serão tomadas sempre por votação.

Art. 35 - O colegiado ou a presidência poderá indicar relatoria ou constituir comissões para estudo e emissão de parecer de questões específicas quando assim se fizer necessário.

§ 1º - O relator ou comissão designada para o trabalho terá um prazo determinado pelo colegiado para a conclusão e envio de parecer por escrito, contado a partir da data de distribuição da tarefa.

§ 2º - O relator ou comissão, finalizando seu trabalho, deverá enviar o parecer à presidência do colegiado.

§ 3º - A presidência do colegiado, em recebendo o parecer com antecedência de 7 (sete) dias à data estabelecida para a reunião seguinte, deverá inserir o assunto como ponto de pauta. Se não ocorrer o envio com esta antecedência, o parecer será remetido à pauta da primeira reunião posterior a esta.

Art. 36 - Os debates de qualquer matéria submetida à deliberação do colegiado são iniciados com sua exposição pelo respectivo relator, comissão ou pela presidência.

Art. 37 - A palavra é concedida para a discussão da matéria e para a apresentação e justificativa de proposições, na ordem que tiver sido solicitada.

§ 1º - Serão concedidos no máximo 3 (três) minutos para cada vez que o membro fizer o uso da palavra sobre o assunto.

§ 2º - Os apartes estão implícitos no tempo do membro que o concedeu.

§ 3º - As inscrições para intervenção em cada matéria discutida são encerradas no decurso da quinta intervenção de membro, podendo ser aberta uma nova rodada de debates, se aprovada pelo plenário.

§ 4º - Se durante os debates, algum membro ouvir seu nome sendo citado ofensivamente ou seus argumentos sendo utilizados contrariamente ao seu posicionamento, pode solicitar à presidência o direito de réplica pelo tempo de 1 (um) minuto.

Art. 38 - Toda matéria sujeita à deliberação recebe proposições, podendo consistir em pareceres, requerimentos ou emendas.

§ 1º. Parecer é a proposição com que um membro ou comissão se pronuncia sobre qualquer matéria que lhe seja submetida.

§ 2º. O parecer, contendo o (s) nome(s) do (s) relator (es) e a ementa da matéria nele versada, consta de duas partes:

- a) relatório e fundamentação legal, para exposição da matéria;
- b) voto do (s) relator (es), para externar opinião pessoal ou da comissão sobre a conveniência da aprovação, rejeição total ou parcial da matéria, necessidade de dar-lhe substitutivo ou acrescentar emendas.

§ 3º - Requerimento é a proposição de iniciativa de um ou mais membros dirigida à presidência do colegiado, solicitando providência relativa aos trabalhos em pauta, podendo esta ser apresentada de forma oral ou por escrito.

§ 4º - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificada, podendo esta ser apresentada de forma oral ou por escrito.

Art. 39 - Encerrado o debate e antes do início da votação, o conselheiro pode fazer uso da palavra por até 2 (dois) minutos, exclusivamente para retirar totalmente ou associar sua proposta à de outro conselheiro.

Art. 40 - As questões de ordem e esclarecimento precedem às demais.

CAPÍTULO V DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 41 - Questão de ordem é uma questão legal e cabe interpelação à presidência, com vista a manter a plena observância das normas deste regulamento e do regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins ou de outras disposições legais.

Art. 42 - Considera-se questão de ordem, toda dúvida sobre a interpretação ou aplicação deste regulamento, na sua prática ou relacionado com o regimento acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, ou sobre a inobservância de expressa disposição dos mesmos.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas em termos claros e precisos, com citação dos dispositivos cuja observância se considera infringida, sendo submetida à apreciação do plenário.

§ 2º - O tempo de exposição e argumentação de questões de ordem é de no máximo 3 (três) minutos, podendo ser concedido igual tempo para o conjunto das intervenções de contra argumentação.

§ 3º - Durante a ordem do dia, somente podem ser formuladas questões de ordem ligadas à matéria que esteja sendo discutida ou votada.

§ 4º - Cabe à presidência, ouvidos os membros, resolver as questões de ordem.

Art. 43 - Em qualquer momento da reunião, exceto quando em regime de votação e não havendo orador falando, qualquer membro do colegiado pode questionar o andamento da reunião, levantando uma questão de ordem, informando à presidência de um procedimento irregular no andamento da reunião.

Parágrafo único - O julgamento da pertinência ou não da questão de ordem é de atribuição da presidência, cabendo ao solicitante pedido de recurso ao colegiado.

CAPÍTULO VI DA QUESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

Art. 44 - Questão de encaminhamento é uma questão referente a procedimentos de trabalho, apresentada à presidência, como alternativa ao encaminhamento adotado por esta, com vista ao melhor andamento da reunião.

Parágrafo único - As questões de encaminhamento devem ser formuladas em termos claros e precisos, com tempo de exposição e argumentação de, no máximo, 2 (dois) minutos, podendo ser concedido igual tempo para o conjunto das intervenções de contra argumentação.

Art. 45 - Em qualquer momento da reunião, exceto quando em regime de votação e havendo orador falando, qualquer membro do colegiado pode levantar questão de

encaminhamento, sugerindo procedimentos que irão otimizar o processo de deliberações do colegiado.

Parágrafo único - O julgamento da pertinência ou não da questão de encaminhamento é de atribuição da presidência, cabendo ao solicitante pedido de recurso ao colegiado.

CAPÍTULO VII DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 46 - O encaminhamento da votação é medida preparatória desta e só se admite com relação a item ou matéria da ordem do dia e para o fim de esclarecimento do plenário.

Art. 47 - A matéria que abranger vários assuntos ou processos pode ser votada em bloco, salvo destaque de determinado item.

Parágrafo único - Se um assunto ou processo comportar vários aspectos, a presidência poderá separá-los para discussão e votação.

Art. 48 - Encerrada a discussão de uma matéria, essa deve ser votada, sendo deliberada por maioria absoluta, exceto os casos que exigir *quorum* qualificado.

§ 1º - Ninguém pode fazer uso da palavra, senão para encaminhar a votação e pelo prazo máximo de 1 (um) minuto, a critério da presidência.

§ 2º - A manifestação do conselheiro é obrigatória, consistindo em voto favorável, voto contrário ou abstenção.

§ 3º - Por questão de foro ético, qualquer membro pode se declarar impedido de votar nas deliberações que, direta ou indiretamente, digam respeito a seus interesses particulares ou de seus parentes (sanguíneos, legais ou por afinidade) em até segundo grau, inclusive seu cônjuge ou companheiro (a).

Art. 49 - O processo comum de votação é o simbólico, sem o registro nominal e/ou individual de votos.

§ 1º - Na votação simbólica e ativa, a presidência solicita que os membros a favor e contrários se manifestem levantando a mão ou não e proclama a votação, após verificar as abstenções.

§ 2º - Se a presidência ou algum membro tiver dúvida quanto ao resultado proclamado, deve pedir imediatamente verificação, que é realizada pelo mesmo processo, com contagem dos votos.

§ 3º - É garantido o direito de abstenção.

§ 4º - O direito à declaração de voto é assegurado apenas aos que se abstiveram.

§ 5º - O (A) presidente, logo após a votação especificada, na qual foi solicitado a declaração de voto, deve garantir um tempo de 1 (um) minuto para a manifestação do requerente.

Art. 50 - Anunciada a votação da matéria, não será mais concedida a palavra a qualquer membro, salvo para levantar questão de ordem.

Art. 51 – Todos os membros têm direito a um voto nas deliberações.

Parágrafo único. Em caso de empate, o(a) presidente do colegiado (coordenador/a do curso) passa a ter o direito a mais um voto, conforme o Artigo 9º, inciso VII deste regimento.

Art. 52 - Encerrada a votação, o (a) presidente deve anunciar o resultado.

Art. 53 - Salvo disposição em contrário e observado o *quorum* para deliberação, é considerada aprovada a matéria, item ou indicação que obteve a maioria dos votos favoráveis.

§ 1 - Qualquer membro do colegiado pode solicitar uma recontagem dos votos.

§ 2 - Para cada votação, é permitida apenas uma única recontagem de votos.

CAPÍTULO VIII DO RECURSO DE VOTAÇÃO

Art. 54 - O recurso de votação é dirigido à presidência quando existir fato superveniente relevante ou por encaminhamento diferente ao que deveria ter sido dado na votação, tendo o recorrente, o tempo máximo de 2 (dois) minutos para sua exposição.

Art. 55 - Pode haver recurso de votação, visando a repetição desta, quando:

- I. For percebido que uma determinada votação prejudica o andamento de deliberações seguintes;
- II. O procedimento de votação acontecer eivado de vício;
- III. For apresentada pertinente justificativa.

§ 1º - Os tempos das formas de comunicação podem, em casos excepcionais, a critério do colegiado, serem alterados em função da matéria a ser abordada.

§ 2º - A seguir é votado se o recurso procede ou não. Acolhido pela maioria absoluta dos membros do colegiado passa-se a encaminhar de acordo com o solicitado no recurso.

§ 3º - O recurso, desde que cumpridas as condições acima e aceita a justificativa, obriga a novo processo de votação;

§ 4º - A presidência, se julgar que a matéria não está esclarecida, poderá conceder a palavra para nova discussão e para a apresentação e justificativa de proposições, na ordem que tiver sido solicitada.

§ 5º - Do resultado da votação fruto do procedimento de recurso, não cabe novo recurso.

CAPÍTULO IX DOS ATOS EMANADOS

Art. 56 - O colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema manifesta sua opinião e/ou decisão mediante resoluções.

Parágrafo único - Nas resoluções, devem ser contemplados os assuntos sobre os quais o colegiado tem poder de decisão.

Art. 57 - Nenhuma decisão deve conter matéria estranha ao seu objeto ou que não lhe seja conexa.

Art. 58 - A presidência, quando solicitado por qualquer membro do colegiado, poderá emitir certidão comprobatória de assunto deliberado antes da aprovação da ata cuja decisão esteja presente.

TÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS

Art. 59 - São direitos de cada membro do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema:

- I. Receber com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para estudo, os documentos sobre os quais deve deliberar;
- II. Ter assegurado o direito, desde que respeitoso e cordial, de expor seu pensamento sobre os pontos da pauta, na ordem de sua inscrição;
- III. Exercer suas deliberações com liberdade e consciência, sem ser coagido ou constrangido por ninguém;
- IV. Ter acolhimento dos pedidos de revisão das decisões que julgar apressadas ou equivocadas, apresentando argumentos justos;
- V. Ser convocado com a antecedência regimental para todas as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VI. Sugerir ou contestar dados registrados em ata;
- VII. Votar ou abster-se de voto, em obediência à própria consciência;
- VIII. Justificar, por escrito ou oralmente, suas ausências às reuniões para as quais foi convocado;
- IX. Denunciar ao colegiado irregularidades que contrariam normativas homologadas pelo mesmo, pedindo providências;
- X. Requerer, ao (à) presidente, a convocação de reunião extraordinária quando for preciso.

Art. 60 - São deveres de todos os membros do colegiado do curso de Educação Física, câmpus Miracema:

- I. Comparecer às reuniões a que for convocado;
- II. Justificar suas faltas às reuniões, se possível, mediante documentos;
- III. Direcionar seus pronunciamentos no intuito de colaborar com a elucidação dos pontos da pauta em questão;

Aprovado em reunião de colegiado do curso de Educação Física do Câmpus Miracema
na data de 07 de agosto de 2019

- IV. Notificar formalmente ao colegiado as ações que transgridam as determinações do mesmo;
- V. Proceder suas ponderações com equilíbrio, sem ofensas personalizadas;
- VI. Preservar o sigilo ético, quando for o caso;
- VII. Respeitar a ordem de inscrição para suas considerações;
- VIII. Cumprir em tempo hábil as tarefas que livremente assumiu, além das funções regulares do colegiado;
- IX. Trazer, com responsabilidade, as questões ou problemas oriundos do segmento que representa, no sentido de enriquecer os assuntos a serem deliberados;
- X. Representar formalmente denúncias de situações degradantes e criminosas no âmbito do curso para as devidas providências;
- XI. Analisar com atenção os documentos que recebeu;
- XII. Votar com liberdade e, com a mesma liberdade, abster-se de votar;
- XIII. Assinar documentos de sua competência;
- XIV. Portar-se com retidão ética e zelar pela conduta ética na condução dos trabalhos;
- XV. Ter ciência, respeitar e fazer respeitar os dispositivos deste regulamento.

Art. 61 - Fica expressamente proibido a qualquer membro:

- I. Aceitar qualquer espécie de suborno para ser parcial em suas deliberações;
- II. Usar da palavra para ofensas personalizadas a membros do colegiado ou outras pessoas em questão;
- III. Dar publicidade a assuntos em andamento ainda resguardados pelo colegiado;
- IV. Apresentar documentos falsos ou não comprováveis para lucrar efeitos favoráveis ou desfavoráveis às deliberações.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Art. 62 - Os casos omissos no presente regulamento podem ser objeto de deliberação do colegiado em plenário.

Art. 63 - O presente regulamento somente pode ser modificado mediante proposta da presidência ou de um de seus membros, devendo a modificação ser aprovada em reunião extraordinária, convocada exclusivamente para esta finalidade, com presença de no mínimo 2/3 dos membros do colegiado.

Art. 64 - Este regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Miracema do Tocantins, 08 de agosto de 2019.

ANEXO 1 – MODELO DE ATA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRO-REITORIA DE XXX OU CAMPUS DE XXX
DIRETORIA, SETOR, CURSO, PROGRAMA OU PROJETO

Endereço | 00000-000 | Cidade/UF
(00) 0000-0000 | www.uf.edu.br | email@uf.edu.br

ATA DA 00ª REUNIÃO XXXXXXXXXXXX

1 Às xx horas e xxxxx minutos do dia xxx de xxx de xxxxx, no xxxxxx, realizou-se no xxxx,
 2 Campus de xxx da Universidade Federal do Tocantins a xxxxxxxx reunião ordinária do
 3 xxxxxxxx... Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi ut cursus nec occi
 4 interdum eleifend eu at ipsum. Etiam vitae lacus sit. Morbi et nunc arcu. Donec velit augue,
 5 adipiscing ac metus non pharetra ultricies ante. Suspendisse sem leo, dignibus quis felix et, porta
 6 suscipit dui. In felix justo, ultrices vel ante, id, vestibulum pulvinar erat. Nam ultrices mi in
 7 convallis, rutrum Donec facilis conallis vulputate. Cras eget neque urna. Suspendisse velit
 8 elit, bibendum ut purus sit amet, condimentum dictum augue. Pellentesque bibendum elementum
 9 felix ac eleifend. Aliquam erat volutpat. Maecenas iaculis purus, diam at pharetra metus, placeat
 10 ac. Interdum et molestiae fames ac ante ipsum primis in faucibus. Phasellus, hendrerit metus, in
 11 eros, tempus, at congue, libero, auctor, Aliquam in nunc, ornare, fermentum ante, sed, facilis, ante.
 12 Vestibulum nisi felix, fermentum in metus, et, dignissim, portitor, augue. In leo, dolor,
 13 pellentesque, sed, diam, id, tristique, tempus, libero. Sed, vitae, vulputate, sagittis, eu, sociis, erat.
 14 Maecenas, urna, enim, adipiscing, nec, pharetra, sit, amet, ultricies, ut, dolor. Integer, vestibulum, velit,
 15 dolor, vel, sociis, lacus, tempus, rutrum. Praesent, eleifend, tristique, congue. Quisque, scelerisque,
 16 magna, et, scelerisque, rhoncus. Curabitur, magna, tellus, aliquet, a, ornare, et, ullamcorper, a, dolor.
 17 Maecenas, cursus, pharetra, nisi, nec, adipiscing. Maecenas, et, dictum, quam. Duis, blandit, arcu, ut
 18 condimentum, venenatis, lectus, urna, commodo, nunc, a, placeat, justo, felix, sed, nisi. Praesent, sed,
 19 nisi, non, erat, commodo, vehicula. Pellentesque, posuere, lectus, a, rhoncus, bibendum. Cum, sociis,
 20 natoque, penatibus, et, magnis, dis, parturient, montes, nascetur, ridiculus, mus. Quisque, nec, leo,
 21 rhoncus, lectus, sagittis, sed, molestie, erat. Sed, rutrum, porta, purus, nec, pulvinar. Mauris, fringilla,
 22 nulla, sit, amet, vehicula, dui. Nulla, id, suscipit, nunc. Integer, porta, quis, nisi, a, tempus. Cras,
 23 ultrices, aliquam, ligula, id, gravida, justo, accumsan, suscipit. Mauris, sociis, sem, ut, aliquam,
 24 mollis. Morbi, sed, lacus, nec, mi, pretium, consectetur. Vestibulum, ante, ipsum, primis, in, faucibus,
 25 occi, lectus, et, ultrices, posuere, cubilia, Curae; Vestibulum, lectus, interdum, nisi, vel, pharetra, nunc.

NOME E SOBRENOME Cargo	NOME E SOBRENOME Secretário(a)
---------------------------	-----------------------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório e não Obrigatório
em Educação Física**

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este documento visa normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório para integralização do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Miracema. O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física é normatizado conforme o Parecer CNE/CES Nº 142/2007, a Resolução CNE/CES Nº 7/2004 e a Resolução 003/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

Do Conceito e dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, constitui-se pelo conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único - Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

Art. 3º - O objetivo geral do Estágio Supervisionado Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário e da prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções como estagiário.

Art. 4º - Os objetivos específicos do Estágio Supervisionado Obrigatório são:

- I – Promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;
- II – Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a



prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa;

III – Possibilitar ao licenciado sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos;

IV – Habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

CAPÍTULO III

Dos Espaços de Estágio

Art. 5º - Constituem espaços de Estágio Supervisionado Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica públicas e privadas, priorizando o atendimento da rede pública de ensino. O Estágio não obrigatório poderá ocorrer em organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Obrigatório deverá ser realizada em escolas de educação básica mantidas pela iniciativa pública, de ordem municipal, estadual ou federal.

Art. 6º - O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

CAPÍTULO IV

Das Atividades e da Avaliação do Estágio Obrigatório

Art. 7º - O Estágio Supervisionado Obrigatório contempla as seguintes atividades: observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; leitura, planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final.

Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 11 deste Regimento, em observações de aulas e aulas efetivamente ministradas.

Art. 8º - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.



Art. 9º - A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório será realizada, pelo professor da disciplina de estágio da Universidade.

I - pelo professor de estágio da Universidade e

II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.

Art. 10 - A avaliação do trabalho desenvolvido pelos estagiários será contínua e dinâmica, considerando-se as seguintes ações:

I – elaboração do plano estágio antes da execução na Unidade Concedente, sob orientação do professor de Estágio,

II - participação nos encontros de orientação e cumprimento das atividades planejadas no plano de Estágio Supervisionado Obrigatório;

III – assiduidade e pontualmente, na fase de regência de classe, em todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;

IV - registro e documentação das atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;

V - redigir e encaminhar os Relatórios de Estágio ao professor de Estágio em número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;

VI - apresentar-se nas atividades de socialização;

VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;

VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Estágio Obrigatório

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física terá carga horária mínima de 420 (quatrocentas e vinte) horas (Parecer CNE/CP 2/2002) e deverá começar a partir do início da segunda metade do curso.

Parágrafo Único - A carga horária total está dividida em Projeto de Estágio (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física na Educação Infantil (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental (com carga horária de cento e vinte horas) e Estágio em Educação Física no Ensino Médio (com carga horária de cento e vinte horas), perfazendo um total de quatrocentas e vinte horas de estágio.

Art. 12 - O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de



até o máximo de 150 (cento e cinquenta) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Supervisionado (Resolução CNE/CP 02/2002).

Parágrafo único - A regulamentação dos critérios para redução dessa carga horária será feita com base na Normativa CONSEPE Nº 003/2005.

Art. 13 - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado, o discente deverá encaminhar, mediante protocolo geral do câmpus, a seguinte documentação comprobatória:

I. requerimento solicitando a redução da carga horária de acordo com a sua experiência docente Ensino Fundamental ou Médio;

II. comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Declaração de exercício de docência na Educação Infantil, Creche e/ou Pré-escola, para redução de carga horária no Estágio em Educação Física na Educação Infantil, assinada pela instituição educacional onde ministrou aulas;

b) Declaração de exercício de docência no Ensino Fundamental para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;

c) Declaração de exercício de docência no Ensino Médio para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Médio, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;

d) Planos de Ensino assinados pela direção da escola onde ministrou as aulas, segundo as fases da Educação básica na qual se requer a redução de carga horária de Estágio Supervisionado.

e) Cópia parcial do Diário Oficial na qual aparece a nomeação para ministração de aulas;

f) Cópia do Demonstrativo do último pagamento recebido pelo requerente;

g) Cópia Parcial de Diários de Classes das séries em que o requerente ministrou aulas, assinada pela direção da escola.

Obs: Os casos omissos nessa regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e/ou Coordenação do Curso de Educação Física.

Art. 14 - Caberá ao Colegiado do Curso de Educação Física e/ou ao Coordenador desse curso homologar as atividades do Estágio Supervisionado, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.



Art. 15 – O Estágio Supervisionado será formalizado por intermédio do Termo de Convênio, Termo de Compromisso e Seguro contra Acidentes Pessoais, de acordo com o Decreto 87.497/82 que regulamenta a Lei 6.494/77 e dispõe sobre os estágios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Convênio e de Compromisso.

Parágrafo único - Para efeito da consolidação da proposta de Estágio Supervisionado junto às Unidades Concedentes, deverão ser observadas as exigências específicas das respectivas instituições.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Supervisão do Estágio

Art. 16 –A administração e supervisão do Estágio Supervisionado será desenvolvida pelos seguintes profissionais de acordo com as atribuições abaixo:

I – Coordenador de Estágio – representada na IES pela Central de Estágio que é responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por câmpus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

§ 1º Nos câmpus onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional, no caso a Central de Estágio.

§ 2º Caso a unidade concedente não tenha o Supervisor de Estágio, a supervisão será exercida pelo Professor de Estágio da Universidade.

Art. 17 - A alocação da carga horária para o(s) Professor(es) de Estágio terá como referência a seguinte orientação:



a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio.

b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio.

Art. 18– Caberá à Central de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;

II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o câmpus e as demais instâncias da Universidade;

III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.

V - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 19 - Compete ao Professor de Estágio:

I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;

III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;

IV - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;

V - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;



- VI - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;
- VII - emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;
- VIII - divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;
- IX - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 20 - Compete ao Supervisor de Estágio:

- I - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;
- II - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;
- III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do Estágio.

Art. 21 - Compete ao estagiário:

- I - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
- II - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;
- III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
- IV - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo como plano de ensino da disciplina;
- V - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;
- VI - apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 22 - O Estágio Supervisionado, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.



Art. 23 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Miracema do Tocantins, 07 de novembro de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
REGIMENTO DE AVALIAÇÃO DAS HORAS COMPLEMENTARES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CÂMPUS DE MIRACEMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS COORDENAÇÃO
DE CURSO CÂMPUS DE MIRACEMA CURSO DE GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA
Av. Lourdes Solino, s/n| Sala 22, Bloco Administrativo | 77650-000 |
Miracema/TO (63) 33668616 | www.uft.edu.br/ |
educacaofisica.mira@uft.edu.br



REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente documento tem por finalidade regulamentar as atividades referentes à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Miracema do Tocantins.

DA APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em uma exigência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física Licenciatura da UFT - Câmpus Miracema do Tocantins e recomendação das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física e apresenta as seguintes características:

- I. Em todos os casos, o projeto de pesquisa e o trabalho final deverão abordar temáticas relacionadas a área da Educação Física;
- II. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca o exercício crítico, reflexivo e criativo do aluno sobre os ensinamentos teórico-práticos vivenciados durante sua trajetória de formação acadêmica. Neste sentido, ajuda a construir sua identidade profissional, diante da Ciência e da Tecnologia;
- III. A realização do TCC em Educação Física compreende a disciplinas TCC (Desenvolvimento do projeto de pesquisa) que será ofertada no oitavo período;



- IV. A disciplina de TCC em Educação Física compreende 04 (quatro) créditos, totalizando carga horária de 60 (sessenta) horas.
- V. O aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física só poderá matricular-se na disciplina de TCC em Educação Física, após ter cursado a disciplina curricular Instrumentalização Científica;
Parágrafo único – Fica vetada a matrícula em qualquer circunstância que difira das expostas no inciso IV por comprometer, primeiramente, a importância dos conhecimentos apresentados pela disciplina Instrumentalização Científica.
- VI. A disciplina TCC, em Educação Física, têm por objetivo orientar os alunos na trajetória da iniciação científica, devendo, portanto, seguir as especificações para a elaboração de trabalhos científicos e as regulamentações da UFT;
- VII. O TCC é a elaboração individual da pesquisa.
- VIII. O TCC em Educação Física é defendido perante sessão pública.
- IX. As apresentações de TCC serão, necessariamente, fora do horário regular de aula.

DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DO TCC

Art. 3º - A cada semestre será constituída, pelo colegiado do curso, uma comissão composta por no mínimo dois docentes que serão responsáveis por organizar todas as atividades que envolvem a disciplinas de TCC no referido semestre de sua constituição.

Art. 4º - São responsabilidades da Comissão Provisória de Organização do TCC:

- I. Apresentar detalhadamente todo o protocolo que envolve a disciplina de TCC em Educação Física no semestre em que for ofertada;
- II. No início do sexto período, expor as linhas de pesquisa dos docentes envolvidos na orientação e o número de vagas por meio do portal e do *e-mail* aos alunos, murais da universidade, reunião com os discentes ou conforme orientação do colegiado desse curso;



Parágrafo único: Cabe a essa comissão, no sexto período do curso de educação física, recolher os termos de aceite (ANEXO II) dos acadêmicos para fins de registro e controle.

- III. Auxiliar o acadêmico na escolha do professor orientador e da linha de pesquisa de sua preferência entre as disponíveis;
- IV. Elaborar um calendário referente a todas as atividades que envolva a disciplina menciona anteriormente, como por exemplo, o período de entrega e avaliação de cada etapa do trabalho, formação de bancas etc.;
- V. Organizar as bancas examinadoras e comunicar aos componentes sobre datas e horários para avaliação dos trabalhos, bem como tornar pública estas informações de acordo com o que for estabelecido pelo colegiado desse curso;

Parágrafo único: fica a cargo dessa comissão a elaboração do formato do evento de apresentação dos projetos de TCC a partir do sexto período, bem como sua avaliação, data, espaços e quaisquer outros itens referentes ao evento se assim desejar.

- VI. Substituir o orientador do acadêmico quando, em casos excepcionais, o orientador não puder participar da banca de avaliação do TCC de seu orientando;
- VII. Realizar o fechamento do Diário de Classe da disciplina de TCC em Educação Física;
- VIII. Disponibilizar toda a documentação necessária em arquivo digital para a realização das orientações e das bancas.

DO PROFESSOR-ORIENTADOR

Art. 5º - O TCC, em Educação Física, será desenvolvido, obrigatoriamente, sob supervisão e orientação de um professor da UFT, doravante denominado “professor-orientador”, preferencialmente com experiência no assunto e que se disponha a orientar o acadêmico, seguindo os trâmites estabelecidos por este regulamento;



Parágrafo único. Na hipótese de o professor-orientador ser vinculado ao colegiado de Educação Física do Câmpus de Miracema, a banca de avaliação dos trabalhos será composta por pelo menos 1 membro do mesmo colegiado. Na hipótese de não ser pertencente ao colegiado de Educação Física do Câmpus de Miracema, a banca deverá ser composta, obrigatoriamente, por 2 (dois) docentes do referido colegiado.

Art. 6º - O TCC em Educação Física é uma atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Art. 7º - São responsabilidades do professor-orientador:

- I. Orientar estudos em consonância com as normatizações vigentes do Comitê Nacional de Pesquisas com Seres Humanos, expressos, atualmente, nas Resoluções nº 466/2012 e 510/2016.
- II. Determinar claramente sua linha de pesquisa e disponibilizar o número de vagas para orientação, a cada semestre, repassando a informação diretamente a Comissão Provisória de Organização, para que esta possa proceder à distribuição das vagas aos acadêmicos na disciplina de TCC;
- III. Encaminhar à comissão provisória de organização do TCC termo de aceite. Concordando em orientar determinado acadêmico (ANEXO II);
- IV. Controlar a frequência do aluno nos encontros de orientação de acordo com o modelo que elaborado pela comissão provisória de organização (ANEXO I);
- V. Desempenhar adequadamente as atividades decorrentes da orientação, atendendo aos alunos em suas necessidades de orientação técnica para a elaboração do projeto e desenvolvimento do TCC em Educação Física;
- VI. Avaliar, analisar, corrigir e propor alterações nas partes do trabalho em andamento além de analisar resultados e elaborar conclusões junto aos orientandos;
- VII. A participação do professor-orientador na banca de avaliação do TCC de seu orientando é indispensável, exceto em casos excepcionais em que o orientador será substituído por um dos membros da Comissão Organizadora vigente;



- VIII. O professor-orientador pode, por decisão própria, não aceitar o acadêmico como orientando;
- IX. O professor orientador, juntamente com seu orientando, é responsável pela verificação de plágio e autoplágio do trabalho;
- X. A troca de orientador só será permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação e essa troca deverá ser mediada pela comissão provisória de organização;
- XI. Ao final do processo de orientação, o professor-orientador deverá encaminhar à Comissão Provisória o Termo de Concordância de Apresentação Pública do TCC (ANEXO III);

Parágrafo único - As orientações dos Trabalhos de Conclusão de Curso deverão ser feitas exclusivamente no âmbito do UFT

DO TCC EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 8º - A disciplina TCC em Educação Física é o momento em que o acadêmico deverá executar, finalizar e apresentar o projeto desenvolvido a partir da escolha do seu orientador (no sexto período). O TCC em educação Física segue a normativa:

- I. O acadêmico só poderá matricular-se na disciplina TCC em Educação Física caso tenha sido aprovado em Instrumentalização Científica;
- II. Na disciplina TCC, em Educação Física, o aluno será obrigatoriamente orientado pelo professor orientador já escolhido até o sexto período do curso. Caso haja algum imprevisto, o aluno deverá procurar a comissão provisória de organização, que indicará um novo orientador com possibilidade para orientá-lo;
- III. O professor-orientador deverá informar, no prazo definido pela comissão provisória de organização, os membros que comporão a banca de defesa do TCC de seu orientando.
- IV. Os critérios de avaliação estão definidos no Anexo IV deste regulamento



- V. A apresentação do trabalho para a banca examinadora será de forma oral, sendo facultado a utilização de recursos áudio visuais;
- VI. A apresentação do trabalho pelo acadêmico deverá ser realizada em no máximo 20 minutos seguida de arguição dos membros da banca (10 minutos para cada membro) e finalização por parte do orientador, como presidente da banca de defesa.
- VII. Somente estará apto a defesa do TCC os acadêmicos que obtiverem aprovação em no mínimo 80% das disciplinas da grade total do curso;
- VIII. A disciplina TCC, em Educação Física, não cabe avaliação substitutiva ou exame final
- IX. As correções sugeridas pela Banca e os prazos para entrega das mesmas seguirão o calendário acadêmico e será entregue pelo acadêmico ao final da apresentação do TCC em Educação Física ao orientador, cabendo este verificar se o discente realizou as adequações.

Parágrafo único – Na constatação de cópia ou plágio, por um dos membros da banca, o fato deverá ser comunicado à comissão organizadora antes da sua apresentação final. Nesse caso, o orientador será notificado e o acadêmico estará automaticamente reprovado.

DA EMISSÃO E ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 9º - Ao final da disciplina de TCC, em Educação Física, o professor orientador deverá arquivar todos os documentos relativos ao processo na coordenação do curso de Educação Física;

Art. 10º- Após a defesa o acadêmico deverá dirigir-se à coordenação para retirar sua declaração de defesa e levar à Biblioteca do Câmpus para depósito do seu TCC, que deve estar de acordo com as orientações do Sistema de Bibliotecas da UFT, conforme “*Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos científicos no âmbito da UFT*”, que pode ser encontrado no link abaixo:

<https://docs.uft.edu.br/share/s/tWtsvJD7TweKkuaA1ENIIA>



Art. 11º - Casos omissos neste regulamento serão analisados pelo Colegiado do Curso de Educação Física.



ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DE CURSO CÂMPUS DE MIRACEMA CURSO DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Unidade Cerrado | 77650-000 | Miracema/TO (63) 33668616 |
www.uft.edu.br/ educacaofisica.mira@uft.edu.br



FICHA DE FREQUÊNCIA DE ORIENTAÇÕES

Acadêmico: _____

Curso: _____

Período: _____ Data do início da Orientação: _____

Tema: _____

Data do encontro	Atividade realizada	Ass. do acadêmico	Ass. do orientador

Assinatura do(a) Professor (a) Orientador(a)



ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DE CURSO CÂMPUS DE MIRACEMA CURSO DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Unidade Cerrado | 77650-000 | Miracema/TO (63) 33668616 |
www.uft.edu.br/ educacaofisica.mira@uft.edu.br



À Comissão Provisória de Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física -
Câmpus de Miracema:

NESTA,

TERMO DE ACEITE

Prezada Comissão;

Eu _____, professor(a) do
curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Tocantins - UFT,
comprometo-me a orientar o(a) aluno(a) _____
em seu projeto de pesquisa da disciplina de TCC durante o semestre de ____/____.

Declaro estar ciente das competências como professor(a) orientador(a), (conforme o
regulamento deste colegiado) e do cronograma para o desenvolvimento da referida
atividade. A orientação do Projeto de Conclusão de Curso terá como
tema _____

O dia da semana para reunião com o(a) orientando(a) será às

_____ no período das _____ às _____ horas.

Atenciosamente,

Miracema do Tocantins, _____ de _____ de

_____.

Assinatura do(a) Professor (a) Orientador(a)



ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DE CURSO CÂMPUS DE MIRACEMA CURSO DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Unidade Cerrado | 77650-000 | Miracema/TO (63) 33668616 |
www.uft.edu.br | educacaofisica.mira@uft.edu.br



Formulário de CONCORDÂNCIA DE APRESENTAÇÃO DO TCC

À Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física - Câmpus de
Miracema:

NESTA,

Declaro para os devidos fins que o acadêmico (a)

_____, matrícula _____, autor do trabalho
referente à disciplina de TCC, com o título

apresenta-se:

APTO PARA A DEFESA () OU NÃO APTO PARA A DEFESA ()

Observações:

Miracema do Tocantins, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Professor (a) Orientador(a)



ANEXO IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 COORDENAÇÃO DE CURSO CÂMPUS DE MIRACEMA CURSO DE
 GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
 Unidade Cerrado | 77650-000 | Miracema/TO (63) 33668616 |
www.uft.edu.br | educacaofisica.mira@uft.edu.br



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO - TCC

Título do Projeto:	
Nome do (a) Acadêmico (a):	
Professor (a) da Disciplina:	
Membro da banca:	Telefone:
Data da Banca:	Hora da Banca:
Local da Banca:	

Parte Escrita do Projeto (6,0)

	Descrição	Valor da Avaliação	Nota
Pré-Textual	Capa (0,1) Página de Rosto (0,1) Resumo com resultados e conclusão (0,3)	0,5	
Textual	1 Introdução 1.1 Tema (0,1) 1.2 Considerações Gerais (0,1) 1.3 Situação Problema (0,2)	0,4	
Textual	2 Justificativa 2.1 Interesse pelo Tema (0,1) 2.2 Relevância da Pesquisa (0,2)	0,3	
Textual	3 Objetivos 3.1 Geral (0,2) 3.2 Específicos (0,3)	0,5	
Textual	4 Revisão da Literatura	1,0	
Textual	5 Metodologia 5.1 Delineamento da Pesquisa (0,4) 5.2 Procedimentos Metodológicos (0,4) 5.3 Riscos e Benefícios da Pesquisa (0,2) 5.4 Técnica de coleta e análise de dados (0,2)	1,2	
Textual	6 Resultados, discussão e conclusão 6.1 Apresenta resultados alinhados com objetivos do trabalho (0,3) 6.2 Os resultados respondem a pergunta do estudo (0,3) 6.3 A discussão é consistente e apresenta sustentação científica (0,3) 6.4 O trabalho apresenta conclusão clara e indicação para futuras pesquisas (0,3)	1,2	
Pós-Textual	Referenciais Bibliográficos (0,3) Apêndices (opcional) Anexos (opcional)	0,3	
	Redação científica	0,4	
	Normas ABNT	0,4	
		Sub Total	



--	--

Apresentação do Projeto (4,0)

Item	Descrição	Valor da avaliação	Nota
1	Clareza na Apresentação	1,0	
2	Domínio do Conteúdo	2,0	
3	Capacidade de Arguição	1,0	
Sub Total			
TOTAL DA NOTA			

Nome do Avaliador: _____



ANEXO V

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 COORDENAÇÃO DE CURSO CÂMPUS DE MIRACEMA CURSO DE
 GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
 Unidade Cerrado | 77650-000 | Miracema/TO (63) 33668616 |
 www.uft.edu.br | educacaofisica.mira@uft.edu.br



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO - TCC

Título do Projeto:	
Nome do (a) Acadêmico (a):	
Professor (a) da Disciplina:	
Membro da banca:	Telefone:
Data da Banca:	Hora da Banca:
Local da Banca:	

Parte Escrita do Projeto (6,0)

	Descrição	Valor da Avaliação	Nota
Pré-Textual	Capa (0,1) Página de Rosto (0,1) Resumo com resultados e conclusão (0,3)	0,5	
Textual	1 Introdução 1.1 Tema (0,1) 1.2 Considerações Gerais (0,1) 1.3 Situação Problema (0,2)	0,4	
Textual	2 Justificativa 2.1 Interesse pelo Tema (0,1) 2.2 Relevância da Pesquisa (0,2)	0,3	
Textual	3 Objetivos 3.1 Geral (0,2) 3.2 Específicos (0,3)	0,5	
Textual	4 Revisão da Literatura	1,0	
Textual	5 Metodologia 5.1 Delineamento da Pesquisa (0,4) 5.2 Procedimentos Metodológicos (0,4) 5.3 Riscos e Benefícios da Pesquisa (0,2) 5.4 Técnica de coleta e análise de dados (0,2)	1,2	
Textual	6 Resultados, discussão e conclusão 6.1 Apresenta resultados alinhados com objetivos do trabalho (0,3) 6.2 Os resultados respondem a pergunta do estudo (0,3) 6.3 A discussão é consistente e apresenta sustentação científica (0,3) 6.4 O trabalho apresenta conclusão clara e indicação para futuras pesquisas (0,3)	1,2	
Pós-Textual	Referenciais Bibliográficos (0,3) Apêndices (opcional) Anexos (opcional)	0,3	
	Redação científica	0,4	
	Normas ABNT	0,4	
		Sub Total	



--	--

Apresentação do Projeto (4,0)

Item	Descrição	Valor da avaliação	Nota
1	Clareza na Apresentação	1,0	
2	Domínio do Conteúdo	2,0	
3	Capacidade de Arguição	1,0	
Sub Total			
TOTAL DA NOTA			

Nome do Avaliador: _____



Manual de Biossegurança

INTRODUÇÃO

A biossegurança é um tema de grande importância no campo da saúde, despertando cada vez mais o interesse dos profissionais comprometidos com um serviço de qualidade.

O controle de infecções, dentro ou fora da unidade hospitalar, preocupa muito o profissional da medicina, uma vez que este também fica sujeito a exposição de riscos relacionados a seus pacientes em tratamento. Com o advento da AIDS os cuidados com a saúde do médico e do paciente ganharam um renovado interesse enfocando a preocupação com o controle da disseminação da infecção.

A biossegurança vai desde a aquisição de produtos e materiais hospitalares de qualidade até a prevenção de doenças contagiosas através da vacinação. Passa pelo campo da saúde do trabalhador e pelo direito de segurança do paciente diante das intervenções clínicas de seu cuidador (terapêuticas, cirúrgicas etc).

A esterilização dos materiais deve ser feita antes e depois do uso com os pacientes após contato com sangue e saliva.

O processo de esterilização em unidades de ensino e pesquisa deve ser realizado em local apropriado e por profissionais treinados, preferencialmente numa unidade denominada Central de Esterilização.

O Curso de Medicina intenciona ter uma Central de Esterilização que atenda a demanda das aulas práticas e da rotina clínica dos alunos, seguindo as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, com as seguintes características:

- local de fácil acesso, reservado apenas para a finalidade de esterilização, com temperatura controlada até 20° C e umidade relativa do ar entre 30 e 60%, com acesso e circulação restritos;
- dispor de 3 áreas: uma para processamento de material, uma para estocar os materiais estéreis e outra para apoio (administração e estoque).
- dispor de 1 (uma) autoclave de grande porte para processar a esterilização e 1 (uma) de pequeno porte;

UFT

- paredes e bancada construídas com facilidades de limpeza, sem ângulos vivos e reentrâncias. Devem ser limpas com hipoclorito de sódio a 1% ou álcool a 70%. O piso deve ter revestimento apropriado. Deve ser lavado e seco diariamente, assim como o teto e as paredes;
- o ambiente deve ter protetores contra incêndio classe C em local visível e devem ser limpos com álcool a 70% para retirada de poeira;
- ao manipular os instrumentais recém-esterilizados os profissionais devem estar usando luvas térmicas. Outros EPI indicados são: gorro, máscara, luvas grossas e de procedimento e propés;
- a sala de esterilização deve ter placa de sinalização com as advertências de Proibido Fumar, Entrada Restrita, Uso de Paramentação Apropriada;

1- CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO

É o ponto base do manual de biossegurança. É nesta unidade que vai ser realizada a descontaminação de todo instrumental com material e fluidos orgânicos utilizado com os pacientes nos ambulatórios, que forem reutilizáveis e não descartáveis.

A central deve realizar a esterilização de artigos utilizando-se para este fim, das autoclaves. A esterilização pelas autoclaves usa calor sob pressão, transferindo o calor com maior eficiência em tempo menor, sob temperatura de 121° C e pressão de 15 psi.

Os artigos a serem esterilizados em autoclaves devem passar previamente por degermação, embalagem e identificação com fita adesiva para identificação do processo.

O processo de esterilização deve ser validado para indicar a efetividade da esterilização. Os indicadores do processo de esterilização são fitas adesivas para autoclaves que após passagem pelo calor úmido mudam de cor, indicando que houve exposição a temperatura da autoclave. Este sistema pode ser utilizado semanalmente, assim como os indicadores biológicos, que correspondem a tiras de papel impregnadas com esporos bacterianos, que devem ser colocadas dentro de alguns artigos a serem esterilizados e após o processamento em autoclave são retirados para semeadura em meio de cultura. Tiras controle devem ser utilizadas para comparação. Se houver



crescimento em meio de cultura com o indicador biológico, deve-se repetir a esterilização do artigo e fazer nova validação do processo.

2- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - E.P.I

Fica adotado para os alunos o uso de jaleco branco nas aulas práticas, sendo dispensável para as aulas teóricas. O jaleco deve ser longo, de mangas curtas ou longas, de microfibras ou tecido similar. Nas aulas práticas em que houver procedimentos clínicos, o jaleco deve ser descartável, branco, azul ou verde, longo e de mangas compridas. Não será permitido usar shorts, bermudas, mini-saias, roupas decotadas e sandálias durante o atendimento clínico e nas aulas práticas.

Seguir a paramentação como a seguir:

- aulas práticas em laboratório: jaleco de tecido branco com manga longa. O uso de máscaras, gorros, luvas e óculos fica a critério de cada professor de acordo com as atividades de cada disciplina, ressaltando a importância da devida segurança para professores e alunos.
- atendimento clínico em unidade ambulatorial ou hospitalar: obrigatoriamente usar o jaleco de tecido branco e mangas longas. Dependendo do procedimento (se houver contato com lesão de paciente ou secreções), usar máscara, gorro e luvas descartáveis.

3- NORMAS PARA O ATENDIMENTO CLÍNICO

Verificar se o ambiente de atendimento clínico está limpo e arrumado para receber pacientes. Macas devem ser limpas com sabão e depois hipoclorito de sódio a 1%. A mesa do consultório pode ser limpa com álcool a 70%. Vestir o jaleco branco. Em caso de alunos com cabelos longos, mantê-los presos de preferência.



Antes dos procedimentos clínicos cada aluno deve fazer a higienização das mãos com água e sabão líquido anti-séptico e depois secar as mãos em papel toalha absorvente descartável. Vestir o jaleco e verificar se outros EPIs serão necessários. Antes de examinar o paciente calçar as luvas de procedimento caso haja contato com feridas, lesões ou secreções, assim como utilizar gorro e máscara. Utilizar material estéril para procedimentos invasivos (como suturas, curativos, exame vaginal, coleta de sangue). Para examinar nariz e garganta limpar o aparelho com álcool a 70% antes e após cada procedimento.

Após cada procedimento, descartar gorro e máscara na lixeira comum e as luvas em recipiente de papelão de paredes rígidas (tipo descarpack, descartex, cartoonpack ou similar), identificado como lixo hospitalar. Espátulas de madeira para exame de garganta podem ser descartadas em lixo comum. Lâminas de bisturi, fios de sutura, agulhas ou outro material descartável perfuro-cortante vão para a lixeira com recipiente de paredes rígidas. Ampolas de medicamentos usados também têm o mesmo destino de perfuro-cortantes.

Após o procedimento clínico, liberar o paciente, providenciar nova desinfecção da maca e novo EPI para um novo atendimento.

Se houver contaminação com sangue ou pus no piso do ambiente solicitar a equipe de higienização que faça a limpeza do local, antes do próximo atendimento, com hipoclorito de sódio a 1%.

Cada aluno deve ficar responsável pela limpeza dos óculos em caso de uso, com água e sabão líquido.

Observação: luvas para procedimento e estéreis, gorros, máscaras e óculos de proteção serão fornecidos pela instituição. O jaleco é individual, providenciado pelo aluno. O aluno deve ter pelo menos 2 jalecos, devendo ter um deles sempre limpo para uso diário.

Sobras de medicamentos anestésicos não devem ser utilizadas para outro paciente, devendo ser descartadas em caixas de papelão rígido. Verificar a validade de cada medicamento antes do uso.

4- CONDUTA PARA OS CASOS DE ACIDENTE BIOLÓGICO



Todo e qualquer acidente biológico ocorrido nas dependências do curso de medicina da UFT ou em atividades ligadas ao mesmo (unidade hospitalar) devem ser comunicados ao professor responsável e notificados para o Colegiado do curso, preenchendo Formulário de Notificação de Acidente Biológico.

O aluno acidentado e, se possível, o paciente devem ser encaminhados para a emergência do Hospital Geral de Palmas para as providências necessárias (coleta de sangue, sorologia para HIV, medicamentos anti-retrovirais profiláticos etc).

5- VACINAS

Todo o corpo docente e discente e funcionários da UFT devem participar das campanhas de vacinação promovidas na instituição. São recomendadas as imunizações contra tétano, difteria, febre amarela e hepatite e cada indivíduo deve manter a carteira de vacinação em dia.

Cada aluno deve apresentar sua carteira de vacinação antes do início das atividades clínicas.

6- DESCARTE DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE

Todo o material contaminado com secreções de pacientes ou outros resíduos das aulas práticas, que oferecem risco aos docentes, discentes, pacientes e ao meio ambiente devem ser descartados em recipientes apropriados e coletados adequadamente pelo município, segundo resolução do CONAMA 005, de 5 de agosto de 1993.

Os resíduos sólidos do grupo A englobam sangue e hemoderivados, animais usados em experimentação, bem como os materiais que tenham entrado em contato com os mesmos; secreções, excreções e líquidos orgânicos; meios de cultura; tecidos, órgãos, fetos e peças anatômicas; filtros de gases aspirados de áreas contaminadas; resíduos advindos de áreas de isolamento; restos alimentares de unidades de isolamento; resíduos de laboratórios de análises clínicas; resíduos de unidades de atendimento ambulatorial; resíduos de sanitários de unidades de internação e enfermaria e animais mortos a bordo de meio de transporte. Neste grupo ainda incluem os objetos perfurantes ou cortantes, capazes de causar punctura ou corte (lâmina de barbear, bisturi, agulhas,

UFT

escalpes, vidros quebrados etc, provenientes de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde).

Os resíduos do grupo D incluem todos os demais resíduos que não se enquadram nos grupos descritos anteriormente.



Anexo
Fundação Universidade Federal do Tocantins
Colegiado do Curso de Medicina

FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Nome do aluno: _____

Nível:

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Matrícula (se aluno de graduação): _____

Data do acidente: _____ Horário: _____

Disciplina em que ocorreu o acidente: _____

Atividade: _____ Clínica de: _____

Laboratório de: _____

Professor que estava supervisionando o aluno: _____

Matrícula: _____

Tipo de acidente:

Providências tomadas:

Assinatura do aluno

Assinatura do professor

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010/2021 CDRG/DPEE/PROGRAD

**NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Estabelece orientações sobre o Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, e,

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Parecer CONAES n.04, de 17 de junho de 2010 - Sobre o NDE.

CONSIDERANDO o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de reconhecimento de 2017 da Diretoria de Avaliação da Educação Superior DAES – INEP/MEC.

CONSIDERANDO o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância - Autorização de 2017 da Diretoria de Avaliação da Educação Superior DAES – INEP/MEC.

Emite a presente Instrução Normativa com objetivo de uniformizar o entendimento acerca das atribuições dos Núcleos Docente Estruturante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa versa sobre as atribuições, a constituição e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia – da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar, implementar e corrigir quando necessário o Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- II – Prezar pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, os registros das reuniões realizadas juntamente com as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV – Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais necessários para o pleno funcionamento do Curso;
- VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- X – Realizar estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico, e será constituído:

- I – Por, no mínimo, 5 docentes incluído o coordenador do curso, e, no máximo 45% de docentes do colegiado do curso.
- II – Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação stricto sensu.
- III – Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva.

Art. 5º A indicação dos representantes docentes deverá ser apresentada, avaliada e aprovada pelo corpo docente do curso em reunião colegiada.

Art. 6º A composição do NDE deve ter renovação periódica parcial de seus membros, para garantir a continuidade no processo de desenvolvimento e acompanhamento do curso.

Avenida NS15, Quadra 109 Norte, Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4032 | www.uft.edu.br/prograd | prograd@uft.edu.br

Art. 7º O mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, sendo prorrogável por igual período devendo para isso o presidente do NDE informar no sistema NDE+ os nomes dos membros da gestão, ou caso o sistema esteja inativo enviando os nomes, com os dados a PROGRAD.

I - O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD pelo Presidente do NDE ou pelo Coordenador do Curso.

II – Caso não haja inscritos para compor o NDE cabe ao coordenador do colegiado indicar os professores membros para a composição do grupo, respeitando o artigo 4 desta Nota Técnica.

DA NOMEAÇÃO E FLUXO PARA EMISSÃO DE PORTARIA

Art. 8º A nomeação dos membros deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso e inserida no Sistema NDE+ pelo presidente do NDE ou coordenador do curso, caso o Núcleo esteja sem presidente. A Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD tramitará os dados para a emissão da portaria. Depois da emissão da portaria, ela será inserida no sistema e poderá ser visualizada pelo colegiado do curso, pelos membros do NDE e pela PROGRAD.

Art. 9º Os nomes inseridos no Sistema NDE+ devem ser os que estão na ata de reunião do colegiado, na qual a decisão sobre esta composição foi homologada, sendo de responsabilidade do presidente do NDE e/ou do coordenador do curso, caso esteja sem presidente, atestar a integridade dos dados inseridos no sistema.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 10º O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será eleito pelos membros do Núcleo Docente Estruturante. Compete a ele:

I – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;

II – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas;

III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;

IV – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;

V – Redigir as atas de todas as reuniões, para que seja arquivadas na coordenação de curso;

VI – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso;

VII – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso;

VIII – Inserir no sistema NDE+ todos os dados referentes aos membros do Núcleo Docente Estruturante como matrícula, e-mail institucional, e os nomes dos membros do NDE e demais dados solicitados pelo sistema;

IX – Acompanhar o trâmite e emissão das portarias, assim como verificar os nomes dos membros presentes no sistema.

X – É recomendável que o presidente do NDE não seja o coordenador do curso, mas em caso de vacância da presidência do Núcleo, o coordenador do curso pode exercer a presidência do NDE ou o coordenador substituto.

DAS REUNIÕES

Art. 11º A convocação dos membros do NDE, pelo presidente, será feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do início da reunião e com informação da pauta, salvo circunstâncias de urgência.

Art. 12º Quanto à periodicidade:

I - As reuniões regulares deverão se realizar com o intervalo máximo de 2 meses.

II - As reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento de acordo com a urgência e necessidade.

Art. 13º A reunião do NDE deve contar com a presença mínima de metade mais um, dos membros, para fins de votação.

Art. 14º A ausência em 3 (três) reuniões, sem justificativa, implica em exclusão do membro das atividades do NDE e cabe ao Presidente excluí-lo do sistema NDE+ e providenciar a substituição.

Parágrafo único: No caso de ausência do Presidente, os membros devem informar ao coordenador do curso para promover a substituição.

DAS DECISÕES E VOTAÇÕES

Art. 15º As decisões, realizadas em reunião, relativas ao encaminhamento das recomendações ao colegiado, serão tomadas por meio de votação, de acordo com o número de presentes.

Art. 16º A votação é, impreterivelmente, aberta.

Art. 17º Os membros não devem votar ou deliberar em assuntos de interesse pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o NDE possua número par de votantes, ou esteja com a configuração de pares no ato de votação, em caso de empate na votação, a matéria em questão deve ser deliberada em reunião colegiada do curso.

DAS ATAS

Art. 19º Todas as reuniões, sem exceções, devem ser documentadas em atas, as quais devem ficar à disposição do Colegiado do curso e dos órgãos institucionais superiores para serem publicadas e amplamente divulgadas para a comunidade, cabendo a responsabilidade das atas ao Presidente do NDE.

Art. 20º Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Graduação com o suporte da Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação.

Avenida NS15, Quadra 109 Norte, Plano Diretor Norte | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4032 | www.uft.edu.br/prograd | prograd@uft.edu.br

Art. 21º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se todas as disposições em contrário e anteriores.

Palmas -TO, 21 de junho de 2021.

Eduardo José Cezari
Pró-Reitor
PROGRAD/UFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA



CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA


Av. Lourdes Solino, S/ N° | 77650-000 | Miracema do
Tocantins - TO

(63) 3366-8516 | www.uft.edu.br | educacaofisica.mira@uft.edu.br


ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE 2023

Às catorze horas e trinta minutos, do dia 10 de maio de 2023, na Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Miracema, na sala de reuniões, realizou-se a 2ª reunião extraordinária do colegiado do Curso de Educação Física, sob a presidência do professor Vicente Cabrera Calheiros, coordenador do curso, com a presença dos professores: Daniele Bueno Godinho Ribeiro, Diego Ebling do Nascimento, Jean Carlo Ribeiro, Kliver Antônio Marin, Marciel Barcelos Lano, Marcus Vinícius Nascimento Ferreira, dos representantes dos discentes, Carlos Leonardo de Jesus dos Santos e Marcos Antônio Dias Saraiva e da representante dos Técnicos Administrativos, Nathália Gonçalves Santos Freitas. Justificou sua ausência o professor, Ruhena Kelber Abrão Ferreira. A reunião se estruturou a partir dos seguintes pontos: Expediente: **1. Informes(Daniele).** A professora Daniele apresentou o material orgânico, o rim de um cachorro adquirido através do “I Curso de Técnicas Anatômicas da UFT”, e a partir do processo de dissecação desse animal, como primeira técnica orgânica feita em peça de resina, que, em seguida, será enviada para o laboratório de anatomia. Ordem do dia: **1. Constituição da comissão do PQFD(Vicente).** O professor Vicente mencionou a necessidade de atualização do PQFD do curso, não só em função da licença capacitação do professor Vitor, mas também, frente a organização e andamento do desenvolvimento da carreira docente dos professores do curso, e para isso, há a necessidade de constituição de uma comissão. O professor Kliver Antônio Marin manifestou interesse em fazer parte como membro, assim como a professora, Daniele Bueno Godinho Ribeiro e o professor Vicente Cabrera Calheiros. O professor Diego Ebling do Nascimento perguntou se dentro dessa atualização incluirá o planejamento das próximas saídas dos professores que, em breve, poderão usufruir desse direito. O coordenador respondeu que sim, abrangerá também essas questões apontadas. O colegiado aprovou, por unanimidade, a constituição dessa comissão. **2. PPC do curso de Educação Física (NDE).** O Coordenador do curso, inicialmente, apresentou o sistema do PPC do curso. Em seguida, pediu para o professor Diego realizar a apresentação da matriz curricular discutida no NDE. O professor Marciel perguntou se haveria a migração dos alunos para o novo PPC, o coordenador o informou que entraria em vigor no semestre 2024/1. Após debates, chegaram ao entedimento de que os alunos que, atualmente, estão no primeiro e terceiro semestre realizarão essa migração, através da realização de aproveitamento de disciplinas. O professor Diego ressaltou a respeito da flexibilização curricular para os estudantes, como a proposta de criação dos núcleos, possibilidade de ampliação desse processo, retirada de aulas no sábado, de modo que haja uma reorganização das disciplinas, e seja ofertada, em cada semestre, cinco disciplinas, ou seis, incluindo o estágio, no período vespertino, bem como a retirada das disciplinas de Projeto Integrador, que contavam com as horas do componente curricular, que foram redistribuídas dentro das disciplinas e inserção da curricularização da extensão, conforme descrito na tabela. O coordenador questionou se algum colega teria alguma consideração ou alteração de algum ponto, o qual foi realizada pelo NDE a leitura em conjunto e discussões pertinentes a matriz frente a essa

proposta. O professor Marciel fez alguns apontamentos no documento, em relação a carga-horária, a descrição de alguns dados, a quantidade de vagas ofertadas e a concepção formativa, no entanto, acredita que a proposta seja executável e que, posteriormente, há a possibilidade de realizar as alterações que forem apontadas na análise. O coordenador solicitou que o docente encaminhasse as observações via e-mail, de modo que qualifique o documento. Encaminhou-se a proposta do PPC do curso para votação, a qual foi aprovada por 09 votos favoráveis e 01 abstenção. O Coordenador Vicente Cabrera Calheiros encerrou a sessão às quinze horas e dois minutos. Eu, Nathalia Gonçalves Santos Freitas, secretária e membro deste colegiado, lavrei a presente ata que, ao ser aprovada, será assinada por mim e pelo presidente deste colegiado.

Documento assinado digitalmente
 VICENTE CABRERA CALHEIROS
Data: 30/05/2023 09:19:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vicente Cabrera Calheiros
Presidente do Colegiado

Documento assinado digitalmente
 NATHALIA GONCALVES SANTOS FREITAS
Data: 19/05/2023 16:13:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nathália Gonçalves Santos Freitas
Secretária do curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
DIREÇÃO DO CÂMPUS DE MIRACEMA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA



Av. Lourdes Solino, S/N, Setor Universitário | CEP 77650-000 |
Miracema do Tocantins/TO
(63)3366-8619 | www.uft.edu.br | dirmiracema@uft.edu.br

CERTIDÃO 04/2023

Certificamos para fins de direito a quem possa interessar, que o Conselho Diretor do Câmpus de Miracema, reunido em sua 2ª Reunião Extraordinária de 2023, realizada no dia 22 de maio de 2023, APROVOU a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física. Link da Proposta ([PPC](#)).

Por ser verdade, firmo a presente.

Miracema do Tocantins -TO, 14 de julho de 2023

JOÃO NUNES DA SILVA
Diretor em Exercício, Câmpus de Miracema



Documento assinado eletronicamente por **João Nunes da Silva, Vice-Diretor**, em 14/07/2023, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0162165** e o código CRC **C853AF41**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23101.005349/2023-08

SEI nº 0162165

Criado por [dorisuft](#), versão 6 por [dorisuft](#) em 14/07/2023 17:32:34.